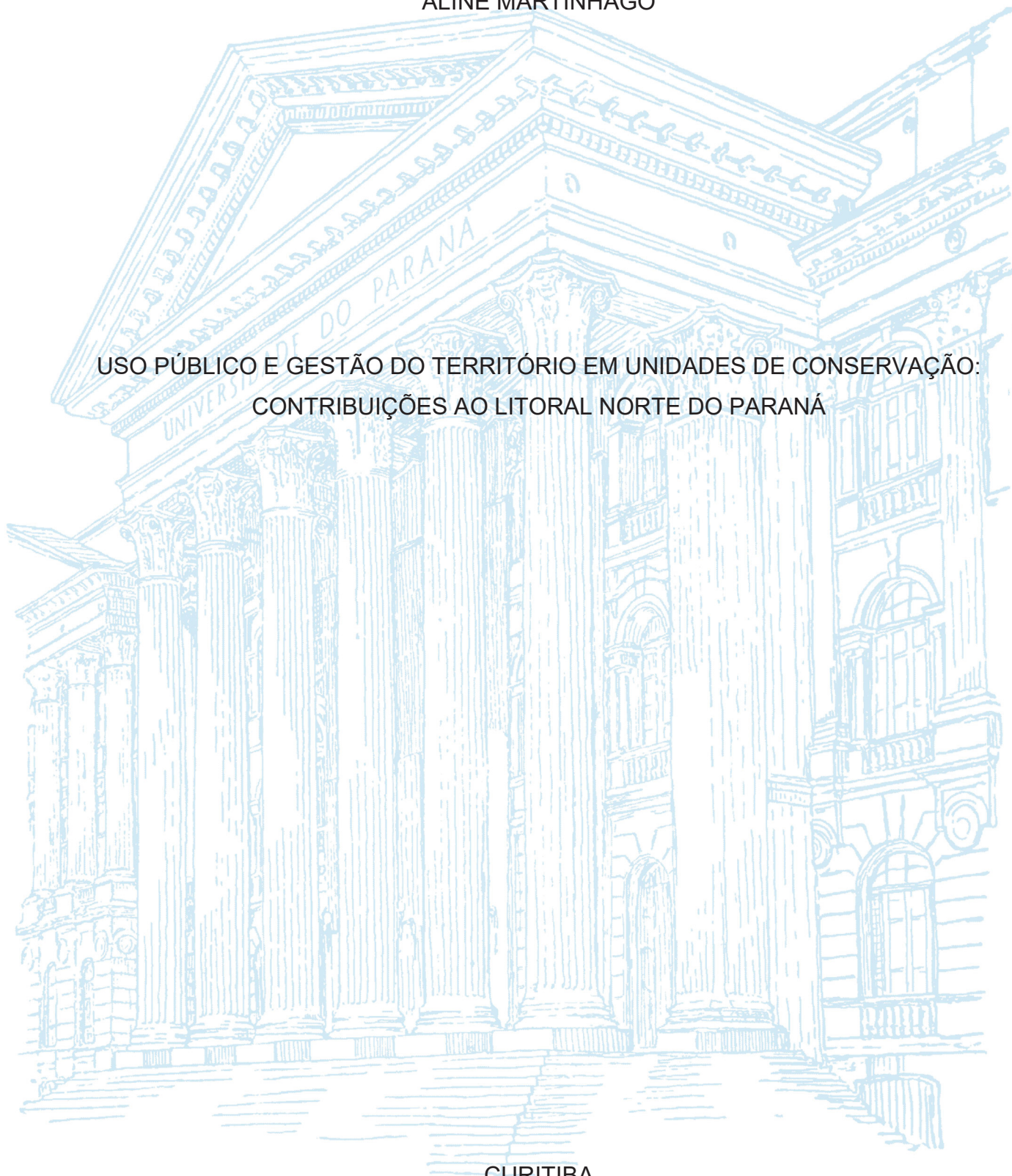


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE MARTINHAGO

USO PÚBLICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES AO LITORAL NORTE DO PARANÁ



CURITIBA

2019

ALINE MARTINHAGO

USO PÚBLICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES AO LITORAL NORTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Vedor de Paula.

CURITIBA

2019

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

M385u

Martinhago, Aline

Uso público e gestão do território em unidades de conservação:
contribuições ao litoral norte do Paraná [recurso eletrônico] / Aline
Martinhago. – Curitiba, 2019.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da
Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Orientador: Eduardo Vedor de Paula

1. Turismo – Paraná. 2. Sustentabilidade e meio ambiente. 3. Áreas de
conservação de recursos naturais. I. Universidade Federal do Paraná. II.
Paula, Eduardo Vedor de. III. Título.

CDD: 918.8162


Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894


TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ALINE MARTINHAGO**, intitulada: **USO PÚBLICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES AO LITORAL NORTE DO PARANÁ**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Junho de 2019.


EDUARDO VEDOR DE PAULA
Presidente da Banca Examinadora


LUIZ FRANCISCO DITZEL FARACO
Avaliador Externo (ICMBio)


MARIA ELINA GUDIÑO
Avaliador Interno ()

CONFERE COM O

ORIGINAL

DATA 18/07/19


Albani Magna Hendler
Coordenadora Administrativa
Setor de Ciências da Terra
Matrícula 126799 - UFPR

CONFERE COM O

ORIGINAL

DATA

AGRADECIMENTOS

Em dias difíceis à Ciência, à Educação e às Universidades públicas brasileiras, sinto-me privilegiada em concluir um mestrado numa instituição de qualidade, respeitável e democrática como a UFPR. A UFPR foi minha segunda casa durante os últimos 12 anos, portanto inicio agradecendo a todos que historicamente lutaram pela educação no Brasil e por essa instituição, assim como aos que seguem lutando por uma universidade gratuita, de qualidade e para todos. A universidade me ofereceu sustentação. Já as pessoas junto às quais percorri essa jornada acadêmica, compartilharam comigo conhecimento e, sobretudo estímulo. Agradeço,

ao professor Eduardo Vedor de Paula pela orientação nessa pesquisa, como também nos trabalhos que desenvolvemos anteriormente, na graduação e especialização. Pela compreensão com as situações da vida, contratempos, prazos e euforias. Pelos conselhos, estímulos e pelo olhar sempre otimista dos fatos!

à CAPES, pela concessão da bolsa de estudos;

aos docentes e colaboradores do Programa de Pós-Graduação de Geografia;

aos integrantes da banca de qualificação, etapa fundamental dessa pesquisa, a qual me trouxe um norte e novos olhares, Prof. Daniel Hauer Queiroz Telles (CEM-UFPR) e Luiz Francisco Ditzel Faraco (ICMBio);

aos integrantes da banca de defesa, professores e profissionais que gentilmente aceitaram o convite e também trouxeram contribuições valiosas, María Elina Gudiño e Luiz Francisco Ditzel Faraco;

aos profissionais do ICMBio, SPVS, Fundação Grupo Boticário, proprietários de RPPN, consultores (PDS Litoral e demais planos), governo estadual (SEMA, SEPLAN) e de demais entidades e pesquisadores que compartilharam suas experiências, conhecimentos, tempo e dados, para o desenvolvimento dessa pesquisa;

às professoras do Curso de Turismo e Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFPR), e minhas primeiras orientadoras, Margarete Araújo Teles, Letícia Bartoszeck Nitsche e Luciane de Fátima Neri, pelos incentivos em seguir na Academia, estudando e explorando o vasto “universo” da Geografia.

a todos os amigos e colegas de laboratório (LAGEAMB e LABS), em especial Ana Paula, Ariane, Carlos, Otacilio, Thomas, Luciano, Sidney, Marcos, Maju, Maíra,

Renata, Marina, Alexei, Adriano. Aos meus colegas, amigos geógrafos e pesquisadores do PPGGEO, os queridos “vizinhos” do LAGEO - Taísa, Ricardo, Wiliam, Gisele. Aos meus parceiros da época de graduação. Os almoços no RU, campos, trilhas, auxílio nos mapas, muitos mapas, mais mapas, revisões dos capítulos, idas às manifestações, inúmeros cafés, trocas de conhecimento geográfico, filosóficos “da vida” e políticos, permanecerão registrados na minha memória com muito carinho.

aos meus bons amigos que se fazem presente na minha vida, nas comemorações, angústias, “brancos” e “cliques”, choros (e sambas), aconselhamentos e alegrias, meu sincero agradecimento. Luiz e as rodas de samba; meus compadis Luciane e Bernardo. Tici e nossas conversas de vídeo; Laurinha e Paola; Amanda, Vini, Jana, Ander, Ali, França, Tom, Lígia e Luiz Fernando (Pé). Rafa Brito pela motivação e ideias empreendedoras. Nina, com sua sabedoria e trocas sinceras. À Beta, Oba, Caroles, Nanetti, Taci, Lola, Clau e Fer e todos nossos encontros memoráveis.

Por fim, ao meu companheiro Raphael, a minha mãe, Cristina e meu pai, Gilberto. Sem o apoio, paciência e carinho de vocês, não seria possível concluir essa etapa.

“Pesquisa para constatar, constatando,
intervenho, intervindo, educo e me educo.”
(PAULO FREIRE, 1996, p.54)

RESUMO

Uso público em unidades de conservação (UC) corresponde aos diferentes usos indiretos permissíveis, como educação e interpretação ambiental, recreação e turismo em contato com a natureza. Surge como ferramenta promissora ao permitir demonstrar à sociedade e populações locais os serviços ecossistêmicos gerados pelas UC, em distintas escalas e proporções. É indispensável, portanto, conciliar uso público com conservação da natureza. Paralelamente, a gestão do território fundamenta-se na interação dos sistemas que o compõem, estabelecendo relações entre ecossistemas e processos da sociedade, necessidades socioculturais e econômicas. Objetivou-se analisar as correlações da gestão do território e do uso público, em distintas categorias de UC. Para tanto, elegeu-se como objeto de estudo cinco UC: Parque Nacional do Superagüi, Reserva Natural Salto Morato, Reserva Ecológica do Sebuí, Reserva Natural Guaricica e Reserva Natural Papagaio-da-cara-roxa. A primeira pública e as demais particulares, estando todas situadas na área de abrangência do Núcleo de Gestão Integrada Antonina-Guaraqueçaba (ICMBio), no litoral norte do Paraná. Fez-se a análise das UC e do uso público a partir de entrevistas semiestruturadas com gestores das unidades, atividades de campo e pesquisa bibliográfica (SISBIO n. 62.635). Para compreensão da gestão do território, fez-se pesquisa documental com análise dos instrumentos de ordenamento incidentes sob a área de estudo (planos diretores; Zoneamento Ecológico Econômico; Plano de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Turismo e planos de manejo). Como resultados obteve-se a caracterização das UC quanto à gestão, ao uso público e seus instrumentos de ordenamento – entendendo-se que a Reserva Natural Salto Morato é a que mais se aproxima de uma gestão efetiva do território, em consonância com seus objetivos. Nas demais UC o uso público não é planejado, priorizado, implementado, manejado ou sequer apresenta resultados condizentes com seus objetivos. Os principais pontos fracos identificados quanto à gestão do uso público são: ausência de planejamento e manejo das atividades; e desintegração entre as UC, instituições e cadeia do turismo. A análise dos instrumentos de gestão permitiu concluir que: (I) sustentam a dicotomia conservação versus desenvolvimento, onde os ecossistemas conservados não exercem função enquanto meio ao desenvolvimento local. (II) As vocações do território são: turismo, conservação, atividade portuária e agricultura. Apesar de o turismo ser uma das vocações apontadas, não se identificaram proposições efetivas de fomento ao mesmo (salvo no PDITS, plano não implementado). (III) Os instrumentos de gestão não associam a atividade turística ao uso público nas UC ou o uso público como forma de incentivo ao turismo da região. (IV) Identificou-se que a maioria dos atrativos e equipamentos turísticos estão localizados dentro das UC ou em suas adjacência. Como recomendações sugere-se que o desenvolvimento local, na perspectiva do turismo, seja potencializado a partir do uso público nas UC, as quais agregam os principais atrativos da região. Nesse sentido, mostra-se relevante iniciativas como o projeto da Grande Reserva Mata Atlântica, bem como novas propostas de turismo de base comunitária e de valorização das UC.

Palavras-chave: Turismo. Conservação. Instrumentos de Ordenamento Territorial. Desenvolvimento Territorial. Núcleo de Gestão Integrada.

ABSTRACT

The conservation units (UC) public use corresponds to permissible different indirect uses, such as education and environmental interpretation, recreation and tourism in contact with nature. It emerges as a promising tool to demonstrate to society and to local populations the ecosystem services generated by UC in different scales and proportions. It is therefore essential to reconcile public use with nature conservation. On the other hand, the management of the territory is based on the interaction of its composition systems, establishing relations between ecosystems and processes of society, sociocultural and economic needs. The aim was to analyze the correlations of territory management and public use in different UC categories. For this purpose, five UC were selected: Superagüi National Park, Salto Morato Natural Reserve, Sebuí Ecological Reserve, Guaricica Natural Reserve and Purple-faced Parrot Natural Reserve. The first is public, the others are private reserves. They are located in the area covered by the Antonina-Guaraqueçaba Integrated Management Nucleus, on the northern coast of Paraná. UC and public use were analyzed from semi-structured interviews with unit managers, field activities and bibliographic research (SISBIO n. 62.635). In order to understand the territory management, documentary research was done by analyzing the planning instruments throughout the study area (executive plans, Ecological-Economic Zoning, Sustainable Integrated Tourism Development Plan and management plans). As a result, we obtained the characterization of UC regarding management, public use and their management tools - it was understood that the Salto Morato Natural Reserve is the one that most closely approximates effective territorial management, in line with its objectives. In other UC, public use is not planned, prioritized, implemented, managed or does not present results consistent with its objectives. The main weaknesses identified in the management of public use are: lack of planning and managing activities and disintegration between UC, entities and the tourism chain. The management instruments analysis allowed us to conclude that: (I) they support the conservation versus development dichotomy, where conserved ecosystems have no function in local development; (II) The vocations of the territory are: tourism, conservation, port activity and agriculture. Although tourism is one of the vocations pointed out, no effective promotion proposals were identified (except in the PDITS, not implemented plan) and; (III) The instruments did not associate tourist activity with public use in the UC or public use as an incentive to tourism in the region. (IV) Finally, it was identified that the tourist attractions and equipment are mostly located within the UC or in its vicinity. As a recommendation, we suggest as the tourism perspective that local development should be enhanced through the public use of UC in the region, which aggregate the main attractions of the region. In this sense, it is necessary to continue with initiatives such as the project of the Grande Reserva Mata Atlântica and propose new activities of community-based tourism and enhancement of the UC.

Keywords: Tourism. Conservation. Territorial Ordering Instruments.
Territorial Development. Integrated Management Nucleus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO: INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E UC	35
FIGURA 2 - UC DO LITORAL PARANAENSE (2017)	45
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS UC DA ÁREA DE ESTUDO.....	62
FIGURA 4 - FLUXOGRAMA DAS ETAPAS E MÉTODOS DA PESQUISA	64
FIGURA 5 - DIFERENTES FEIÇÕES DO RELEVO – APA FEDERAL DE GUARAQUEÇABA.....	71
FIGURA 6 – MAPA DO PARNA DO SUPERAGÜI.....	73
FIGURA 7 - TRILHA DA DESERTA	75
FIGURA 8 - REVOADA DOS PAPAGAIOS-DE-CARA-ROXA	76
FIGURA 9 – MAPA ESTRUTURAS RESERVA NATURAL SALTO MORATO	79
FIGURA 10 - EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TURISMO	80
FIGURA 11 - ATRATIVOS DA RN SALTO MORATO	81
FIGURA 12 - MAPA DA RE DO SEBUÍ	83
FIGURA 13 - ATRATIVOS TURÍSTICOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TURISMO.....	84
FIGURA 14 – MAPA DE TRILHAS E INFRAESTRUTURA RN GUARICICA.....	88
FIGURA 15 – MAPA DE TRILHAS E INFRAESTRUTURA DA RN PAPAGAIO-DA-CARA-ROXA.....	90
FIGURA 16 - IMAGENS DA RESERVA NATURAL GUARICICA.....	91
FIGURA 17 - ZONEAMENTO DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (PDITS).....	108
FIGURA 18 – ESPACIALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITORIO NO LITORAL DO PARANÁ.....	140
FIGURA 19 - ATRATIVOS TURÍSTICOS E UC COM USO PÚBLICO	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - EVENTOS INTERNACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	25
QUADRO 2 - INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO BRASIL	29
QUADRO 3 - TIPOS DE UC E RESPECTIVAS CATEGORIAS.....	41
QUADRO 4 - LISTA DE UC DO LITORAL PARANAENSE.....	46
QUADRO 5 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ANALISADAS NA PRESENTE PESQUISA.....	61
QUADRO 6 - REUNIÕES E OFICINAS DE PLANEJAMENTO.....	66
QUADRO 7 - ENTREVISTAS REALIZADAS	67
QUADRO 8 - FICHA RESUMO PARNA DO SUPERAGÜI	72
QUADRO 9 - FICHA RESUMO RN SALTO MORATO	78
QUADRO 10 - FICHA RESUMO RE DO SEBUÍ.....	82
QUADRO 11 - FICHA RESUMO RN GUARICICA	87
QUADRO 12 - FICHA RESUMO RN PAPAGAIO-DA-CARA-ROXA.....	89
QUADRO 13 - PLANO DIRETOR DE ANTONINA.....	93
QUADRO 14 - PLANO DIRETOR DE GUARAQUEÇABA	97
QUADRO 15 - PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ.....	99
QUADRO 16 - ZEE – FASE LITORAL	102
QUADRO 17 - PDITS LITORAL	106

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACRIAPA	- Associação de Criadores de Abelhas Nativas da APA de Guaraqueçaba
ADEMADAN	- Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina
ADETUR	- Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná
AEIT	- Área Especial de Interesse Turístico
APA	- Área de Proteção Ambiental
BID	- Banco Interamericano
CADASTUR	- Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério Turismo
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
COLIT	- Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense
CONAMA	- Conselho Nacional de Meio Ambiente
COOPERGUARÁ	- Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba
DIBAP	- Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
DPAMB	- Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde
EE	- Estação Ecológica
EIA	- Estudos de Impacto Ambiental
EMATER	- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	- Estação Ecológica
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FOD	- Floresta Ombrófila Densa
HA	- Hectares
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IAT	- Índice de Atratividade Turística
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	- Departamento de Parques do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	- Índices de Desenvolvimento Humano Médio
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITCG	- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
LMA	- Limites de Mudanças Aceitáveis
MDL	- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MOPEAR	- Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
NGI	- Núcleo de Gestão Integrada
OC2	- Observatório de Conservação Costeira
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAN	- Plano de Ação Nacional
PARNA	- Parque Nacional
PDITS - Litoral	- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Etapa Litoral
PDM	- Plano Diretor Municipal
PDS Litoral	- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral
PE	- Parque Estadual
PIB	- Produto Interno Bruto
PM	- Parque Municipal
PNPCT	- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PR	- Paraná
PRODETUR	- Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
PUP	- Plano de Uso Público
RAPPAM	- <i>Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management</i>
REBIO	- Reserva Biológica
RIO92	- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

RN	- Reserva Natural
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAMGe	- Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISBIO	- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISNAMA	- Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	- São Paulo
SPVS	- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TNC	- The Nature Conservancy
TR	- Termo de Referência
UC	- Unidade de Conservação
UICN	- União Internacional para Conservação da Natureza
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WWF	- World Wide Fund for Nature
ZEE	- Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	19
2 GESTÃO DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DAS UC	20
2.1 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO BRASIL	27
2.2 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO NO LITORAL DO PARANÁ	33
2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL	37
2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO PARANÁ	42
3 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	48
3.1 MANEJO DO USO PÚBLICO	51
3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E USO PÚBLICO	54
3.3 TURISMO NO CONTEXTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	55
4 MATERIAIS E MÉTODOS	59
4.1 ROTEIRO METODOLÓGICO	63
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ANALISADAS	70
5.1.1 Parque Nacional do Superagüi	71
5.1.2 Reserva Natural Salto Morato	77
5.1.3 Reserva Ecológica do Sebuí	81
5.1.4 Reserva Natural Guaricica e Reserva Natural do Papagaio-da-cara-roxa	85
5.2 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	91
5.2.1 Planos Diretores Municipais	91
5.2.2 Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná – Fase Litoral	101
5.2.3 Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	104
5.2.4 Planos de Manejo	111
5.2.5 Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral - PDS	113
5.3 ANÁLISE DA GESTÃO AMBIENTAL NAS UC	116
5.3.1 Aspectos Gerais da Gestão	116
5.3.2 Perfil das UC	123
5.3.3 Uso Público: Infraestrutura	125
5.3.4 Uso Público: Turismo e Educação Ambiental	128
5.4 DISCUSSÃO: GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO E USO PÚBLICO	137
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151

REFERÊNCIAS.....	156
APENDICE 1 – AÇÕES DO PDITS PREVISTAS PARA A AREA DE ESTUDO ...	164
APENDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS GESTORES DAS UC	168
APENDICE 3 - PLANOS DE MANEJO E USO PÚBLICO	172
APENDICE 4 - INFRAESTRUTURA NAS UC	174
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	176
ANEXO 2 – PERFIL DA UC: INSTRUMENTO DE GESTÃO E OBJETIVOS DA UC	177

1 INTRODUÇÃO

O uso público é um termo comum à gestão de unidades de conservação (UC). Corresponde às diferentes atividades, de uso indireto dos recursos ambientais, que podem ser desenvolvidas em uma UC, como a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo (MAGRO, 1999; BRASIL, 2000; NELSON, 2012; PIMENTEL, 2013; LEUZINGER, 2010).

No Brasil, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, BRASIL, 2000), várias categorias de unidades foram oficialmente destinadas à visitação. O SNUC estimula o uso público enquanto instrumento de aproximação da sociedade e da natureza, com o objetivo de despertar a consciência da conservação, do interesse científico, da responsabilização e apropriação do meio ambiente pelas comunidades locais e pela sociedade. Busca, portanto, meios que incentivem a conservação e a UC atenda ao seu propósito de criação, compreendendo que a instituição de uma UC não garante por si só sua conservação da natureza (LINDBERG, HAWKINS, 2002; BRASIL, 2011).

Existe uma irregularidade na distribuição dos recursos naturais no território que, associada à velocidade com que foram explorados (e extinguidos), gerou uma lacuna de ecossistemas conservados nas regiões mais populosas do Brasil. Lembre-se que as maiores cidades brasileiras concentram-se na região costeira, local esse que abriga a maior parte do território de ocorrência do bioma Mata Atlântica - considerado o segundo conjunto de ecossistemas mais ameaçado de extinção do mundo, no qual resta cerca de 12% da cobertura vegetal original (VASCONCELLOS, 1997; TAKAHASHI, 1997; LEUZINGER, 2010; INPE, 2017). O fenômeno da urbanização, com a maior parte da população mundial vivendo em cidades e não mais na área rural, gera o aumento pela demanda por áreas naturais para lazer (PÉREZ, 2018). O aumento do fluxo de visitantes pressiona as UC que contam com alguma infraestrutura e exige, conseqüentemente, mais áreas semelhantes, com maiores facilidades de visitação. Assim, tem-se tornado indispensável conciliar uso público com conservação da natureza, objetivando garantir o maior atrativo das UC - a natureza (TAKAHASHI, 2004).

A formulação e a implementação de políticas que incrementem a renda para a conservação da natureza e estimulem a adoção de alternativas econômicas de

baixo impacto é um desafio para as políticas públicas atuais. A criação de UC é uma das principais estratégias governamentais no âmbito da política ambiental no Brasil (RODRIGUES, 2009). Numa perspectiva atual, autores sugerem considerar a conservação da natureza como viés de desenvolvimento (econômico, social e ambiental), superando a antiga perspectiva de que a conservação seja impedimento ao desenvolvimento de comunidades e seus territórios. Comprovam-se os vários serviços ecossistêmicos gerados pelas UC e a valoração dos seus benefícios econômicos e sociais. Tem-se, então, a possibilidade de, a partir da biodiversidade, gerar benefícios para as comunidades e demais atores envolvidos - sendo o uso público das UC e a atividade turística, no entorno dessas áreas, uma das ferramentas para tal (PÉREZ, 2018; YOUNG et al., 2015).

A problemática central da pesquisa é que o formato da gestão ambiental do território instituída no Brasil até os dias atuais, por meio dos instrumentos de ordenamento do território e a própria perspectiva dos órgãos ambientais gestores, fortalece o estigma de que as áreas protegidas e a conservação são empecilhos ao desenvolvimento socioeconômico do território onde se situam. Somam-se a isso os instrumentos de gestão territorial (zoneamentos, planos de manejo, planos diretores ou planos regionais) desconexos entre si, cuja abordagem dada ao desenvolvimento socioeconômico não é integrada ou alinhada à vocação do território e à realidade do mesmo. Com enfoque nas UC, tem-se que os instrumentos de gestão não abordam o desenvolvimento do uso público e da conservação de maneira alinhada, como também não sugerem a integração do uso público das UC ao restante do turismo, da economia local e das comunidades do território.

O litoral norte paranaense integra o Complexo Estuarino-Lagunar Iguape (SP) – Paranaguá (PR) e possui um dos mais ricos ecossistemas, concentrando grande parte da Mata Atlântica ainda restante no Paraná (e Brasil), reunindo grandes extensões de manguezais e riquezas culturais, das comunidades tradicionais que vivem e desenvolvem suas atividades nesse território. O território é constituído por uma porção terrestre significativa e um complexo estuarino – formado por baías, canais e enseadas, margeado por manguezais. Caracteriza-se por uma diversidade de ambientes da Floresta Ombrófila Densa e Formações Pioneiras, com alto índice de biodiversidade, abrigando espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Atribui-se a conservação da natureza nesse território às características geomorfológicas regionais, aos processos históricos de ocupação do

litoral e, mais recentemente, à presença de um mosaico de UC (Mosaico Lagamar¹) com distintas categorias e instâncias de gestão (particulares e públicas). Tais características ambientais propiciaram e justificaram a criação de várias UC de Mata Atlântica e de ambientes costeiros a partir da década de 1980, quando se iniciou o processo de criação de UC no litoral do Paraná (PAULA et al., 2018).

Desde 2017, as UC federais, sob gestão do ICMBio, inseridas na porção norte do litoral paranaense passaram a ser geridas pelo Núcleo de Gestão Integrada Antonina-Guaraqueçaba (NGI)². A gestão integrada envolve a APA Federal de Guaraqueçaba (UC de uso sustentável de maior perímetro sobre o litoral norte) e demais UC – Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Reserva Biológica Bom Jesus, Parque Nacional do Superagüi, integrando-se ainda com as reservas privadas, inseridas dentro do perímetro da APA de Guaraqueçaba. O NGI Antonina-Guaraqueçaba abrange territorialmente os municípios de Guaraqueçaba, parte dos municípios de Antonina, de Paranaguá e uma pequena parte, a noroeste, de Campina Grande do Sul.

O município de Guaraqueçaba, inserido praticamente 100% dentro da área de abrangência do NGI (exceto a sede municipal), apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH-M) do Paraná. Tem dentre suas principais atividades econômicas a agropecuária e a pesca, sendo a conservação da natureza, desconsiderada – nos índices e pesquisas econômicas - enquanto geradora de renda e de recursos econômicos à região. Ignoram-se os benefícios propiciados pelas UC, inclusive a arrecadação de ICMS Ecológico³ gerado a partir da existência dessas áreas protegidas nesse território, o qual retorna aos cofres públicos municipais, representando uma porção significativa da arrecadação de Guaraqueçaba, assim como de Antonina. As UC, na região, inclusive, são vistas

¹ Instituído pela portaria do Ministério de Meio Ambiente, nº150, de 08 de Maio de 2006.

² Portaria ICMBio nº 777, de 29 de novembro de 2017, que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Antonina, atualizado pela Portaria nº 930, de 07 de Novembro de 2018, a qual aprova o Regimento Interno do Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Antonina-Guaraqueçaba, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes ICMBio, no estado do Paraná (processo SEI n. 02127.001054/2017- 48).

³ A Lei Estadual do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico é um instrumento do Programa Estadual de Unidades de Conservação que faz parte da Política Estadual de Conservação da Biodiversidade. Seu contexto de criação está relacionado com as propostas de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei Estadual Complementar do ICMS Ecológico, vigente no estado do Paraná, nº 59 de 1991). A Lei estadual dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.” (PARANÁ, 1991).

enquanto barreiras ao desenvolvimento econômico local (PDM ANTONINA, 2008; PIERRI et al., 2006).

O turismo, entendido enquanto setor econômico, é tido como atividade potencial ao desenvolvimento econômico da região, apesar de não compor os índices econômicos mais significativos do município de Guaraqueçaba. Entretanto, tal potencial é considerado pelos instrumentos de gestão do território e planos institucionais vigentes, os quais justamente valorizam o turismo, mas também a atividade portuária, a agricultura e a conservação. São vários os instrumentos de ordenamento do território vigentes e elaborados para o litoral paranaense (vide SAMPAIO, 2006; PDITS, 2011; PDS-Litoral, 2019). Somam-se a eles, as várias instituições de pesquisa, do terceiro setor, órgãos oficiais, sociedade civil organizada cujas atribuições e interesses se sobrepõem, demonstrando uma complexa rede de relações institucionais, de governança e gestão sob o mesmo território.

Considerando os elementos acima apresentados, constituintes do território do litoral norte paranaense, o enfoque da pesquisa será dado ao poder institucional e de gestão atribuído ao território, analisando e comparando as distintas UC, nas suas respectivas atividades e potenciais de uso público.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar as correlações entre a gestão ambiental do território e a gestão de UC com enfoque no uso público, observando de que forma esse formato de gestão da conservação da natureza incentiva ou põe barreiras ao desenvolvimento socioeconômico de um dado território. De maneira específica, objetiva-se:

(I) Analisar, discutir e espacializar os instrumentos de ordenamento do território que incidem sobre a área de estudo, assim como a correlação dos mesmos com as UC, a gestão e o uso público.

(II) Caracterizar, investigar e comparar como ocorre a gestão, o uso público e integração das UC.

2 GESTÃO DO TERRITÓRIO NO CONTEXTO DAS UC

O marco conceitual inicial dessa pesquisa, de análise e desdobramento da gestão ambiental, é o entendimento de território. Categoria de análise da Geografia, o conceito de território apresenta distintas formas de análise, as quais irão nortear como se dará seu ordenamento. Haesbaert (2004), numa perspectiva mais pragmática, associa os debates em torno “dos vários tipos de território” que coexistem no mundo contemporâneo, (relacionadas ao controle, ao ordenamento e à gestão do espaço), às questões ambientais. O meio natural sempre esteve em pauta no debate geográfico, mas na atualidade a Geografia e outras ciências são influenciadas pelo surgimento de novos paradigmas e as questões ambientais ressurgem com mais força e notoriedade (BERNARDES; FERREIRA, 2003).

Retomando a perspectiva de autores da Geografia Moderna, Haesbaert (2004) faz uma leitura da interpretação teórica de Ratzel (1897), enfatizando sua inspiração na natureza biológica do homem para apresentar conclusões sobre o espaço e o território. Ratzel é o primeiro pesquisador a estabelecer uma relação com a biogeografia, ao pontuar que a propagação da vida humana sobre a Terra determina igualmente a emergência de seus Estados e a constituição dos territórios. Os recursos biológicos influenciam o ordenamento territorial desde os primórdios da humanidade, visto que o homem sempre dependeu dos mesmos para sua sobrevivência. Estados não se formam nas regiões polares e nos desertos, assim como permanecem “pequenos” em regiões de florestas conservadas e de altas montanhas (HAESBAERT, 2004; BOHRER, DUTRA, 2009).

Em síntese, as noções de território podem ser resumidas em vertentes: (I) Política ou jurídico-política - sobre as relações espaço-poder institucionalizadas, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce determinado poder; (II) Cultural ou simbólico-cultural – sendo o território produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido; (III) e Econômica – dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território fonte de recursos no embate entre classes sociais e a divisão do trabalho. Propõe-se também a “divisão” em duas concepções: o binômio materialismo-idealismo, em que a ligação material entre território e natureza é explícita, sendo a natureza antes de tudo uma fonte de recursos. Abrange as dimensões natural, econômica, política ou cultural do território somados a uma perspectiva integradora

de território. E o binômio espaço-tempo, o território definindo-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico no qual está inserido (HAESBAERT; LIMONAD, 1999; HAESBAERT, 2004).

Numa perspectiva materialista de território, na Geografia Cultural, Sauer (1926) conceitua o território “natural” às avessas como aquele que se define a partir das chamadas reservas naturais ou ecológicas. Numa visão crítica, aponta que o homem “reinventa” a natureza através de concepções como ecologia, biosfera e meio ambiente, distinguindo espaços “humanos” e “naturais”, numa leitura da Geografia que separa paisagens naturais e paisagens culturais. Reproduzem-se então territórios em função de sua condição de áreas protegidas, uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes tem vetadas as intervenções e a modalidade humana em seu interior – é um exemplo de território interpretado numa perspectiva materialista focalizado a partir de perspectivas como as da Ecologia (HAESBAERT, 2004).

O território, para Haesbart (2004), dada as distintas leituras, representa um “híbrido” – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço. Portanto, o território é concebido a partir da confluência de múltiplas relações de poder, mais material das relações econômico-políticas ao mais simbólico, das relações de ordem mais estritamente cultural. Com vistas ao ordenamento territorial e seus desdobramentos na geografia socioambiental e no planejamento ambiental, o território detém duas características básicas a ser consideradas: o caráter político e seus poderes políticos institucionalizados; e o caráter integrador do território – o Estado e os grupos sociais em sua vivência concreta como os ambientes, capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões.

São vários os elementos que se somam para constituir o que se entende por território. O desenvolvimento, raramente ordenado, das sociedades humanas assim como seu desenvolvimento tecnológico, gerou e gera competição por recursos naturais, seja o acesso à terra, à água, aos recursos energéticos e ou biológicos. Dessa forma, surge uma emergência por organização do uso da terra, compatibilizando tais usos à proteção de recursos naturais, ambientes frágeis e ameaçados (SANTOS, 2004). Bohrer e Dutra (2009) colocam o ordenamento do território como um processo de planejamento que envolve justamente estratégias para resolver ou minimizar distorções, divergências ou mesmo conflitos nas relações

entre atributos ecológicos e aspectos socioeconômicos, tendo por objetivo o “desenvolvimento sustentável”.

Num cenário ideal, o ordenamento territorial adequa ações (projetos, atividades) à potencialidade, vocação local e capacidade de suporte, garantindo o melhor uso, com o aproveitamento dos recursos naturais no sentido de melhora do bem-estar humano e garantia de recursos futuro. Trabalha sob o enfoque da potencialidade e fragilidade do meio. Fundamenta-se na interação e integração dos sistemas que compõem o ambiente, tendo o papel de estabelecer as relações entre os sistemas ecológicos e os processos da sociedade, das necessidades socioculturais e interesses econômicos (SANTOS, 2004; BOHRER, DUTRA, 2009).

Num contexto como o do Brasil e, numa escala menor, o litoral norte do Paraná, observa-se que a potencialidade e fragilidades do meio nem sempre são consideradas, ou tampouco há uma equidade em se considerar os diferentes grupos que exercem poder (ou não) sobre o território. Villaça (2005) exemplifica isso quando analisa o Plano Diretor da cidade de São Paulo, onde grupos com interesses econômicos como incorporadoras e construtoras exercem influência significativa na tomada de decisão e construção dos instrumentos de ordenamento, enquanto as comunidades fragilizadas economicamente e habitantes de dada região, são negligenciadas. No mesmo sentido, a potencialidade do litoral norte do Paraná no desenvolvimento do turismo aliado à conservação da natureza é negligenciada tanto nos instrumentos de ordenamento quanto nas ações diretas sobre o território. Os planos de uso público e planos de manejo tampouco consideram os diferentes públicos de uma UC (melhor idade, mobilidade reduzida, crianças, etc.), conforme será apresentado nas discussões e resultados nos capítulos 5.2 e 5.4.

É difícil precisar o momento da história das sociedades humanas em que começou a se considerar o ordenamento do espaço, visto que, conforme apontado por Santos (2004), a própria organização do espaço era uma premissa dos grupos que se propunham a viver sob normas comuns, disposição observada desde a antiguidade. As primeiras informações históricas sobre planejamento do espaço, na história ocidental, recorrem às aldeias cuja sobrevivência era dada pela pesca ou agricultura, em aldeias na Mesopotâmia há quatro mil anos a.C., quando planejavam seu espaço a partir de premissas religiosas, estéticas e de conforto (SANTOS, 2004).

Num debate atual, sobre território, ordenamento e planejamento ambiental, Gudiño et al. (2017) adotam uma abordagem, sobre o ordenamento territorial, baseada no novo paradigma do desenvolvimento territorial: holístico, sistêmico e complexo, intimamente ligado ao desenvolvimento sustentável⁴ e ao desenvolvimento humano, que se sustenta a partir da identidade de um lugar, sua história, sua cultura e as possibilidades de uso dos recursos que a natureza oferece, seguindo as diretrizes institucionais e legais instituídas por essa sociedade.

Para Gudiño et al. (2017), o sistema territorial conforma-se em três subsistemas básicos: o físico-natural, o socioeconômico e o político-institucional, os quais irão definir o modelo territorial atual, considerando o modelo de desenvolvimento econômico dominante e as escalas de espaço e tempo. O território, enquanto espaço geográfico limitado, conceito polissêmico, adquire distintas conotações segundo a definição e interpretação adotada, podendo ser sinônimo de “sistema espacial formado por elementos físicos e humanos de uma área”; “espaço absoluto sobre o qual se depositam objetos e fenômenos”; “sistema sócio-ecológico definido por relações entre meio físico e sociedade (organização econômica, política, demográfica, espaço construído) e relações horizontais (municípios, sistema urbano, rural, etc.)”.

O ordenamento territorial enquanto forma de gestão adota uma metodologia com enfoque sistêmico, situacional e participativo, o que se traduz na própria natureza do território e nas novas tendências conceituais e metodológicas. O enfoque sistêmico é o entendimento do território a partir de um complexo sistema adaptativo, no qual os processos são resultantes da confluência de múltiplos fatores, com escalas temporais e espaciais definidas. O enfoque situacional do território toma como pressuposto o ordenamento territorial como técnica administrativa, atendendo a demandas de conjuntura, seguindo projetos direcionados que respondam a um programa e ações. O enfoque participativo, por fim, é resultante de

⁴ Apesar da expressão “desenvolvimento sustentável” ser abordada na discussão conceitual de ordenamento territorial, considera-se a mesma como conceito não solidificado e não universalmente aceito. Autores como Dourojeanni (2007), Pádua (2007) e Santos (2004), de distintas áreas do conhecimento apontam contradições intrínsecas, as quais ignoram ser matematicamente impossível crescer de modo sustentável num mundo finito de recursos. O desenvolvimento sustentável é posto como uma utopia, sendo, portanto irresponsável confundir-lo com uma solução palpável ou pior, a salvação para manejo de áreas protegidas (DOUROJEANNI, PÁDUA, 2007). Santos (2004) desconstrói o termo ao associá-lo, ainda, a questões ideológicas, como uma utopia desenvolvida nas Nações Unidas visando inicialmente atrair os países do Terceiro Mundo para adotar a agenda ambiental dos países do hemisfério norte.

uma demanda por maior participação social, democratização, abertura e transparência da sociedade civil (GUDIÑO et al., 2017).

Dado os três enfoques do ordenamento territorial, do qual não se dissocia as questões ambientais e, conseqüentemente, a gestão ambiental, nessa pesquisa entender-se-á a “gestão do território” como um todo constituinte do “ordenamento territorial”. A “gestão” nessa pesquisa é entendida a partir da perspectiva do Ministério de Meio Ambiente enquanto um “mecanismo administrativo, gerencial, de controle ambiental e avaliação, como também aqueles que definem e promovem a forma de participação das populações locais e dos principais agentes regionais públicos e privados.” (BRASIL, MMA, p. 10, 2006).

O Estado, protagonista na gestão do território, ganha destaque com a criação dos primeiros parques nacionais, quando, além de implementar mecanismos de criação (demarcação, desapropriações, indenizações, etc.), tem que realizar a gestão administrativa desses espaços. Logo, o Estado assume enquanto agente interventor da organização territorial de UC, planificando e regulando as atividades em seu interior. Sendo então esse um dos exemplos mais concretos relacionados com a territorialização do espaço citada por Raffestin, cujo ator principal é o Estado (VALLEJO, 2002).

O protagonismo do Estado no processo de territorialização remonta momentos passados, da criação das primeiras UC no mundo, as quais eram definidas (dimensão territorial e perímetro), seguindo critérios como a beleza cênica ou importância nacional enquanto monumentos naturais. Identifica-se então um tipo de preservacionismo “seletivo”, à medida que privilegia áreas que são esteticamente apelativas - *grand canyons*, rios caudalosos, relevo recortado. As áreas de brejos ou alagadas, por exemplo, normalmente tidas como sem valor estético, foram consideradas, outrora, sem valor para a preservação (HAESBAERT, 2004).

Na década de 1960 acontecimentos histórico-políticos propiciaram uma mudança de percepções acerca do desenvolvimento, da mentalidade de consumo e a situação dos países subdesenvolvidos, vislumbrando consequências graves - desigualdades, poluição, perda de qualidade ambiental e insatisfações sociais. Como marco das inquietudes do homem moderno com o meio ambiente, autores

citam o Clube de Roma⁵, em 1968, evento no qual a ciência e a tecnologia passam a ser questionadas. O processo de mundialização das políticas de conservação tornou o tema complexo, com distintas abordagens e políticas. Surgem, então, encontros em escala mundial justamente na tentativa de estabelecer conceitos e diretrizes amplas, gerais, adotadas a nível internacional (BURSZTYN, 1994; BERNARDES, FERREIRA, 2003; SANTOS, 2004).

Os eventos internacionais resultaram em mudanças conceituais e nas perspectivas das diretrizes das UC pelo mundo. Além dos parques, novas categorias de manejo surgiram, dentre diferentes perspectivas de criação. Num primeiro momento preponderava a ideia de santuário ecológico⁶. Em seguida surge a importância para as pesquisas científicas, fortalecendo o interesse de isolamento dessas áreas, associado mais tarde (décadas de 1930 - 1960) ao incremento da extração dos recursos naturais, atividades industriais e redução da biodiversidade. O QUADRO 1 apresenta um resumo de alguns dos encontros significativos ao tema da conservação da natureza e do uso público em UC.

QUADRO 1 - EVENTOS INTERNACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Ano	Instituições / Local	Acontecimento
1948	UNESCO e Governo Francês – Fontainebleau, França.	Congresso internacional que cria a atual UICN - instituição que passa a coordenar trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza.
1960	ONU e UICN	Cria-se a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas.
1962	ONU e UICN – Seattle, EUA	Realiza-se a cada dez anos, desde 1962, o Congresso Internacional de Parques Nacionais com o objetivo de promover, monitorar e orientar o manejo. Primeira listagem de parques nacionais e reservas similares e início da discussão do uso público – exploração econômica de áreas protegidas.

⁵ O relatório final do Clube de Roma defendia uma suspensão do crescimento econômico, ou seja, cada país deveria “parar” onde estivesse, condenando os países em desenvolvimento a um congelamento de sua situação social e econômica. Claramente a ideia do crescimento zero não foi adotada por nenhuma nação, entretanto gerou debates nacionais e internacionais (BURSZTYN, 1993; BERNARDES, FERREIRA, 2003; SANTOS, 2004).

⁶ A percepção de áreas naturais isoladas para fins de proteção tem como uma de suas primeiras formulações o conceito norte-americano de natureza selvagem e intocada, do final do século XIX. A percepção de “natureza intocada” traz a discussão preservacionista e conservacionista. Os primeiros defendem o valor estético e recreativo da natureza, associado a sua proteção contra qualquer perturbação humana. Já os conservacionistas reconhecem a exploração razoável como forma de manutenção das condições materiais de existência humana (REIS DA SILVA, 2015).

QUADRO 2 - EVENTOS INTERNACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (continuação)

Ano	Instituições / Local	Acontecimento
1968	UNESCO, UICN, OMS, FAO – Paris, França.	Conferência da Biosfera
1971	Tratado Intergovernamental - Irã	Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional ou Convenção de Ramsar.
1972	ONU - Estocolmo, Suécia	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Destaque às contestações aos encaminhamentos do Clube de Roma.
1982	UICN – Bali, Indonésia	III Congresso Mundial de Parques Nacionais com o tema “Parques para o Desenvolvimento”
1992	ONU – Rio de Janeiro, Brasil	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio92

FONTE: Adaptado de BURSZTYN (1994); VALLEJO (2002); SANTOS (2004).

Somente após a revolução industrial começam a surgir iniciativas de UC com a finalidade de uso público. Esse fato deveu-se, possivelmente, a rotina de trabalho em fábricas da maioria da população, que naturalmente demandava por espaços de sociabilização e recreação ao ar livre. Como referência de primeiro parque público, institucionalizado, mais próximo aos objetivos e ao uso atual, cita-se o Parque Nacional de Yellowstone, de 1872, nos Estados Unidos. No 1º Congresso Mundial sobre Parques Nacionais (Estados Unidos, 1962) que se inicia a discussão sobre exploração econômica de áreas protegidas, a qual ocorreria por meio o uso público. Com o intervalo de dez anos, na XI Assembleia Geral da UICN (Canadá, 1972), pela primeira vez considera-se a ocupação humana e exploração dos recursos naturais em parques nacionais, a partir do seu zoneamento.

Logo em seguida, na XII Assembleia Geral (1975), no Zaire, reconheceu-se o direito das comunidades indígenas, assim como entendeu-se que o estabelecimento de áreas naturais não deve trazer como consequência o deslocamento dessas populações ou causar a ruptura de seus estilos de vida tradicionais. Com a condição destas populações não afetarem a integridade ecológica da área. Foi no III Congresso Mundial de Parques Nacionais (1982) em que se relaciona a razão de existência das UC à qualidade de vida das pessoas, reafirmando os direitos das sociedades tradicionais, recomendando-se o respeito a diversidade de grupos étnicos e associação dos saberes tradicionais. Questionou-se, por fim, a visão romântica, de paraísos protegidos (MILANO, 1997; MILLER, 1997; VALLEJO, 2002; VALLEJO, 2009; VIANNA, 2008).

Dentre as contribuições desses eventos, convenções e tratados mundiais, destaca-se o impacto na opinião pública. O fortalecimento da pauta sobre questões

ecológicas globais ampliou a participação popular em relação à qualidade de vida humana e o meio ambiente, consequentemente ao estabelecimento de áreas protegidas (MCNEELY, MILLER, 1982; BURSZTYN, 1994; BERNARDES, FERREIRA, 2003; DOUROJEANNI, PÁDUA, 2007; VALLEJO, 2009; PELLIZZARO et al., 2015).

A abordagem tradicional para conservação da biodiversidade funda-se no estabelecimento de áreas protegidas. A definição de área de proteção, resultante do IV Congresso Mundial de Parques e Áreas de Proteção resume-se em “uma área de terra ou mar especialmente dedicada à proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais a ela associados, e manejada por meios legais ou outros meios eficazes” (UICN, 1994 apud MILLER, 1997; BOHRER; DUTRA, 2009). Com o tempo, adequou-se o conceito básico às diferentes realidades regionais e locais, em resposta a anseios e demandas da sociedade, passando a adotar diferentes formulações de áreas protegidas, inclusive com objetivos culturais e finalidades sociais.

Esses diferentes tipos de áreas protegidas são denominadas enquanto diferentes categorias de manejo, destinadas a um conjunto próprio de objetivos (MILANO, 1997). Os propósitos atuais da política mundial de criação de UC no âmbito das diferentes categorias, segundo Vallejo (2002) e UICN (1994), são: (I) pesquisa científica; (II) proteção da vida selvagem; (III) preservação de espécies e da diversidade genética; (IV) manutenção dos serviços de meio ambiente; (V) proteção de aspectos naturais e culturais específicos; (VI) recreação e turismo; (VII) educação; (VIII) uso sustentável de recursos de ecossistemas naturais; (IX) manutenção de atributos culturais tradicionais.

2.1 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

Os instrumentos de ordenamento do território são instituídos legalmente para servirem como ferramentas aos gestores de um dado território. São elaborados a partir de uma demanda de um tema central e objetivos. Trabalhos como Zoneamento, Estudos de Impactos Ambiental, Planos de Bacias Hidrográficas, entre outros, não resumem o todo do ordenamento territorial ou da gestão ambiental do território. Na verdade, são esses uns dos instrumentos de ordenamento, pois atuam sob o meio natural e as atividades produtivas, podem atuar também enquanto

caminhos e recursos dirigidos a alcançar objetivos específicos ou ainda estão baseados em uma função. Detêm formalidades e limites de suas atribuições (SANTOS, 2004).

A conceituação de Santos (2004) sobre os instrumentos versa sobre o plano do ideal e que infelizmente não é a realidade, em muitos casos, no Brasil. Villaça (2005) faz uma crítica à legislação brasileira por exigir a elaboração de grande variedade de planos urbanos (e de ordenamento do território), sendo irresponsável ao não existir mecanismos de cobrança e efetivação desses planos, desmoralizando a própria lei. A exigência cumpre, então, uma função mais ideológica do que prática e em prol do ordenamento territorial em si. Ou seja, exige-se do ente público (ou instituição privada, como empreendimentos em licenciamento), por lei, a elaboração do plano, mas não que o mesmo seja de fato implementado e considerado em todas as questões da gestão do território.

Os instrumentos tradicionais de ordenamento territorial apresentam, segundo Almeida (2007), quatro formatos distintos: os normativos (legislações de uso e ocupação de solo, regulamentação de padrões de emissão de poluentes, entre outros); os fiscalizatórios e de controle das atividades para que sigam dentro das normas vigentes; os preventivos (caracterizam-se pela delimitação de espaços territoriais protegidos como áreas de preservação, pelas avaliações de impacto ambiental, análises de risco e licenciamento ambiental); e os corretivos – sugerem intervenções diretas de implantação e manutenção de infraestrutura em microbacias, em curvas de nível, em área de plantio, etc.

O QUADRO 3 apresenta, em resumo, alguns dos instrumentos de ordenamento do território adotados no Brasil, com respectivas regulamentações.

QUADRO 3 - INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

Instrumento de Ordenamento do Território	Regulamentação Legal
Plano Diretor	Constituição Brasileira de 1988, artigo nº 182; Estatuto das Cidades, instituído pela lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001.
Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)	Decreto Federal nº 4.297/2002
Plano de Bacias Hidrográficas	Política Estadual de Recursos Hídricos Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999.
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	Política Nacional de Turismo Lei nº 11.771/08.
Plano de Manejo	Lei nº 9.985 de 2000 do SNUC; Instrução Normativa nº 07/2017 (ICMBio) com diretrizes para elaboração e revisão de planos de manejo federais.
Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO)	Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938 de 31/10/1981; Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), diretrizes estratégicas de 12/05/1980; Lei n. 7.661, de 16/05/88; Resolução nº 005/97/CIRM da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
Plano Municipal de Redução de Riscos	Estatuto das Cidades, instituído pela lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Legislação específica municipal.
Planos Municipais da Mata Atlântica	Lei Federal nº 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica); Decreto nº 6.660/2008 (conteúdo mínimo).
Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZPO)	Portaria nº 414 da SEP de 30 de dezembro de 2009.

FONTE: Adaptado de SANTOS (2004) e PAULA (2018).

Os planos diretores municipais são apresentados pelos municípios brasileiros como instrumentos de gestão do território que orientam a atuação do poder público e da comunidade em suas atividades, levando à formulação de políticas públicas. Destaca-se por focar as comunidades humanas, o uso e a ocupação da terra, os processos da economia e provisão da infraestrutura. Segundo Santos (2004), os planos diretores municipais (PDM) podem ainda adotar objetivos, alinhados a gestão ambiental do território, como: estimular a adequada distribuição dos contingentes populacionais; propor uma gestão integrada e descentralizada; compatibilizar políticas de diferentes esferas; proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural, paisagístico, artístico e arqueológico, assegurando o acesso a eles; integrar e compatibilizar atividades urbanas e rurais, com uso racional da infraestrutura (SANTOS, 2004).

Villaça (2005) é enfático ao diferenciar Planos Diretores e Zoneamento, sendo o primeiro um instrumento “mais abrangente”. Espera-se que o plano diretor abranja todos os problemas fundamentais do município, englobando transportes,

saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição, por fim, questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Enquanto que o zoneamento refere-se especificamente ao controle e uso do solo, podendo o mesmo vir a compor junto ao Plano Diretor, em conjunto com outras leis como: Lei do Macrozoneamento, Lei do Sistema Viário, Código de Posturas, entre outros.

O marco legal para os planos diretores funda-se na Constituição Brasileira de 1988, artigo nº 182, o qual obriga a adoção do plano diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, enquanto instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 1988). O Estatuto das Cidades, instituído pela lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, determina diretrizes gerais da política urbana, indicando vários instrumentos de gestão, dentre eles o plano diretor. Prevê ainda que o PDM é obrigatório para cidades integrantes de regiões metropolitanas; para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico (caso do município de Guaraqueçaba, analisado no próximo capítulo) e; para cidades inseridas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Outro instrumento de ordenamento analisado nessa pesquisa é o ZEE – Fase Litoral. O ZEE é decorrente das políticas nacionais de gestão ambiental do início da década de 1980, constando no inciso segundo do artigo 9º da Lei nº 6.938/1981, o ZEE torna-se instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente apenas nos anos 2000, quando regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297/2002. Instrumento de política territorial nacional é voltado à proteção ambiental, melhoria da qualidade de vida e redução dos riscos de perda de capital natural. Tem, ainda, caráter estratégico para o Estado e serve como indicativo para o setor privado. O ZEE conjuga a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, parte do diagnóstico dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional, numa avaliação sistêmica, para traçar cenários com proposições e recomendações entorno das vulnerabilidades e potencialidades de cada zona (unidade territorial) identificada. Ou seja, tem como resultado normas de uso e ocupação da terra e de manejo dos recursos naturais (ZEE Fase-Litoral, 2016; SANTOS, 2004).

O terceiro instrumento analisado é o PDITS Litoral. O PDITS corresponde a um instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada, que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases

sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as bases para a definição de ações, as prioridades, e a tomada de decisão. Serve como base e constitui, em si, o instrumento técnico de gestão, coordenação e condução das decisões da política turística e de apoio ao setor privado. O PDITS de cada região turística deve propor objetivos, metas e diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística, caracterizando a situação atual, identificando seus problemas e oportunidades e definindo estratégias e ações (MTUR, 2004).

Instrumento de planejamento do turismo, o Plano está inserido no âmbito da Política Nacional de Turismo (Lei nº 11.771/08), sendo requisito para as regiões e municípios turísticos acessarem recursos do PRODETUR⁷ (Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo).

Sobre os planos de manejo, o instrumento é a ferramenta base para a gestão das UC. São instrumentos com enfoque à preservação e conservação dos recursos naturais, como também ao uso desses recursos para pesquisa científica e visitação pública, na forma de ecoturismo e educação ambiental. Tem como objetivo principal assegurar a manutenção do potencial dos elementos naturais em detrimento de demandas, a conservação em detrimento do uso ou manejo abusivo e a participação da comunidade, além de garantir a obediência a padrões legais ambientais. É o documento técnico também, mediante o qual, segundo os objetivos gerais da UC, se estabelecerá zoneamento e as normas de uso e manejo da área, inclusive a implantação e manutenção de estruturas físicas, trilhas, facilidades ao uso público e gestão da unidade (BRASIL, 2000; SANTOS, 2004; MMA, 2006).

Destaca-se enquanto marco legal dos planos de manejo a Lei nº 9.985 de 2000 do SNUC, a qual define o que é o plano de manejo e, o artigo 27, o qual traz a obrigatoriedade das UC disporem do mesmo, abrangendo toda sua área, sua zona de amortecimento e corredor ecológico (quando houver). Cita-se também os roteiros metodológicos do ICMBio sobre elaboração de planos de manejo para: Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas; Florestas Nacionais; Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável; Reservas Particulares do

⁷ O PRODETUR é um programa com vistas à obtenção de crédito de financiamento externo (no caso do Paraná, o BID), criado pelo MTUR, que busca organizar intervenções, de valor financeiro elevado – na ordem de milhões, em infraestruturas públicas para o desenvolvimento da atividade turística.

Patrimônio Natural. E, mais recentemente, a Instrução Normativa com diretrizes para elaboração e revisão de planos de manejo federais (ICMBio) nº 07/2017.

O baixo número de UC com planos de manejo⁸ efetivamente implantados no Brasil reflete problemáticas e desafios, tais como a cultura de se elaborar diagnósticos detalhados com baixa conexão com o planejamento das unidades, gerando processos longos e de alto investimento financeiro. O planejamento excessivamente detalhado, rígido e pouco estratégico para a construção do instrumento do plano de manejo, associado às dificuldades de recursos humanos e financeiros, das UC, gera a dependência de consultorias externas para a realização do trabalho. Soma-se ainda a baixa implementação dos planos já elaborados, a baixa sinergia com planejamentos institucionais e as barreiras de gestão para lidar com conflitos e o manejo de recursos naturais (ICMBIO et al., 2018; SOUSA, SERAFINI, 2018).

A média de criação dos dois principais instrumentos de gestão de UC - conselhos e planos de manejo - varia de cinco anos (para os conselhos) e de vinte e um anos (para os planos de manejo). Nesse sentido, somado às dificuldades citadas, surgem novas estratégias para viabilizar a instituição (criação, atualização) desses instrumentos (ICMBIO et al., 2018; SOUSA, SERAFINI, 2018). O ICMBio institui a Instrução Normativa nº 07/2017, cujo objetivo é justamente tornar a elaboração desses documentos menos onerosa e mais ágil (concluir o processo em até um ano e meio).

A instrução normativa propõe então, que os planos devem ser compostos pelos seguintes elementos: propósito; significância; recursos e valores fundamentais; necessidade de planejamento e dados; zoneamento. Acrescentam-se os planos e estudos específicos (plano de pesquisa, plano de proteção, uso público, pesca, manejo florestal, estudos específicos), que podem ser desenvolvidos após ou em conjunto com o plano de manejo, conforme a necessidade de cada UC. Como exemplo de documentos nessa nova abordagem, cita-se o plano de manejo do PARNA de São Joaquim (ICMBIO et al., 2018).

⁸ Segundo dados do ICMBio, de 324 UC federais geridas pelo órgão, apenas 178 possuem plano de manejo, entorno de 55% (ICMBIO et al., 2018).

2.2 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO NO LITORAL DO PARANÁ

Ao vislumbrar o histórico da região litorânea paranaense, em relação ao ordenamento territorial, observa-se que o estado é pioneiro na elaboração de planos regionais. Na década de 1950 inicia, no litoral, o incentivo à ocupação por meio de empreendimentos de loteamentos, (na planície da Praia de Leste e Caiobá, principalmente). Prevendo um possível surto de ocupação e crescimento, na região, com a construção da Rodovia das Praias (PR-412), o governo do estado contrata, em 1966, a elaboração do Plano Básico Regional do Litoral do Paraná, o qual não foi concluído e entregue. Apesar disso, o plano estimulou uma cultura de planejamento urbano e regional no âmbito público, tendo em 1974 a criação da Secretaria de Estado do Planejamento, e então o primeiro plano de ordenamento territorial do litoral: Plano Diretor Turístico do Litoral – Paraná (1975). Entendendo que, desde a concepção do primeiro documento para ordenamento do território do litoral paranaense a vocação está associada ao turismo (MIYAGIMA, 2018).

A partir da década de 1980 a demanda pelo uso e ocupação do litoral – principalmente no que concerne aos balneários e veraneio⁹ – traz ações de ordenamento por parte do ente público, assim como a criação do Conselho do Litoral (COLIT - Decreto nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984), ativo até os anos atuais (2019)¹⁰.

⁹ No início da década de 1980 surge a polêmica sobre permitir ou não a construção de edifícios com mais de vinte pavimentos na orla marítima. Como resultado, após várias audiências públicas (em 1983 foi a primeira vez que a população foi acionada para uma audiência pública, na região), decidiu-se pela autorização de construção de edifícios com até dez pavimentos e em alguns pontos específicos da orla (Decreto nº 2.722/84). A intervenção estadual, por meio de instrumentos de ordenamento, para o controle da ocupação do solo pelo uso balneário no litoral paranaense nessas décadas, auxiliou na qualidade ambiental desses municípios, impediu que a orla sul do estado tivesse destino semelhante ao de outros balneários brasileiros, onde a ausência de parâmetros construtivos adequados gerou paredões de edifícios na orla, geradores das “ilhas de calor” (SAMPAIO, 2006; MIYAGIMA, 2018).

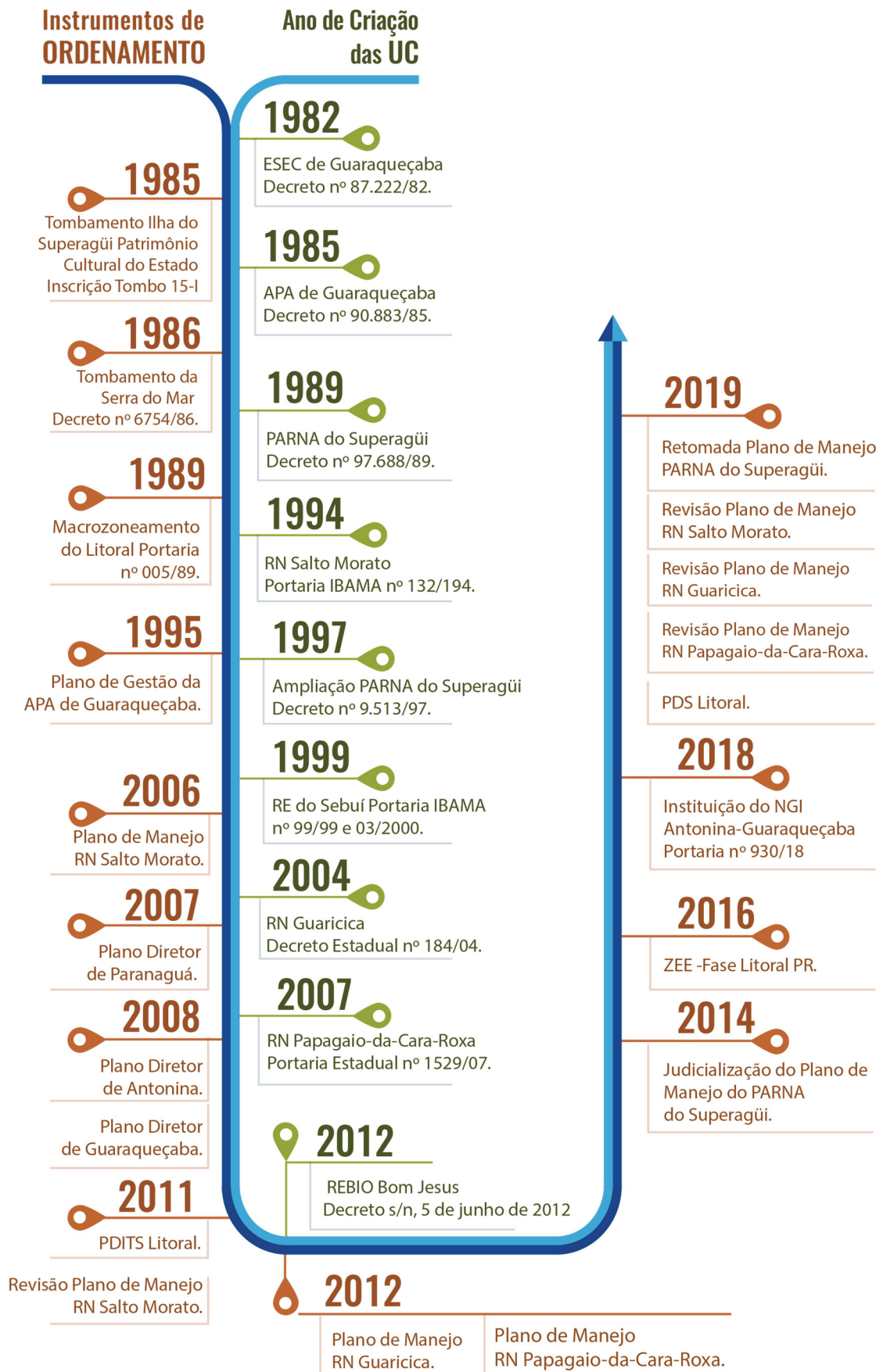
¹⁰ O COLIT tem dentre suas atribuições: “(...) Assessorar a Administração Estadual no desenvolvimento do litoral paranaense, assim como no cumprimento dos princípios legais referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo; (...) cooperar tecnicamente com os municípios da região na elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento urbano, à modernização administrativa e outros; (...) conceder anuência aos procedimentos de licenciamento ambiental e autorização florestal, encaminhados pelo órgão ambiental; (...) fiscalizar, por sua Secretaria Executiva, e com o apoio dos órgãos e instituições que o compõe, o cumprimento das disposições legais e das políticas pertinentes ao uso do litoral paranaense” (Decreto Estadual nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984).

Sobre as UC do litoral paranaense e seus respectivos planos de manejo, Paula et al. (2018) identificaram que das 44 UC totais (federais, estaduais, municipais e RPPN), apenas 12 possuem planos de manejo. Em detalhe, das UC federais, nenhuma possui o instrumento. A REBIO Bom Jesus, a APA e a ESEC de Guaraqueçaba estão em processo de elaboração conjunta de seus planos. Já o PARNA de Superagüi teve avanços na construção do documento, entretanto o mesmo foi judicializado por ação motivada pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) de 2014 até o final de 2018. Já as reservas particulares (RPPN), da totalidade (10 UC), apenas as reservas de gestão da SPVS (Reserva Natural Guaricica, Reserva Natural Papagaio-da-cara-roxa, Reserva Natural das Águas) e Fundação Grupo Boticário (Reserva Natural Salto Morato), ambas instituições do terceiro setor, possuem plano de manejo instituído.

Atualmente identificam-se vários instrumentos de ordenamento territorial vigentes e atuantes no litoral paranaense, em variadas escalas, com distintos propósitos e objetos (temas). A

FIGURA 1 apresenta, em escala cronológica, o ano de criação das UC analisadas nessa pesquisa (litoral norte paranaense), assim como os principais instrumentos de ordenamento do território da área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba.

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO: INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E UC



FONTE: Organizado pela autora (2019).

Associa-se a conservação da natureza no Litoral Norte à presença das UC instituídas desde a década de 1980 (vide a linha do tempo na

FIGURA 1). Tais UC surgem com o objetivo de regular o uso e ocupação do solo, ordenamento proposto a partir de instrumentos. Esses instrumentos (planos de manejo) apresentam lacunas (cada qual será discutido nos próximos capítulos). O primeiro instrumento de ordenamento do território de área protegida, que incide sob a área de estudo (NGI Antonina-Guaraqueçaba), foi o Plano de Gestão da APA de Guaraqueçaba. O documento foi elaborado antes da instituição do SNUC (2000) em 1995. Apesar de apresentar lacunas e não ser considerado nos dias atuais (2019), à época era o único instrumento de gestão ambiental do litoral norte.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

A primeira proposta de criação de UC no Brasil foi feita ainda no período colonial, sugerido, por André Rebouças a criação dos Parques Nacionais da Ilha do Bananal e de Sete Quedas (1876). A primeira UC criada efetivamente foi em 1886, em São Paulo, com o Parque Estadual da Cidade e, em nível federal, em 1937 com o parque nacional, do Itatiaia, e dois anos depois o Parque do Iguaçu (no Paraná, 1939) e Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro, 1939) (PÁDUA, 1997; CUNHA; COELHO, 2003). Desde então, um sistema federal de UC vem se estabelecendo, totalizando 324 UC federais e 667 Reservas Particulares do Patrimônio Natural federais (RPPN), totalizando 79,2 milhões de hectares, ou seja, 9% do território nacional (PAMPLONA, 2018).

Quanto aos propósitos da criação de UC no Brasil, críticas são feitas, afirmando-se que, as primeiras áreas protegidas delimitadas foram criadas a partir

de suas belezas cênicas, algumas outras UC justificaram-se pela biodiversidade. Casos também de oportunismo político (caso do PARNA da Amazônia assinado às pressas à eminência de reeleição presidencial em 2014 e o PARNA de Guaricana, cujo Decreto de criação foi publicado num momento oportuno de reeleição presidencial) (PÁDUA, 1997; VALLEJO, 2002). Cabe salientar também que a criação legal de parques e reservas não são a garantia de cumprimento de seus objetivos, sendo que tal questão esteve presente na criação das primeiras áreas de proteção, como o caso do PARNA das Sete Quedas e do PARNA de Paulo Afonso, ambos extintos para dar lugar a usinas hidrelétricas. Soma-se ainda as dificuldades de gerenciamento dessas áreas, dada as condições impostas ao órgão responsável, com falta de recursos físicos, recursos humanos e financeiros (PÁDUA, 1997; VALLEJO, 2002; TIEPOLO, 2015).

A história da conservação da natureza no Brasil caminha associada aos acontecimentos internacionais (QUADRO 1), a medida que novas percepções e políticas foram sendo incorporadas lentamente. REIS DA SILVA (2015) descreve a lógica predominante nos discursos oficiais nos anos 1970-1980 ao retomar o livro "Os Parques Nacionais no Brasil", organizado por Maria Tereza Jorge Pádua (1979), que, à ocasião, era responsável pelo Departamento de Parques do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A autora, na época, descreve as áreas protegidas como portadoras de vasta riqueza natural e as populações residentes no território recorrentemente veiculadas como posseiras e potencialmente degradadoras.

O histórico da política ambiental brasileira tem estreita relação com os períodos históricos e respectivas políticas econômicas preponderantes. Os marcos legais da política ambiental brasileira dividem-se em três períodos. O primeiro, entre 1921 e 1971, destaca-se a criação das primeiras UC; o Serviço Florestal em 1921; o surgimento do Código Florestal (1934, reformulado em 1965); Código de Águas (1934), Código de Minas (1940), Lei de Proteção à Fauna e o novo Código Florestal ambos de 1965. Entre a criação dos primeiros parques nacionais (década de 1930) e os subsequentes, observa-se um hiato de 20 anos, com uma retomada na década de 1960. Os esforços nacionais iniciais, junto às questões ambientais, eram no sentido de ordenar o uso dos recursos naturais (Código de Águas e Minas), frente aos avanços econômicos, agrícolas e industriais sobre o território nacional – a diretriz motriz era a conservação. As primeiras áreas de proteção criadas

concentravam-se na região sudeste, sendo a primeira na Amazônia instituída apenas na década de 1970. A partir da década de 1960 tem-se a criação de várias UC, num contexto de política desenvolvimentista, coincidindo com as exigências de conservação impostas pelo Banco Interamericano (BID), órgão financiador de alguns programas ao qual o país aderiu à época (CUNHA, COELHO, 2003; PRATES, IRVING, 2015; ICMBIO, PAMPLONA, 2018).

O segundo momento, entre 1972 e 1987 tem-se políticas regulatórias com a criação de órgãos como Secretaria Especial de Meio Ambiente, no âmbito do Ministério do Interior (1973), a Política Nacional de Meio Ambiente, juntamente ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1981; cria-se o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em 1985; a Resolução EIA/RIMA (1986). Cita-se ainda os programas de crescimento e o surgimento da legislação para licenciamento ambiental – década de 1980 com a obrigatoriedade da realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), como também medidas de controle de poluição (CUNHA, COELHO, 2003; PRATES, IRVING, 2015; ICMBIO, PAMPLONA, 2018).

O último período, de 1988 aos dias atuais é marcado pela nova Constituição Federal, de 1988, a qual conta com um capítulo específico para o meio ambiente. Tem-se a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente e a nova Política Nacional do Meio Ambiente (1989), a criação do Ministério do Meio Ambiente - 1992. A partir da década de 1990, em resposta a conflitos entre comunidades tradicionais e sobreposição de áreas indígenas com UC, a política ambiental se direciona a conciliação sociedade e natureza. Sendo a “nova” prerrogativa para a garantia da conservação, considerando então reconhecer as comunidades tradicionais e incorporar seus conhecimentos (BURSZTYN, 1994; DIEGUES; VIANNA, 1995; CUNHA, COELHO, 2003; PRATES, IRVING, 2015; ICMBIO, PAMPLONA, 2018).

Foi em 1992, na Rio-92, que o Brasil incorporou em sua agenda tanto o uso público em UC quanto a associação da conservação com as comunidades tradicionais, incorporando à gestão, a partir dos anos 2000, com a institucionalização do SNUC. A institucionalização da proteção no Brasil era discutida desde 1979 (primeira versão do SNUC), com o objetivo de orientar e legalizar a criação das áreas protegidas. Quando da criação do IBAMA, em 1989, apresenta-se uma

segunda versão para o SNUC, com pouca sensibilidade em relação às populações tradicionais a qual veiculava os princípios do preservacionismo norte-americano.

Como consequência, o SNUC propõe a criação da categoria de uso sustentável, a qual é permissível à presença humana. A criação da categoria de uso sustentável é tida como um avanço, dado que pela primeira vez passou-se a considerar a conciliação entre os modos de vida tradicionais e a conservação da biodiversidade (DIEGUES, 2008; REIS DA SILVA, 2015). Entretanto, além da permanência de povos tradicionais, a categoria permite demais terras de particulares resultando que, pode apresentar-se mais restritiva aos usos e práticas, mas não configura restrições como uma UC de proteção integral.

Nos anos 2000, por fim, cria-se também a Política Nacional de Biodiversidade (2002); Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006); o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio – 2007); e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto nº 6040/2007) (CUNHA, COELHO, 2003; PRATES, IRVING, 2015; ICMBIO, PAMPLONA, 2018).

O SNUC, instituído por meio da Lei Federal nº 9.985, tem como objetivo estabelecer critérios e normas, em nível nacional, para a criação, implantação e gestão das UC brasileiras, pretendendo com isso direcionar estratégias de conservação que atendam aos objetivos do diferente conjunto de UC do Brasil (BURSZTYN, 1994).

As unidades de conservação (UC) são, segundo a lei do SNUC

Todo espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Nesse cenário legal, os objetivos das UC são: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; a promoção do desenvolvimento a partir dos recursos naturais, proteção às características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; assim como recuperar ou restaurar ecossistemas degradados e propiciar a educação e interpretação ambiental (BRASIL, 2000).

O SNUC é composto pelo conjunto de UC federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo, organizadas em dois grandes grupos: as unidades de proteção integral (de uso indireto dos recursos naturais – turismo, educação ambiental, pesquisa científica) e unidades de uso sustentável (de uso direto de parcela dos recursos naturais), conforme ilustra o QUADRO 4.

QUADRO 4 - TIPOS DE UC E RESPECTIVAS CATEGORIAS

TIPO DE UC	OBJETIVO	CATEGORIAS
Unidade de Proteção Integral	Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei 9.985 / 2000.	Estação Ecológica
		Reserva Biológica
		Parque Nacional
		Monumento Natural
		Refúgio de Vida Silvestre
Unidade de Uso Sustentável	Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.	Área de Proteção Ambiental
		Área de Relevante Interesse Ecológico
		Floresta Nacional
		Reserva Extrativista
		Reserva de Fauna
		Reserva de Desenvolvimento Sustentável
		Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

FONTE: Adaptado de BRASIL (2000).

O amplo sistema de UC, com distintas categorias, oferece à sociedade, em tese, uma gama de serviços ecossistêmicos, tais como o fornecimento de alimentos e água para a sociedade, o controle de doenças infecciosas, a regulação do clima; além de comporem o território enquanto fonte cultural, espiritual e recreativa, de saúde física e mental das sociedades humanas (PRATES, IRVING, 2015).

Entretanto, o SNUC apresenta lacunas ainda, importantes para a efetiva garantia de funcionamento do sistema, como o enfoque dado, pelos gestores das UC e das próprias políticas ambientais, na gestão das unidades e não do sistema como um todo. Os corredores ecológicos, as reservas da biosfera e a gestão

conjunta de mosaicos estão previstos em lei, porém, na prática, as UC permanecem, ainda, bastante fragmentadas e sem conectividade (SCALCO, GONTIJO, 2009).

2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO PARANÁ

O litoral norte do Paraná, considerado um dos remanescentes contínuos mais preservados da Mata Atlântica na atualidade, está inserido no Mosaico¹¹ Lagamar, o qual representa um conjunto de 52 UC de diferentes categorias, que se estende desde o litoral sul do estado de São Paulo até o litoral norte do Paraná, sendo que, deste território, 42% corresponde à porção marinha e 58% à porção terrestre (OBSERVATORIO COSTEIRO, 2018;).

A ocupação do território paranaense é recente, de forma que até o início do século XX a atividade econômica estava restrita a um terço da área total do estado, tendo como enfoque atividades como a exploração do ouro (século XVII), extração, industrialização e exportação da erva-mate e madeira (séculos XIX e XX) (SAVI, 1997). Foi a partir da década de 1960 e 1970, com o advento da agricultura mecanizada e com estímulo à produção de soja no Norte e Noroeste do estado, que se acelerou o desmatamento. A Serra do Mar e a planície litorânea, com significativas porções de vegetação nativa, apesar do baixo potencial agrícola, não ficaram isentas. A instalação de empreendimentos e obras de infraestrutura, como a rodovia BR-277 e a usina hidrelétrica Parigot de Souza, impactaram significativamente o ambiente, conforme estudos desenvolvidos por BIGARELLA et al. (1978) apontaram na época, indicando alterações do balanço sedimentar da baía de Paranaguá (JACOBS, 1997; PAULA, 2016).

Iniciativas, estudos e proposições, realizados por Maack e Bigarella culminaram na primeira proposição para criação do Parque Estadual Pico Marumbi (em 1972), assim como nas primeiras discussões acerca do tombamento da Serra

¹¹ Mosaico, segundo a Lei Federal nº 9.985/00, estrutura-se a partir de um conjunto de UC de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico. A gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento durável no contexto regional. O mosaico deverá dispor de um conselho com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das UC que o compõem.

do Mar paranaense (tombada em 1986). Esses avanços¹², de cunho científico, técnico e político, subsidiaram discussões relacionadas à relevância da preservação da Serra do Mar, como condição para a manutenção da viabilidade da atividade portuária no litoral. Neste contexto, a primeira UC é criada no litoral, o Parque Estadual Rio da Onça (1981) no município de Matinhos. No mesmo período, mais quatro UC, entre elas o Parque Nacional (PARNA) de Superagüi, reforçando a vocação de conservação da região (CARNEIRO, 2007; PAULA et al., 2018).

Na década de 1990, seguindo uma tendência nacional e internacional (Rio-92) cria-se mais 13 UC no litoral paranaense, em consonância com os congressos de meio ambiente e os respectivos compromissos firmados por governos e instituições financiadoras. Há também a ampliação do PARNA de Superagüi, assim como a adequação das áreas da APA de Guaraqueçaba e ESEC de Guaraqueçaba (PAULA et al., 2018).

Em números, grande parte das UC do litoral paranaense foram criadas nos anos 2000 até o ano atual (2018), são 23 novas UC, grande maioria parques municipais (13 UC). O panorama atual das UC instituídas no litoral paranaense, seu histórico de criação e o nível de implantação é detalhado em estudo recente elaborado por Paula et al. (2018), observando que, em resumo, 82,6% do território do litoral paranaense é coberto por UC. Apesar dessa elevada porcentagem, o estudo apresenta que a maior parte desse território (53%), corresponde a UC de uso sustentável, categoria menos restritiva a usos. Portanto, 29% do território é constituído por UC de proteção integral.

Como resultado da pesquisa, a grande maioria das UC do Litoral apresentaram-se como moderado, baixo e muito baixo grau de implementação. Os dados demonstram que apesar das UC existirem no litoral, não representam necessariamente, um grau de conservação significativo, visto o baixo grau de implementação dessas UC. Tais resultados denotam o quão as UC estão

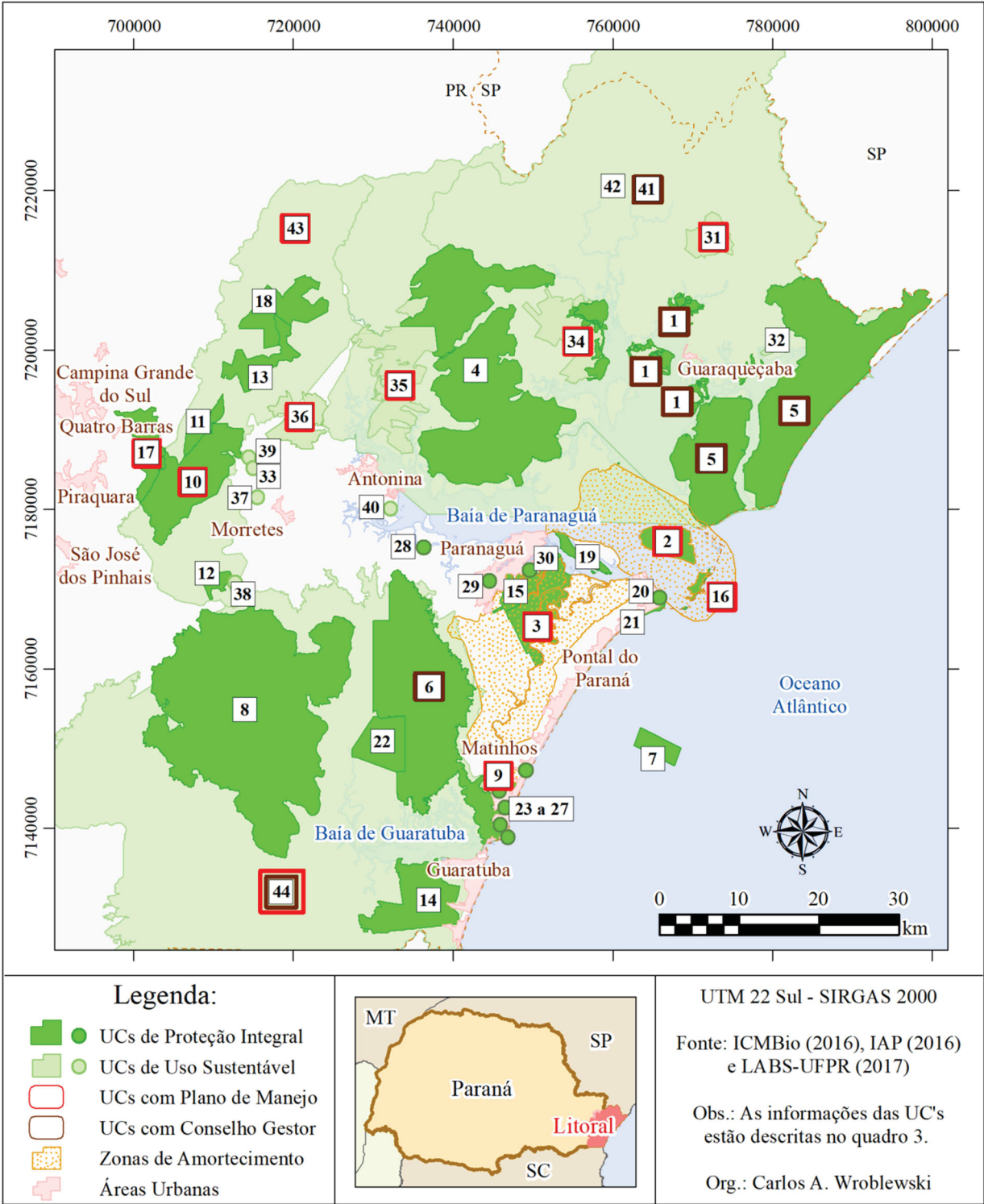
¹² Ciente dos efeitos do desmatamento – relacionado principalmente à oferta hídrica - Maack propôs, em 1953, no Primeiro Congresso Florestal Brasileiro, a criação de um parque na Serra. Bigarella, na década de 1960, dando continuidade à causa de Maack, propôs ao Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná - CDPNP, a criação de um parque na Serra da Prata defendendo a proteção dos mananciais para abastecimento público, da flora e fauna regionais. Bigarella desenvolveu marco referencial antevendo processos de erosão e deposição na Planície Litorânea, que decorreriam do desmatamento da Serra do Mar – na época uma possibilidade concreta – o que o impulsionou na campanha em prol da sua proteção. Simultâneo a publicação de Bigarella, em 1968, Maack publica na Revista Geografia Física do Paraná, balanço da cobertura florestal do Estado e observações a respeito das consequências decorrentes de sua perda (CARNEIRO, 2007).

fragilizadas, apresentando lacunas em aspectos como: equipe gestora, conselho gestor instituído e ativo, plano de manejo vigente, zona de amortecimento estabelecida, limites definidos e regularização fundiária (PAULA et al., 2018).

Considerando o cenário de UC, dentre os municípios do litoral, destacam-se Guaraqueçaba e Guaratuba os quais, possuem, respectivamente, 100% e 98,3% de seus territórios abrangidos por UC, sendo as Áreas de Proteção Ambiental homônimas (categoria de uso sustentável) as responsáveis por esse índice. Além da APA de Guaraqueçaba, o município de Guaraqueçaba tem cerca de 55 mil hectares de unidades de proteção integral em seu território, onde predominantemente o PARNA de Superagüi recobre manguezais e planícies de restinga, a REBIO Bom Jesus, escarpas e morros da Serra do Mar e a ESEC de Guaraqueçaba, os manguezais, resguardando importantes extratos do bioma Mata Atlântica em diferentes ambientes costeiros. O município recobre quatro das cinco UC discutidas nessa pesquisa – o PARNA de Superagui e três RPPN (PAULA et al., 2018).

A FIGURA 2 ilustra todas as UC instituídas no litoral paranaense, em suas diferentes categorias e esferas, apresentando-se a legenda, com nome e categoria, listadas no QUADRO 5.

FIGURA 2 - UC DO LITORAL PARANAENSE (2017)



FONTE: PAULA et al. (2018).

QUADRO 5 - LISTA DE UC DO LITORAL PARANAENSE

	NOME	CATEGORIA	ESFERA
1	Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Proteção Integral - ESEC	Federal
2	Estação Ecológica Ilha do Mel	Proteção Integral - ESEC	Estadual
3	Estação Ecológica do Guaraguaçu	Proteção Integral - EE	Estadual
4	Reserva Biológica Bom Jesus	Proteção Integral - REBIO	Federal
5	Parque Nacional do Superagüi	Proteção Integral - PARNA	Federal
6	Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	Proteção Integral - PARNA	Federal
7	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	Proteção Integral - PARNA	Federal
8	Parque Nacional Guaricana	Proteção Integral - PARNA	Federal
9	Parque Estadual do Rio da Onça	Proteção Integral – PE	Estadual
10	Parque Estadual Pico do Marumbi	Proteção Integral – PE	Estadual
11	Parque Estadual da Graciosa	Proteção Integral – PE	Estadual
12	Parque Estadual do Pau Oco	Proteção Integral – PE	Estadual
13	Parque Estadual Roberto Ribas Lange	Proteção Integral – PE	Estadual
14	Parque Estadual do Boguaçu	Proteção Integral – PE	Estadual
15	Parque Estadual do Palmito	Proteção Integral – PE	Estadual
16	Parque Estadual da Ilha do Mel	Proteção Integral – PE	Estadual
17	Parque Estadual da Serra da Baitaca	Proteção Integral – PE	Estadual
18	Parque Estadual Pico do Paraná	Proteção Integral – PE	Estadual
19	Parque Municipal da Ilha da Cotinga	Proteção Integral - PM	Municipal
20	Parque Municipal Rio Perequê	Proteção Integral - PM	Municipal
21	Parque Municipal da Estinga	Proteção Integral - PM	Municipal
22	Parque Municipal Natural Lagoa do Parado	Proteção Integral - PM	Municipal
23	Parque Municipal Morro do Boi	Proteção Integral - PM	Municipal
24	Parque Municipal Morro do Sambaqui	Proteção Integral - PM	Municipal
25	Parque Municipal Praia Grande	Proteção Integral - PM	Municipal
26	Parque Municipal do Sertãozinho	Proteção Integral - PM	Municipal
27	Parque Municipal do Tabuleiro	Proteção Integral - PM	Municipal
28	Parque Municipal do Guará	Proteção Integral - PM	Municipal
29	Parque Municipal Linear do Emboguaçu	Proteção Integral - PM	Municipal
30	Parque Municipal Ilha dos Valadares	Proteção Integral - PM	Municipal
31	Reserva Natural Salto Morato	Uso Sustentável* - RPPN	Federal
32	Reserva Ecológica Sebuí	Uso Sustentável* - RPPN	Federal
33	RPPN Sítio do Bananal	Uso Sustentável* - RPPN	Federal
34	Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa	Proteção Integral* - RPPN	Estadual
35	Reserva Natural Guaricica	Proteção Integral* - RPPN	Estadual
36	Reserva Natural das Águas	Proteção Integral* - RPPN	Estadual
37	RPPN Vô Borges	Proteção Integral* – RPPN	Estadual
38	RPPN Perna do Pirata	Uso Sustentável* – RPPN	Federal
39	RPPN Reserva da Pousada Graciosa	Uso Sustentável* – RPPN	Federal
40	RPPN Encantadas	Proteção Integral* – RPPN	Estadual
41	APA Federal de Guaraqueçaba	Uso Sustentável – APA	Federal
42	APA Estadual de Guaraqueçaba	Uso Sustentável – APA	Estadual
43	Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi	Uso Sustentável – AEIT	Estadual
44	APA Estadual de Guaratuba	Uso Sustentável – APA	Estadual

FONTE: Adaptado de PAULA et al. (2018).

LEGENDA: *As RPPN são categorizadas enquanto uso sustentável, pelo SNUC (Lei nº9985/2000, art. 14), entretanto, conforme indicado pela mesma lei (art.22) é permissível que as UC de Uso Sustentável sejam transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por meio de instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade. No caso das RPPN estaduais, o órgão oficial estadual (IAP), por meio do Decreto nº 1529 de 2007, tornou as RPPN estaduais UC do grupo de Proteção Integral.

Agrupando em esfera e categorias, tem-se: 12 unidades federais (7 públicas - 6 de proteção integral e 1 de uso sustentável e 5 reservas privadas, RPPN); 20 unidades estaduais (12 de proteção integral, 3 de uso sustentável e 5 reservas privadas, RPPN); e 12 unidades municipais, todas de categoria de proteção integral, parque. Totaliza, por fim, 44 áreas naturais protegidas, sendo cerca de 29% de proteção integral e 53% destinadas ao uso sustentável dos recursos, especialmente as Áreas de Proteção Ambiental (APA) (TIEPOLO, 2015; PAULA et al., 2018).

Quanto às instituições, na década de 1990, há um fortalecimento do sistema estadual de UC com a criação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o surgimento da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) e a implantação do ICMS ecológico (Imposto sob Circulação de Mercadorias), primeiro no Brasil. Na esfera municipal há a instituição da primeira UC municipal da região: o Parque Municipal da Cotinga, em Paranaguá. É nesse período em que instituições privadas voltadas à conservação da natureza passam a atuar no litoral, destacando a SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental) e a Fundação Grupo O Boticário, gestoras de Reservas Naturais (RPPN) situadas no litoral norte paranaense e áreas de estudo dessa pesquisa (SAVI, 1997; SPVS, 2012; PAULA et al., 2018).

3 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O uso público enquadra-se enquanto uso indireto dos recursos ambientais nas diferentes formas de visitação de uma UC devendo, portanto, ser orientado por preceitos de sustentabilidade e mitigação de impactos. Autores como Nelson (2012), têm uma percepção mais abrangente do uso público, entendendo-o como toda atividade que pode ser desenvolvida na UC, dependendo de sua categoria e zoneamento. Para Medeiros et al. (2011), o termo “uso público” traduz uma forma de utilização e aproveitamento das unidades de conservação por meio da visitação, independentemente da motivação do visitante – contemplação, recreação, esporte, observação de aves, entre outros – ou do segmento do turismo em questão – ecoturismo, turismo de aventura, entre outros.

Interpretando o entendimento do SNUC (2000) a respeito, tem-se o art. 11, sobre parques nacionais e seus objetivos:

têm como objetivo básico a **preservação** de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de **pesquisas científicas** e o desenvolvimento de **atividades de educação e interpretação ambiental**, de **recreação em contato com a natureza** e de **turismo ecológico** (SNUC, 2000; grifo da autora).

Uso público, posto como um dos objetivos de um parque nacional (SNUC, 2000) engloba nessa perspectiva: pesquisa científica, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Os visitantes podem ir em grupo, ou sozinhos; podem ser de países diferentes ou de uma escola próxima; podem ser idosos ou jovens; podem ter ou não dificuldades de se locomover, escutar ou ver, e assim por diante (MAGRO, 1999; BRASIL, 2000; PIMENTEL, 2013). Entretanto, autores como TAKAHASHI, 1997 e MICALOSKI et al., 2018 entendem o uso público restringindo-o às atividades de lazer, recreação, turismo e educação ambiental, não abrangendo a pesquisa científica e demais atividades possíveis. Para a presente pesquisa, será considerada essa última abordagem conceitual, de forma a delimitar a análise das distintas UC estudadas.

No Brasil, com a instituição do SNUC (2000), várias categorias de unidades foram oficialmente destinadas à visitação. No ano seguinte, o MMA e o IBAMA organizam o Plano de Ação para Ecoturismo e Uso Público em Unidades de

Conservação, direcionando o uso público juntamente aos objetivos de manejo (NELSON, 2012). No contexto legal brasileiro, todas as categorias de manejo de UC podem ser abertas à visitação, com exceção as estações ecológicas e as reservas biológicas. Essas, unidades restritivas, permitem a visitação com objetivos educacionais e de pesquisa científica, vetando atividades de lazer e turismo. Quando a UC for constituída por áreas de domínio privado, caberá aos proprietários decidirem sobre a possibilidade ou não de receberem visitantes. Em qualquer caso, deverá ser observado o disposto nos respectivos planos de manejo, exigidos para qualquer espécie de UC (BRASIL, 2000).

O uso público está dentre os treze objetivos do SNUC (2000)¹³, ao mesmo tempo que o turismo em UC configura um dos objetivos da Política Nacional do Turismo¹⁴. A lei geral esclarece ainda no parágrafo único do mesmo artigo que “quando se tratar de UC, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade” (BRASIL, 2008; SIMONETTI, NASCIMENTO, 2012).

Para essa pesquisa, será adotado o termo “visitante” para todo turista e usuário que frequente e faça uso público em UC (CIFUENTES, 1992; TAKAHASHI, 1997). Sobre o visitante de uma UC, espera-se que o mesmo esteja ciente, desde o início, que está sujeito a condições, regras e parâmetros diferentes dos que se aplicam aos turistas convencionais. Apesar de existir a expectativa de que esses visitantes detenham um comportamento diferenciado do público de turismo de massa, num perfil de ecoturistas, isso não acontece na realidade. De fato, o perfil do visitante que busca UC, principalmente as de mais difícil acesso, normalmente é diferenciado, mas não é regra. Esses visitantes têm origem nas populações, principalmente as urbanas, que buscam ambientes naturais, resultando no aumento considerado de demanda por visitação às áreas naturais protegidas. Existe uma irregularidade na distribuição dos recursos naturais que, associados à velocidade com que foram explorados (e até praticamente extintos em alguns casos), gerou

¹³ Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; "proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental" (BRASIL, 2000).

¹⁴ Art. 5º - “propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural”.

uma “raridade” de ecossistemas nas regiões mais populosas do país, de forma a se compreender o porquê do crescimento de tal demanda (VASCONCELLOS, 1997; TAKAHASHI, 1997; LEUZINGER, 2010).

O aumento do fluxo de visitantes pressiona as UC que contam com alguma infraestrutura e exige, conseqüentemente, mais áreas semelhantes, com maiores facilidades de visitação. De forma a agravar a situação, há ainda um papel desempenhado pelos meios de comunicação, que divulgam características, qualidades e diversidades ambientais desses espaços, de forma a atrair mais e novos públicos (VASCONCELLOS, 1997; TAKAHASHI, 2004; LEUZINGER, 2010). A divulgação ao grande público de áreas pouco conhecidas e com características cênicas únicas é tão ameaçadora quanto a não implantação e efetivação da UC, dentre as quais muitas sequer dispõem de plano de manejo ou de uma situação fundiária definida. É crítica a situação enfrentada pelas UC em relação a equipamentos, infraestrutura básica e pessoal qualificado (TAKAHASHI, 1997).

Segundo Costa et al. (2008) as atividades de uso público mais frequentes nas UC são o lazer e a recreação, as quais se desdobram em várias atividades. No entanto, poucas têm caráter educativo que envolva a conservação ambiental local. As conseqüências compreendem, basicamente, o comprometimento dos recursos da flora e fauna e da própria qualidade da visitação. Sob o viés do produto turístico, o único fator que não pode ser ampliado é a natureza, ou seja, os recursos naturais, justamente a base da existência do produto turístico, da sua atratividade e de seu destaque no mercado (RUSCHMANN, 2000).

Sobre os impactos negativos que o uso público não ordenado pode vir a gerar em uma UC, citam-se: geração de lixo, resíduos e possível contaminação dos recursos hídricos e solo; afugentamento e mudança de hábitos da fauna (hábitos alimentares, de migração e reprodução); introdução de animais domésticos; pisoteamento das trilhas, erosão e carreamento de sedimentos; abertura de trilhas “clandestinas” ou alargamento das trilhas existentes causando supressão da vegetação; roubo de flora; uso irregular em áreas destinadas à conservação ou recuperação; esgotamento de recursos naturais, como água; mudança da paisagem com a implantação de infraestruturas. Ainda, sobre impactos socioculturais, citam-se: mercantilização da cultura local; especulação imobiliária; aumento do custo de vida; aumento dos índices de criminalidade quando há diferenças no poder aquisitivo das comunidades receptoras, próximas, e turistas – roubo, prostituição, tráfico de

drogas; marginalização social e econômica: aumento de trabalhos informais e participação de forma marginal na economia, deixando atividades de origem (tradicionais) (SWARBROOKE, 2000; COOPER, 2001; MAGALHAES, 2002; FERRETTI, 2002; TAKAHASHI, 2004; PIRES, 2005).

3.1 MANEJO DO USO PÚBLICO

A visitação pública gera impactos significativos, demandando estudos técnicos que viabilizem a compatibilização entre conservação ambiental e presença humana. Todas as classes de usuários têm potencial a causar impactos, não apenas ecoturistas, incluem-se pesquisadores, ambientalistas, comunidades que dependem de recursos da reserva, por exemplo, a comunidade local até mesmo os gestores. Os usuários de UC são diversos e os limites de visitação devem considerar impactos dos recursos naturais, socioculturais e econômicos. Logo a necessidade de estudos e avaliações que, aliados às singularidades do local, sua fragilidade ambiental, o tipo de visitação, as características dos equipamentos instalados, direcionarão as medidas de gestão ambiental e turística da UC (WALLACE, 1997).

O planejamento com vistas ao uso público torna-se fundamental dado os riscos que a visitação desordenada acarreta, impactos esses que devem ser considerados, nos planos de uso público (PUP). É um dos documentos oficiais para UC e tem o objetivo de “ordenar, orientar e direcionar o uso da unidade de conservação pelo público, promovendo o conhecimento do meio ambiente como um todo” (IBAMA, 1999). Os PUP evoluíram bastante no mundo inteiro. O foco inicial era fornecer atividades como *trekking*, com acampamentos em áreas naturais. A ênfase na atualidade está na experiência, educação e manejo dos impactos, envolvendo o público no processo. Atribui-se então valor à visitação responsável, ajudando a manter uma alta qualidade do meio ambiente. Pode ser estruturado após a conclusão do plano de manejo, ou pode vir a integrar os programas de uso do próprio plano de manejo. Algumas UC estruturaram emergencialmente o PUP antes mesmo de concluir o plano de manejo, visto que esse último, demandava um longo processo de diagnóstico e demais dificuldades de conclusão (NELSON, 2012).

Tais planos devem tratar, principalmente, do zoneamento das UC e as formas de uso, enfocando a sustentabilidade de uso desse território, o que envolve, inclusive, a determinação da capacidade de carga da área e dos atrativos turísticos

(LEUZINGER, 2010). Considerando os impactos socioculturais, há princípios postos ao ecoturismo que veem a contribuir e acrescentar na gestão da UC: a inserção da comunidade local no processo de tomada de decisões, determinando de forma coletiva o tipo e a quantidade de turismo que deve ocorrer e que pode vir a afetá-los (WALLACE, 1997).

O manejo de UC para uso recreativo acontece desde a década de 1950 nas UC dos Estados Unidos, período em que a visitação cresceu de forma exponencial. Então, na época, técnicos acostumados a trabalhar com manejo de vida silvestre, extrativismo e silvicultura, sem experiência para lidar com impactos decorrentes de uso público, enfocaram seus esforços associando a capacidade de carga animal (técnica emprestada de manejo de pastagens) a um modelo de manejo de visitantes – buscando identificar um número ideal de visitantes que uma área pode tolerar enquanto oferece uma qualidade de recreação. Tal metodologia, de capacidade de carga física de um ambiente fracassou visto que, primeiramente, o lazer e a recreação em áreas naturais têm como base a experiência psicológica do visitante e, em segundo lugar, conecta-se o número de visitantes ao formato de uso e de visita. Portanto, a necessidade de avaliar a quantidade de visitantes associado ao seu comportamento e formas de uso no ambiente da área protegida (TAKAHASHI, 1997).

Os limites de capacidade de carga podem variar conforme o local (bioma, contexto) e a categoria da unidade. O zoneamento da própria unidade permite diferentes propostas de experiência, cada zona com um nível de proteção e formas de uso diferenciadas. Contudo, reforça-se que, para melhor definir a capacidade de carga devem-se entender os tipos de uso, o comportamento dos visitantes (os tipos de usuários), as condições biofísicas e a sazonalidade (WALLACE, 1997; BOULLÓN, 2002). Estudos de capacidade de carga foram desenvolvidos desde então (STANKEY et al., 1985; SALINAS, 1986; BOO, 1990; HAYMOND, 1991; CIFUENTES, 1992; CHÁVEZ, CID, 1991; GÓMEZ et al., 1993; CERRO, 1993; TAKAHASHI, 1997; BOULLÓN, 2002), de forma a compreender que são diferentes variáveis que irão compor tal determinação (PIRES, 2005).

O manejo pode ser pensado a partir de estratégias visando influenciar o comportamento do visitante de forma positiva à UC. Técnicas de manejo de uso público podem ser adotadas visando minimizar possíveis impactos negativos, como a redução ou inibição do uso público em áreas problemáticas. A capacidade de

carga de uma UC (ou de seus atrativos específicos) é uma técnica de manejo do uso público.

Nelson (2012) apresenta mais duas técnicas que permitem o manejo: (I) Limites de Mudanças Aceitáveis (LMA) desenvolvida para manter ou melhorar situações desejadas a partir de limites estabelecidos (e mensuráveis) nas mudanças das condições das UC. Essa técnica identifica indicadores ambientais e sociais importantes da UC e estabelece padrões de qualidade. (II) Administração dos Impactos dos Visitantes é uma técnica que, por meio de ferramentas, visa modificar o comportamento dos visitantes para reduzir impactos, a exemplo: regular o acesso por transporte; controlar a visita restringindo o número de pessoas por grupos, frequência, tempo de permanência ou taxa de visita; valores diferenciados, da taxa de visita, conforme época do ano ou áreas da UC visitadas; trabalhar com as expectativas dos visitantes; materiais educativos e informativos; elaboração e divulgação do Código de Conduta dos visitantes, solicitando a colaboração dos mesmos em prol da conservação. São estratégias que, combinadas, podem proporcionar um maior número de produtos dentro da UC, reduzir os impactos negativos do uso público; aumentar a durabilidade dos recursos (físicos – instalações e naturais); lidar com a sazonalidade; incentivar ou inibir a quantidade de visitantes ou determinado perfil de visitante.

Os limites de visita dependem do contexto, dos potenciais e das condições desejadas a nível regional ou nacional. Se uma região possui muitas UC com características parecidas, uma proposta é incentivar o uso público, de forma mais intensa, nas UC mais acessíveis e melhor estruturadas, demonstrando as áreas naturais protegidas e os processos naturais semelhantes das demais, cujo acesso é mais difícil, mais restritivo ou com ambientes mais sensíveis. Ou seja, WALLACE (1997) sugere destacar uma UC no quesito uso público em detrimento das demais, buscando diminuir a pressão para visita dessas outras áreas e garantir melhor qualidade de conservação.

As infraestruturas de apoio aos visitantes são fundamentais para ordenar o uso público, principalmente a visita turística, visando a garantia da segurança do meio (conservação) como também do visitante que ali circula. A implantação da infraestrutura deve considerar: diagnóstico dos recursos naturais que detém potencialidade enquanto atrativos turísticos; o perfil do visitante potencial e seu nível de interesse e motivação por determinadas práticas; a real demanda do mercado e o

investimento financeiro e humano (guias, condutores, fiscais, entre outros); as demais infraestrutura básica para dar segurança ao usuário (entorno das UC) e, ao mesmo tempo, garantir a conservação do meio ambiente; por fim, é fundamental o conhecimento a cerca do perfil dos moradores das proximidades da área e inserção dos mesmos enquanto protagonistas do turismo local, responsáveis pelo acolhimento dos visitantes, incluindo-os nos processos de tomada de decisão, envolvimento nas ações, capacitações, etc. (COSTA et al., 2008).

O manejo do uso público é considerado a partir de questões básicas tais como: quantidade e perfil de visitantes (reais), formas e características de uso; e meio onde ocorre o uso. Os dados dos visitantes compreendem desde as características e comportamentos, até aspectos específicos sobre suas expectativas, experiências na área, seus conhecimentos, preferências, satisfação em relação à visita. Todas essas informações dão subsídios ao planejamento do manejo do uso público. O desenvolvimento positivo do ecoturismo em UC depende de estratégias de controle do uso público, de forma eficaz, mensurando a capacidade de carga e controlando-a. Como também informar e educar tanto visitantes quanto comunidades locais (TAKAHASHI, 1997; MAGRO, 1999; TAKAHASHI, 2004; GOOSLING, 1999).

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E USO PÚBLICO

O objetivo de desenvolver o uso público em UC de forma sustentável, sincronizada e conectada ao meio ambiente onde se insere, é diretamente dependente de uma estratégia de educação ambiental que considere, prioritariamente: a questão da participação e do envolvimento das comunidades; o desenvolvimento de programas de educação ambiental formal e informal; a perspectiva de atuação interinstitucional, a transdisciplinaridade, a integração entre o setor público e privado; o desenvolvimento de recursos humanos com base local; o desenho de parcerias na busca de um modelo de responsabilidade sob as iniciativas propostas (IRVING, 2002).

As atividades de educação ambiental, interpretação ambiental e recreação em UC estão, portanto, estritamente relacionadas, destacando-se a importância do planejamento das áreas de uso público, com vistas à educação ambiental. Tanto o turismo quanto a educação ambiental requerem estruturas e meios comuns para

acontecer, reforçando-se que, o praticante destas experiências (turismo, recreação e educação ambiental), é o mesmo indivíduo: o visitante. Entende-se então que a implantação dessas atividades e infraestruturas necessárias, quando ocorre de forma integrada, otimiza a distribuição dos visitantes e da infraestrutura, já minimizando, previamente, impactos negativos que podem vir a ocorrer sob os recursos (VASCONCELLOS, 1997).

A educação ambiental em ambientes de UC, muitos dos casos, ocorre por meio da interpretação ambiental. A interpretação ambiental tem como objetivo estimular as pessoas a compreenderem o seu entorno ecológico e, mesmo com diferentes enfoques, representa a tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum das pessoas, permitindo que percebam um mundo que nunca tinham visto antes. Está intimamente ligada às UC, relacionada aos parques nacionais norte-americanos desde suas criações, quando pessoas “conhecedoras dos valores naturais do lugar” acompanhavam grupos de excursionistas pelas trilhas. A trilha interpretativa é uma das formas de proporcionar a interpretação ambiental em ambientes naturais. Nos meios interpretativos podem ser abordadas diferentes temáticas como fauna, flora, ecologia, geomorfologia, complementando a compreensão e interpretação de diversas características existentes. Permite o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e a construção da percepção de realidade, permitindo ao visitante desenvolver habilidades para mapear, identificar e reconhecer a existência de diferentes fenômenos (VASCONCELLOS, 1997).

3.3 TURISMO NO CONTEXTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O turismo tem sido promovido como uma atividade capaz de conciliar a conservação da biodiversidade, a sensibilização da sociedade com relação às questões ambientais e o desenvolvimento de alternativas econômicas que beneficiem a manutenção de áreas protegidas (UC) e as comunidades locais. Desta forma, a prestação de serviços associados à visita ultrapassa os limites das UC para exercer um efeito multiplicador na economia local, produto da interdependência existente entre os diversos setores que compõem a cadeia produtiva do turismo (RODRIGUES, 2009).

A capacidade de um território para atrair determinados fluxos (de turistas, de pesquisadores, de capitais financeiros, de iniciativas empresariais, entre outros) envolve um complexo conjunto de fatores (materiais e imateriais) que o qualificam e o distinguem do espaço geográfico onde tais fluxos têm origem. A atratividade não depende só das condições territoriais específicas – o destino. Depende também da interação entre o destino emissor e receptor, e a forma como tais condições são percebidas fora do contexto territorial - a imagem desse destino ou produto turístico (DE POLLICE; IULIO, 2011). Considerando tais elementos “externos” às UC (nessa pesquisa, os espaços geográficos onde os fluxos turísticos têm origem), é feita uma breve abordagem a respeito da inserção das UC no mercado turístico.

A percepção da atratividade das UC estudadas e como se situam enquanto atrativos turísticos, destinos turístico ou produto turístico permite, nessa pesquisa, analisar se as UC estudadas estão atingindo os seus objetivos de criação¹⁵ e sendo vistas como locais para o turismo ecológico, por exemplo, para além dos limites da UC. A interação das UC, com as comunidades do entorno, entre si, no contexto do mosaico, como também em parceria com instituições atuantes na região, acaba por refletir o nível de inserção das mesmas no mercado turístico.

Dentre os diversos segmentos de mercado do turismo¹⁶, tem-se o “ecoturismo” como segmento turístico que visa utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável, representando a promoção de um turismo ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. O ecoturismo exige integração ao meio

¹⁵ Relembrando os objetivos das UC (QUADRO 6): “(...)realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.” – RN Salto Morato. “(...)promover a consciência ambiental na região de Guaraqueçaba” – RN Guaricica e RN Papagaio-da-Cara-Roxa. “(...)proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica.” - PARNA do Superagüi.

¹⁶ A segmentação do turismo, proposta pelo Ministério de Turismo, tem como objetivo direcionar a produção turística, de acordo com a vocação do destino, de forma competitiva, focando o segmento de demanda que tem maior potencial de consumo dessa produção (no caso aqui discutido, o ecoturismo). Isso possibilita maior eficácia na oferta e maiores chances de retorno econômico. De modo geral, os produtos turísticos são direcionados para uma demanda específica, e com isso acabam caracterizando segmentos ou tipos de turismo específicos (turismo rural; turismo de sol e praia; turismo de aventura; turismo de negócios; turismo náutico; turismo técnico-científico, entre outros). Formata-se então estratégias direcionadas para perfis específicos de público, por meio da criação e desenvolvimento de produtos condizentes com as potencialidades da região e com as motivações dos visitantes que se deseja atrair. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

ambiente natural, cultural e humano, respeitando as fragilidades das muitas destinações turísticas (BRASIL, 2008).

A discussão do ecoturismo no Brasil é relativamente recente. Em 1987, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) lançou no mercado um novo produto turístico denominado "Turismo Ecológico", entretanto recebeu poucas ações e teve baixa repercussão. Até que em 1994 a EMBRATUR publica "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo". Nesse documento, conceitua-se ecoturismo como: "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas." Essa definição do turismo enquanto atividade de lazer aparece em toda a bibliografia referente a turismo, no exterior e no Brasil (COSTA et al., 2008; IRVING, 2002).

Compreendendo a quem se propõe o Ecoturismo, a um consumo consciente e sustentável, tendo como cenário as áreas naturais, espera-se que detenha atividades que se apoiem na sensibilização, educação e interpretação ambiental. Quando ignorado tais atributos, o segmento periga resumir-se ao apelo comercial do termo, tendo como pano de fundo as áreas naturais, sem controle e ordenamento da atividade, sendo formatado nos moldes do turismo massificado, sem direcionamento do público consumidor, o qual não busca pelas especificidades da atividade. A proposta tem como fim estritamente o lucro, por meio do uso indiscriminado dos recursos naturais (JUNIOR; PIRES, 2008).

No âmbito das UC e comunidades tradicionais inseridas nesse contexto, ou situadas em seus entornos, propõe-se a atividade turística "menos predatória", alternativo ao turismo de massa, priorizando um desenvolvimento diferenciado à comunidade local, dentro dos princípios da mesma, com iniciativas por parte da mesma (IRVING, 2002). Para Coriolano (2009), o turismo só pode ser uma alternativa ao desenvolvimento econômico se for trabalhado em conjunto com as demais atividades tradicionais existentes no lugar e levar em conta um planejamento voltado ao homem e não ao capital. Nesse sentido, Yázigi (2002) problematiza ao afirmar a falta de uma política consistente e coerente, na qual tanto turismo, cultura e meio ambiente sejam indicadores corriqueiros de peso, compatíveis com a ideia de desenvolvimento.

A proposta de Ecoturismo de Base Comunitária, enquanto atividade turística alternativa, não convencional, pautada em quesitos de sustentabilidade social, ambiental e econômica, caracteriza-se como o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade (WWF, 2003). Dentre os benefícios identificados no Turismo de Base Comunitária, revertidos diretamente às comunidades locais e a valorização dos modos tradicionais de vida e conservação da natureza cita-se:

“as populações revalorizam sua identidade cultural, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, se apoderando, por meio da criação de redes solidárias, de proximidade, por meio da criação de novos vínculos sociais, econômicos e culturais, bem como da valorização da conservação da natureza como um valor intrínseco aos seus modos de vida e não como uma externalidade a ser mercantilizada” (SANSOLO, BURSZTYN, 2009).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Definidos os objetivos com essa pesquisa, fez-se a utilização combinada dos seguintes procedimentos: pesquisa documental e bibliográfica (dados secundários), entrevistas semiestruturadas, saídas a campo para identificação (e comprovação) de dados primários e participação em reuniões, conselhos, fóruns, audiências e oficinas dos instrumentos de ordenamento em fase de elaboração (vide QUADRO 7).

Como forma de melhor compreender a dinâmica do uso público em distintas categorias de UC e seus encadeamentos na gestão e conservação da natureza, nessa pesquisa optou-se por analisá-lo enquanto turismo, lazer, recreação e educação ambiental. A pesquisa científica, ao compreender que a mesma demanda e compartilha de infraestrutura semelhante ao turismo (visitação) e educação ambiental, foi considerada brevemente, abordando aspectos associados à infraestrutura. Ao longo da pesquisa, identificou-se que a área de estudo é permeada por muitas iniciativas de pesquisa científica. Dada as dificuldades de acesso aos dados relacionados às mesmas (compilação das informações junto a todas as UC e instituições de ensino e pesquisa atuantes na região), assim como a quantidade de pesquisas desenvolvidas (mais de 400 pesquisas, nos últimos 10 anos), concluiu-se que seria inviável tratar tal questão com profundidade tanto quanto às demais, referentes ao uso público, visto o esforço para compilação e análise das informações - sem tempo hábil suficiente ao longo do mestrado.

O uso público é previsto em algumas categorias de UC e restrito a outras. Nesse sentido, delimitou-se como área de estudo as UC inseridas na área de abrangência do Núcleo de Gestão Integrada Antonina-Guaraqueçaba (NGI). O NGI é uma estratégia adotada pelo ICMBio de

“planejar e gerir as UC a partir de uma perspectiva regional, onde as prioridades de gestão das UC são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.” (ICMBIO, 2018).

As UC que compõem o NGI Antonina-Guaraqueçaba são: I – Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba; II – Estação Ecológica de Guaraqueçaba; III – Parque Nacional do Superagui; e IV – Reserva Biológica Bom Jesus. Inseridos em sua área de influência, estão as demais UC particulares, na categoria reserva

particular do patrimônio natural (RPPN): Reserva Natural Salto Morato (RN Salto Morato); Reserva Ecológica do Sebuí (RE do Sebuí); Reserva Natural Guaricica (RN Guaricica) e Reserva Natural Papagaio-da-cara-roxa.

Considerando as UC de gestão do NGI Antonina-Guaraqueçaba, como também as inseridas em sua área de abrangência (reservas naturais particulares), estabeleceu-se critérios para definição de quais UC seriam analisadas. Os critérios, alinhados aos objetivos dessa pesquisa, são: estarem inseridas num contexto de mosaico ou de gestão integrada¹⁷(NGI); constituírem áreas (UC) legalmente instituídas há no mínimo 10 anos¹⁸; possuírem estágio inicial de implementação de instrumentos e infraestrutura de uso público; previsão no plano de manejo ou no Decreto de criação quanto ao uso público da área; atividades de uso público que aconteceram nos últimos 10 anos; e demanda turística real ou potencial. Portanto, apesar de fazerem parte do NGI Antonina-Guaraqueçaba, ficam excluídas da pesquisa em questão, a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba e a Reserva Biológica (REBIO) Bom Jesus visto que não desenvolvem (ou desenvolveram) atividades de uso público até então (2019), não apresentam estágio inicial de implementação do uso público e não detêm previsões para tal.

Excluiu-se das análises a APA Estadual de Guaraqueçaba e a APA Federal de Guaraqueçaba. A primeira apresenta como perímetro o município de Guaraqueçaba e detém baixo grau de implementação, visto a ausência de ações de gestão (inclusive de uso público) por parte do órgão responsável (PAULA et al., 2018). Entendeu-se que a APA Federal de Guaraqueçaba apresenta uma extensão territorial muito maior se comparada às demais UC analisadas nessa pesquisa, portanto por uma questão de escalaridade, tornou-se inviável a análise e comparação com as demais. Além disso, corresponde a uma UC de uso sustentável, categoria essa que se difere das demais, além de não ter estruturadas ações de uso público por parte do ente gestor.

¹⁷ Visto que o objetivo geral é identificar as correlações da gestão ambiental do território com o uso público, em distintas categorias de UC pública e privadas, tem-se como ponto de partida de análise porções do território que detenham mais de uma UC assim como se proponham a uma gestão do território integrada, em detrimento à clássica e comprovadamente ineficiente gestão independente de cada UC.

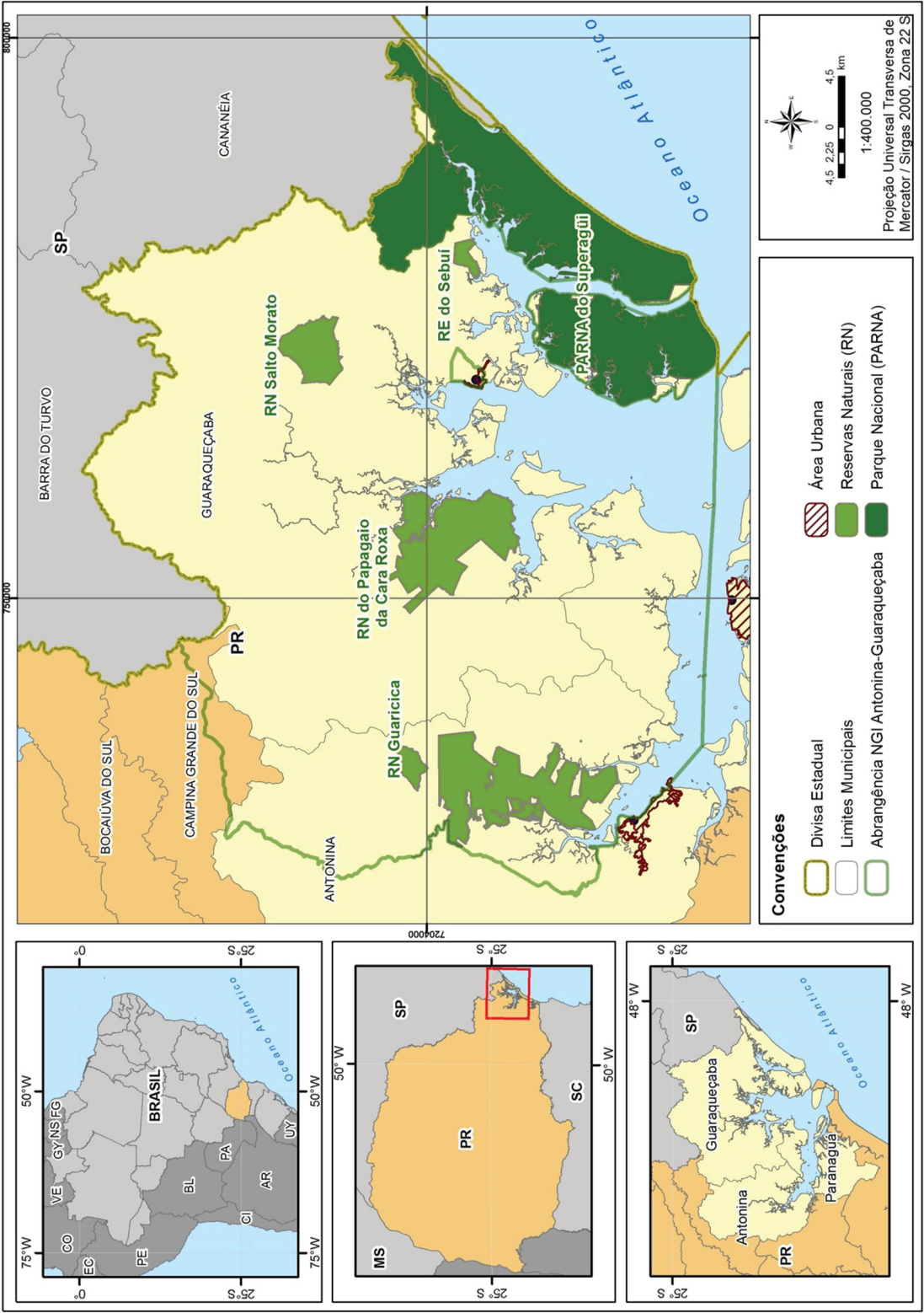
¹⁸ O recorte temporal da pesquisa (dez anos) considerou a data de criação das UC abrangidas, de forma que, a mais recente, Reserva Natural Papagaio da Cara Roxa, foi criada no ano de 2007, o que permite analisar as informações nos últimos dez anos de forma comparativa igualitária entre todas as UC.

Dado os critérios apresentados, definiu-se como objeto de estudo cinco UC, sendo elas: PARNA do Superagüi, RN Salto Morato, RE do Sebuí, RN Guaricica e RN Papagaio-da-cara-roxa. O QUADRO 6 apresenta-as brevemente e a FIGURA 3 a localização das mesmas.

QUADRO 6 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ANALISADAS NA PRESENTE PESQUISA

UC	Categoria	Instrumento Legal de criação	Objetivo de Criação	Plano de manejo	Uso Público
PARNA de Superagüi	Proteção integral – PARNA	Decreto nº 97688 / 89; Lei nº 9513/97 (ampliação).	Art. 1º (...) proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica.	Não - Judicializado	Sim
RN Salto Morato	Uso sustentável – RPPN	Portaria do IBAMA nº 132, de 7/12/94	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.	Sim	Sim
RE do Sebuí	Uso sustentável – RPPN	Portaria do IBAMA nº 99 de 24/11/99 e nº 03 de 03/02/2000	Conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis. (Objetivo da categoria RPPN – SNUC).	Não	Sim
RN Guaricica	Proteção Integral – RPPN	Portaria do IAP nº 184 de 02/09/04 e nº 159 de 30/08/07.	Melhorar a qualidade ambiental local; apoiar o desenvolvimento econômico sustentável criando oportunidades locais; promover a consciência ambiental na região de Guaraqueçaba.	Sim	Sim – limitado
RN Papagaio-da-cara-roxa	Proteção Integral – RPPN	Portarias do IAP nº 157 e nº 160. 31/08/07 e nº 059 30/03/11	Idem RN Guaricica.	Sim	Sim – limitado

FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS UC DA ÁREA DE ESTUDO



FONTE: Adaptado de ICMBio (2015); ITCG (2015); PAULA et al. (2018).

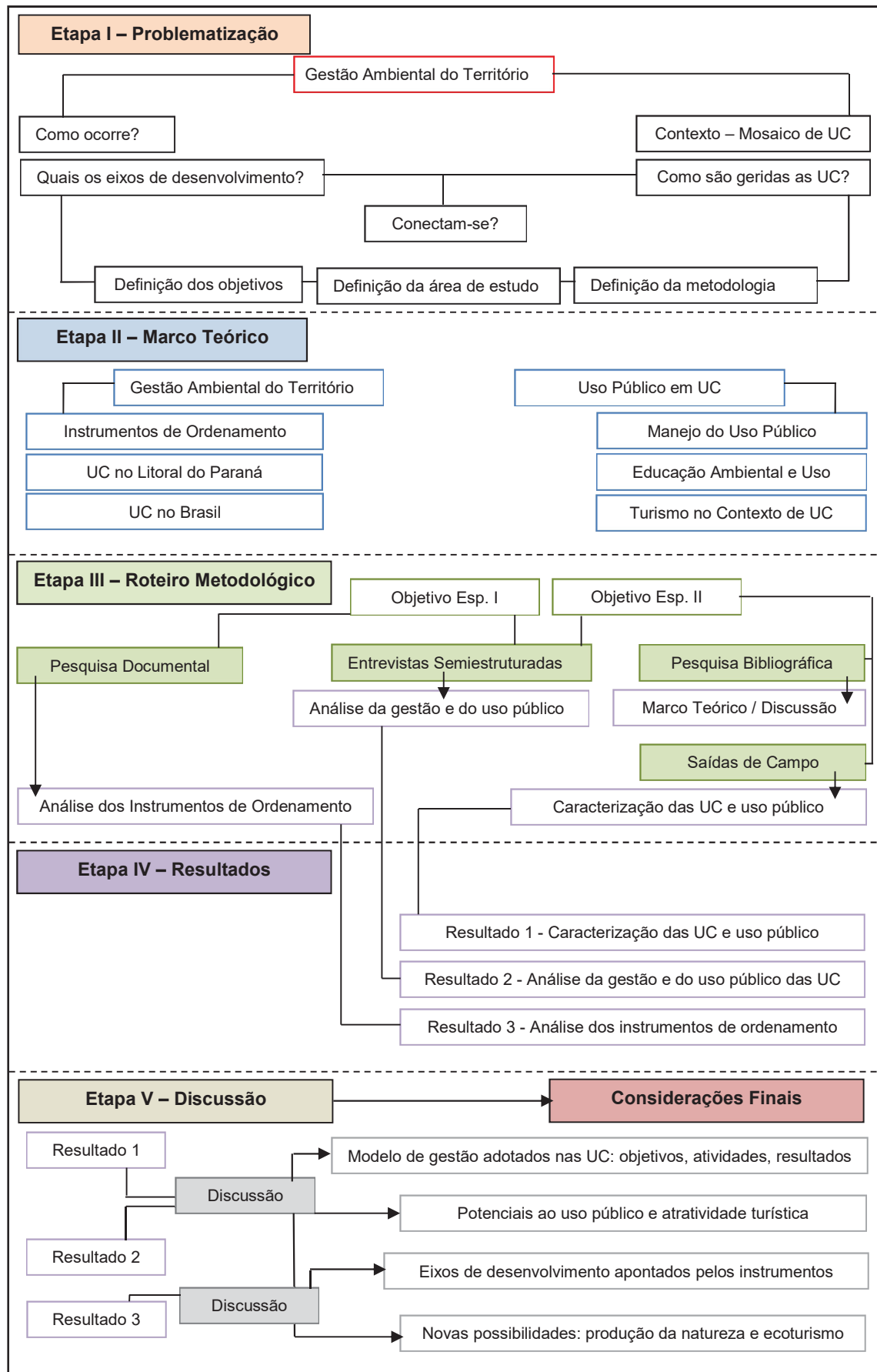
Das cinco UC analisadas, quatro são particulares (duas federais e de uso sustentável e duas estaduais, na categoria de proteção integral), e uma UC pública federal, de proteção integral - o PARNA do Superagüi. No caso das RPPN estaduais, o órgão oficial estadual (IAP), por meio do Decreto nº 1529 de 2007, tornou as RPPN estaduais UC do grupo de Proteção Integral. De toda forma, destaca-se que nas entrevistas realizadas com gestores das RPPN de uso sustentável, afirmaram que as mesmas são gerenciadas como unidades de proteção integral – na categoria parque.

Visto que a pesquisa envolve o PARNA do Superagüi, cuja gestão é realizada pelo ICMBio, solicitou-se autorização para atividade com finalidade científica junto ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO nº 62.635). A mesma pesquisa foi inscrita junto ao programa de apoio a pesquisa nas reservas da Fundação Grupo Boticário, órgão que gerencia a RN Salto Morato.

4.1 ROTEIRO METODOLÓGICO

Os métodos a serem adotados para atingir os objetivos específicos e objetivo geral dessa pesquisa estão elencados na FIGURA 4:

FIGURA 4 - FLUXOGRAMA DAS ETAPAS E MÉTODOS DA PESQUISA



Objetivo específico I: Analisar, discutir e espacializar os instrumentos de ordenamento do território que incidem sob a área de estudo, assim como a correlação dos mesmos com a gestão e o uso público nas UC. Os métodos adotados foram: análise dos instrumentos de ordenamento do território vigentes, sendo eles: planos diretores municipais de Guaraqueçaba¹⁹, Antonina e Paranaguá²⁰; Zoneamento Ecológico Econômico Fase-Litoral (ZEE – Fase Litoral); Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Etapa Litoral (PDITS – Litoral); Plano de Manejo das UC analisadas²¹; e de forma breve, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral, em fase de elaboração). A área de abrangência de cada instrumento foi espacializada.

Na pesquisa foram considerados documentos secundários, como os resultados do Diagnóstico Ambiental de Subsídio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba – UFPR²² (2015) e dados primários, com as entrevistas semiestruturadas. Considerou necessário entrevistar o coordenador do PDITS, para melhor obtenção de informações e análise do instrumento, visto a dificuldade de encontrar informações e publicações a cerca do plano. De maneira complementar, para compreender se há e como ocorre a integração dos instrumentos de gestão do território e as UC, participou-se de oficinas de planejamento, reuniões técnicas e dos conselhos gestores das UC estudadas e instituições afins, detalhadas no QUADRO 7.

¹⁹ A análise do PDM Guaraqueçaba fez-se a partir dos documentos disponíveis na internet (site www.leismunicipais.com.br), visto o próprio direcionamento do site oficial da prefeitura. Os documentos são anteprojetos do PDM. Solicitou-se, portanto, junto a Prefeitura (via telefone e e-mail), os arquivos finais, aprovados pela lei nº 18/2008, entretanto não se obteve resposta.

²⁰ O PDM de Campina Grande do Sul não foi analisado, apesar de o NGI Antonina-Guaraqueçaba recobrir uma pequena porção deste município. Considerou-se desnecessária a análise de tal documento visto a inexistência de usos e ocupação do território nesta porção, bem como ausência de atrativos identificados com potencial de uso público. O local é de difícil acesso e distante das UC analisadas.

²¹ Apesar de ser citado em alguns trechos da pesquisa, o Plano de Gestão da APA Federal de Guaraqueçaba não foi analisado nessa pesquisa visto que o documento é de 1995, anterior ao SNUC, muito distinto do escopo de um Plano de Manejo e não é adotado pelo ente gestor enquanto instrumento de ordenamento.

²² Esse diagnóstico é resultado do Termo de Cooperação Técnica (23075.016923/2014-19) firmado entre a Universidade Federal do Paraná e o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade, no âmbito do qual foi aprovado um Plano de Trabalho conduzido pelo Departamento de Geografia da UFPR, cujo objetivo principal refere-se ao desenvolvimento de ações de suporte e apoio técnico ao planejamento e gestão das UC federais do litoral norte do Paraná. Os trabalhos dos anos de 2014, 2015 e 2016 foram voltados à composição do Diagnóstico Ambiental de Subsídio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba, ESEC Guaraqueçaba e REBIO Bom Jesus.

QUADRO 7 - REUNIÕES E OFICINAS DE PLANEJAMENTO

Data	Evento	Instituição Proponente	Local
30/11/2017	10ª Reunião Ordinária do Conselho da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (COSEC) e 31ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (CONAPA)	ICMBio (CONSEC, CONAPA)	PUC Marista, Guaraqueçaba, PR.
10 e 11/04/2018	Oficina de Monitoramento de Biodiversidade e Fiscalização Integrada - Alvos de Conservação (subsídios ao Plano de Manejo das Reservas SPVS).	SPVS	Reserva Natural Guaricica, Antonina, Paraná.
17/04/2018	Oficina de Monitoramento da Biodiversidade (PARNA do Superagüi e REBIO Bom Jesus)	ICMBio	Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Curitiba.
20/04/2018	II Workshop de Gerenciamento Costeiro - "Lições Aprendidas e Interação entre Academia e Governança".	Centro de Estudos do Mar; Departamento de Geografia da UFPR; Ministério Público Estadual - Coordenadoria da Bacia Litorânea	UFPR – Campus Centro Politécnico, Curitiba.
15/06/2018	Encontro Rede Pró-Lagamar	Rede Pró-Lagamar	Auditório do Museu de Arqueologia e Etnologia, Paranaguá, Paraná
16/08/2018	II Fórum em Desenvolvimento Territorial Sustentável: o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral em Debate	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial, UFPR.	UFPR, Campus Matinhos, Paraná.
08/11/2018	III Workshop de Gerenciamento Costeiro do Paraná	Centro de Estudos do Mar; Departamento de Geografia da UFPR; Ministério Público Estadual - Coordenadoria da Bacia Litorânea	Sede do Ministério Público do Paraná, Curitiba.
06/12/2018	Encontro Técnico de Pesquisadores 2018 - SPVS	SPVS	Reserva Natural Guaricica, Antonina, Paraná.
31/01/2019	Audiência Pública – Fase Contextualização PDS Litoral	Equipe PDS Litoral	Morretes, Paraná.
21/02/2019	Oficina de Construção de Cenários e Visão do Futuro – PDS Litoral	Equipe PDS Litoral	Potinga, Guaraqueçaba, Paraná.

Objetivo específico II: Caracterizar, investigar e comparar como ocorre a gestão, o uso público e integração das UC. A caracterização das UC foi feita, inicialmente, por pesquisa bibliográfica e exploratória, por meio de documentos secundários (bibliografia, publicações científicas, documentos oficiais, Diagnóstico Ambiental de Subsídio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba – UFPR - 2016). O segundo momento foi de coleta de dados primários, por meio de

entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos gestores das UC, conforme QUADRO 8.

QUADRO 8 - ENTREVISTAS REALIZADAS

Unidades de Conservação da Área de Estudo	Gestor 1		Gestor 2	
	Data	Status	Data	Status
Núcleo de Gestão Integrada (NGI Antonina-Guaraqueçaba)	07/05/2018	Completa	11/05/2018	Parcial
PARNA de Superagüi	24/05/2018	Completa	22/01/2019	Completa
RN Salto Morato	23/04/2018	Parcial	26/02/2019	Completa
RN Guaricica	08/05/2018	Completa	24/05/2018	Completa
RN Papagaio-da-cara-roxa	08/05/2018	Completa	24/05/2018	Completa
Reserva Ecológica Sebuí	11/05/2018	Parcial	13/03/2019	Completa

FONTE: A autora (2019)

O objetivo da entrevista é de, primeiramente, ter um entendimento sobre a dinâmica da UC, seu contexto de criação, objetivos e infraestrutura. Dado isso, identificaram-se os elementos que incentivem, garantem ou comprometem o desenvolvimento do uso público; para por fim, analisar as informações, comparando as distintas UC e a forma como ocorre a gestão e o uso público. Buscou-se entrevistar dois gestores de cada UC, além de dois representantes do NGI Antonina-Guaraqueçaba, tendo como critério de escolha o envolvimento do colaborador com a gestão da UC e funções junto à unidade, afinidades com os temas abordados na entrevista: gestão e uso público. A decisão de entrevistar dois representantes de cada UC se deu objetivando confirmar informações coletadas em uma entrevista ou até mesmo cobrir lacunas que poderiam vir a ocorrer. É interessante relatar que, por ser um roteiro pré-estruturado, diferentes abordagens são dadas, mesmo ao se referir a uma mesma UC, enriquecendo os resultados da discussão.

A construção do roteiro de entrevista se deu a partir das seguintes etapas: (I) leitura a referenciais bibliográficos sobre métodos de análise de eficácia da gestão de UC; (II) adequação segundo os objetivos dessa pesquisa; (III) definição dos entrevistados e cronograma; (IV) análise dos resultados e revisão segundo objetivos da pesquisa; (V) se necessário, aplicação e readequação das perguntas; (VI) análise final dos resultados com enfoque ao uso público e gestão.

O roteiro de entrevista (APENDICE 2) foi estruturado a partir de dois métodos de avaliação comparativa de gestão de UC: o método RAPPAM²³ - *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*, idealizado pela WWF (1999) para a Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação; e o Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão²⁴ (SAMGe), atual sistema do ICMBio para análise e monitoramento da gestão das UC federais.

Para cada entrevistado foi entregue e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo ANEXO1) com o objetivo de não expor os entrevistados, assim como responsabilizar o pesquisador em compartilhar com o entrevistado a pesquisa finalizada.

A análise da gestão ambiental do território em consonância com as UC (apresentada no capítulo 5.3) atende ao objetivo geral estipulado para essa pesquisa, ao congrega a análise da gestão do território (área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba) com a gestão e uso público das UC analisadas. O estudo da gestão nas UC segue a ordem no capítulo: entendimento sobre quais são os instrumentos de gestão considerados pelos gestores de cada UC; os objetivos das UC, na perspectiva dos gestores como também o objetivo institucional, posto nos instrumentos. Observa-se de que forma os objetivos são entendidos pelos colaboradores das UC e as comunidades próximas. Ainda sobre gestão, breve análise da governança e como a mesma é exercida. Se há conflitos com as populações do entorno em relação às práticas culturais tradicionais – sempre sob o viés do gestor.

Entendido os aspectos gerais da gestão das UC, faz-se uma síntese do perfil das UC, na perspectiva dos gestores. Tal visão é importante para demonstrar, nessa pesquisa, o quão conectados estão os instrumentos de ordenamento incidentes sob a área de estudo com a realidade - no caso aqui considerado, a vivência e experiência diária dos gestores nessas áreas. Em resumo, se há conectividade da

²³ O método oferece uma ferramenta simples para identificar maiores tendências e aspectos que necessitam ser tratados para se alcançar uma melhor efetividade de gestão em um dado sistema ou grupo de áreas protegidas (LEVERINGTON et al., 2010). Interessante observar que o método permite a comparação de diferentes UC em suas distintas categorias. O RAPPAM foi utilizado pelo ICMBio em análise de gestão de suas UC e, posteriormente, adaptado e aperfeiçoado conforme suas necessidades institucionais, surgindo então o SAMGe.

²⁴ SAMGe é um sistema do ICMBio, institucionalizado pela Portaria do ICMBio nº 306 de 31 de maio de 2016, cujo objetivo é analisar e monitorar a efetividade de gestão das UC sob gestão da entidade.

realidade experienciada pelos gestores com o que consta no papel, nos instrumentos.

Feita as considerações a respeito dos aspectos gerais das UC - objetivos, gestão, governança, biodiversidade, socioeconomia, serviços ecossistêmicos -, parte-se para a análise a respeito das atividades desenvolvidas na área de estudo, observando elementos como: infraestrutura (administrativa e de uso público), atividades, programas de uso público, manejo do uso público, o turismo enquanto atividade econômica na região e, impactos e potencialidades identificados (pelos gestores).

O capítulo final, 5.4, faz a discussão dos resultados obtidos ao longo da pesquisa em paralelo a bibliografia e conceitos estudados. Estabeleceram-se as correlações dos instrumentos com a gestão e o uso público das UC, visando responder: qual o modelo de gestão foi adotado, até então? A gestão do território acontece nas UC? A gestão do território (e o modelo adotado) conecta-se com a realidade e os objetivos das UC?

Todos os mapas apresentados nessa pesquisa foram elaborados com o auxílio do software ArcGIS versão 10.3, a partir de base de dados oficiais – ITCG, ICMBio (2015); dados cedidos pelos gestores – SPVS (2018); Fundação Grupo Boticário (2018); e dados gerados a partir de informações descritas, disponibilizadas: PDITS (2011); entrevistas (2019) e da internet (WIKILOG,2019), para o traço de uma trilha de uso público, da RE do Sebuí (não foi possível obter o dado em campo).

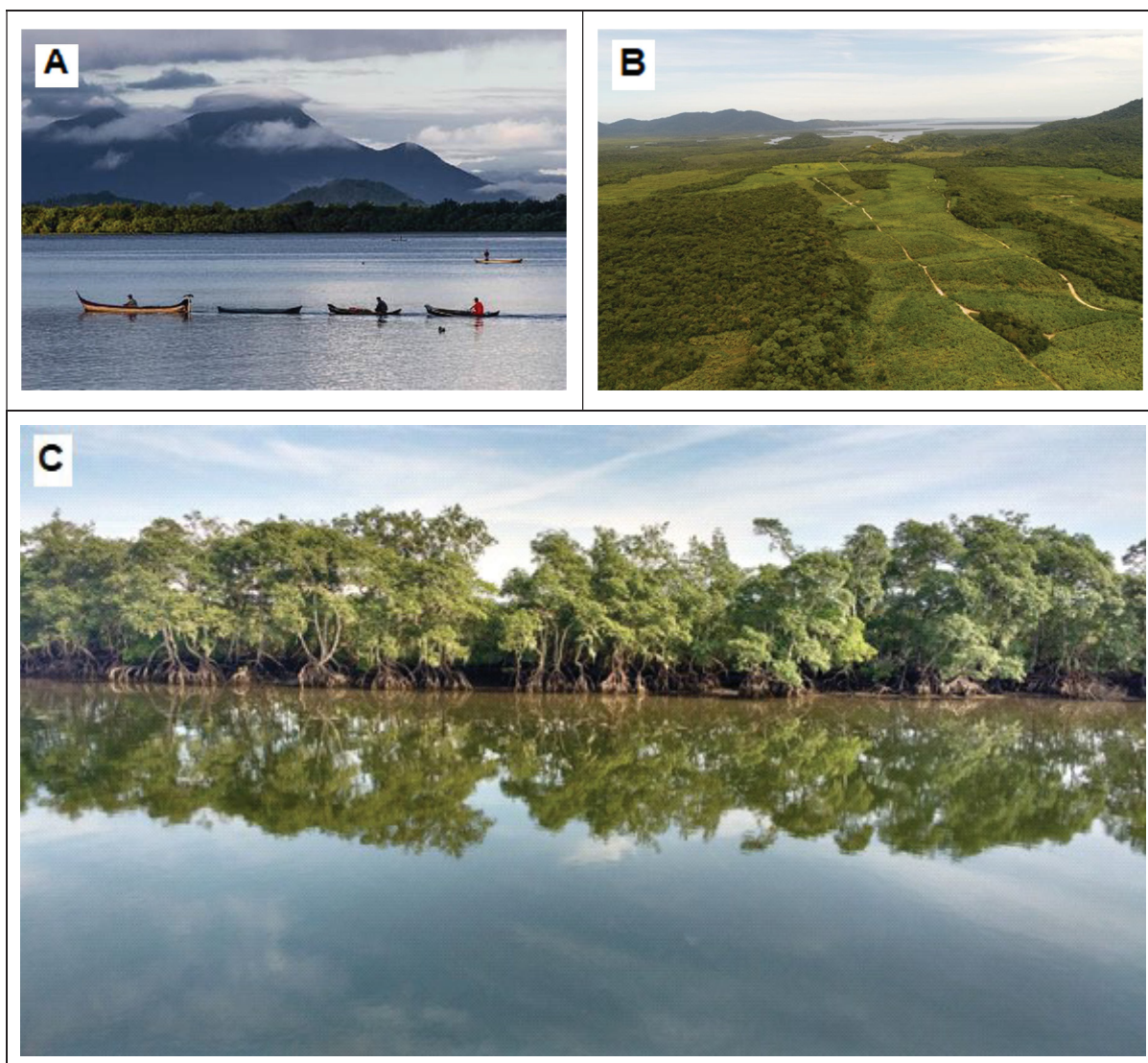
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ANALISADAS

O presente capítulo apresenta uma breve caracterização das UC estudadas, considerando documentos secundários (planos de manejo, documentos oficiais, etc.) assim como informações obtidas nas entrevistas aplicadas junto aos gestores das mesmas. De forma introdutória, contextualizam-se todas as demais UC ao apresentar a seguir, brevemente, a APA Federal de Guaraqueçaba. Unidade de uso sustentável que, apesar de não compor o escopo de UC aqui analisadas, tem inserido dentro do seu perímetro todas as UC analisadas (com exceção do PARNA de Superagüi, a qual é contígua à APA de Guaraqueçaba) como também faz parte do NGI Antonina-Guaraqueçaba.

A região da Área de Proteção Ambiental (APA) Federal de Guaraqueçaba integra, em sua extensão continental e estuarina, uma variedade de ambientes (serra do mar, planície costeira, manguezais e ilhas, vide FIGURA 5) com grande biodiversidade, contendo muitas espécies de fauna e flora endêmicas e ameaçadas de extinção. Nas áreas de serra está concentrada a maior porção de Mata Atlântica em seu estado primitivo, constituindo um complexo significativo de Floresta Ombrófila Densa, podendo ser considerada a maior e mais representativa da costa brasileira. A formação vegetacional é Floresta Ombrófila Densa (FOD), influenciada diretamente pelas massas de ar quentes e úmidas do oceano Atlântico e pelas chuvas relativamente intensas e bem distribuídas ao longo do ano. Em sua porção litorânea continental e insular, a APA conta com importante patrimônio cultural, representado por pescadores artesanais e agricultores familiares, que vivem há mais de um século na região (IPARDES, IBAMA, 2001). Sua porção terrestre ocupa 240.961 ha, o complexo estuarino – formado por baías, canais e enseadas – conta com 41.483 ha, sendo margeado por manguezais, totalizando uma área de 282.444 ha (RODERJAN et al., 2002; PAULA et al., 2015).

FIGURA 5 - DIFERENTES FEIÇÕES DO RELEVO – APA FEDERAL DE GUARAQUEÇABA



FONTE: (A) AZEVEDO (2012); (B) MYSCZAK (2019); (C) DAL PAI (2017).

LEGENDA: A – Baía de Guaraqueçaba; B – Vista do Mirante da Serra Negra; C – Manguezal.

5.1.1 Parque Nacional do Superagüi

O Parque Nacional do Superagüi integra o complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, tendo sido criado pelo Decreto nº 97.688 de 25 de abril de 1989 e ampliado em 1997, Lei nº 9.513, passando a ter 33.988,00 ha. A ampliação do PARNA ocorreu em função da presença de aves marinhas na Praia Deserta e da área de ocorrência do mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), primata descoberto em 1990 e endêmico da área. Essa mudança no perímetro acarretou na inclusão de algumas comunidades tradicionais dentro dos limites do parque, gerando conflitos entre as mesmas e os objetivos da UC. A Lei

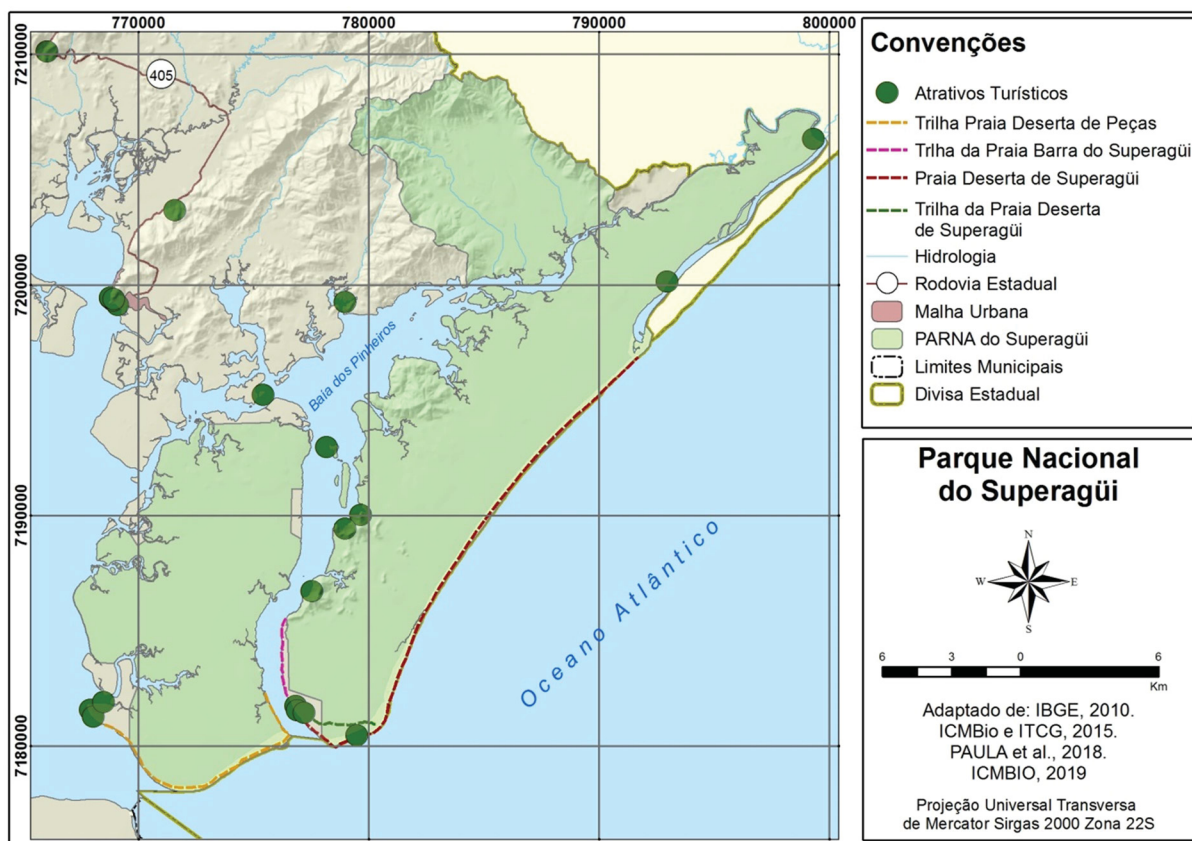
federal que amplia os limites do PARNA, também extingue a ARIE Pinheiro e Pinheirinho e altera os limites da APA Federal de Guaraqueçaba e da ESEC de Guaraqueçaba, excluindo das mesmas as áreas sobrepostas ao PARNA (VIVEKANANDA, 2001; SOUZA, 2014; PAULA et al., 2018). O QUADRO 9 apresenta, em resumo, as características principais legais, de gestão e uso público do PARNA e a FIGURA 6 o perímetro, localização e principais trilhas e atrativos do PARNA.

QUADRO 9 - FICHA RESUMO PARNA DO SUPERAGÜI

UC / Informações	PARNA do Superagüi
Categoria / Instrumento Legal de Criação	Proteção Integral Decreto nº 97688/89 e Lei nº 9513/97 (ampliação).
Gestor	Público Federal / ICMBio
Plano de Manejo	Não (em fase de conclusão - 2019).
Tamanho da UC	33.988,00 ha.
Objetivo de Criação	Art. 1º (...) proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação e pesquisa científica.
Atividades e Atrativos	Caminhada e cicloturismo pelas trilhas; Observação de fauna e flora - pela Trilha da Praia Deserta, passeio às proximidades da Ilha do Pinheiro (revoada dos Papagaios-da-cara-roxa), observação de golfinhos e raias na baía; Contemplação - pôr do sol na praia deserta de Superagüi; banho de mar; Interação com a cultura caiçara - fandango (música e dança), gastronomia, cataia, utensílios como remo, canoas artesanais, redes, tarrafas, instrumentos musicais, vestimentas, etc.
Infraestrutura	Sede Superagüi: Escritório; Alojamento para pesquisadores. Ilha das Peças: Casa de apoio (cozinha, quartos, banheiros – está sem uso). - Trilha de pesquisa: Bertioga e Praia Deserta; - Turismo / recreação: Trilha da Praia Deserta; Praia Barra do Superagüi; Praia Deserta do Superagüi; Praia Deserta de Peças (vide FIGURA 6).
Número de funcionários	Total: 9 3 analistas, 1 recepcionista, 1 barqueiro, 2 serviços gerais, 2 vigilantes.
Capacidade de carga	Por atrativo – não há. Registrado no plano de manejo – não. Sem pesquisa ou método de definição de capacidade de carga
Monitoramento do Uso público	Não há – turismo e educação ambiental. Programa de voluntariado – sem incentivo e divulgação, mas recebem voluntários. Cadastro, análise e aprovação de pesquisas via SISBIO.
Nº visitantes / ano	4.459 (2017)
Perfil do Visitante	Não há estudo
Alta Temporada	Dezembro a fevereiro e feriados (dado de entrevista)
Características da visitação	Visitação espontânea. Gratuita.

FONTE: Organizado pela Autora (2019).

FIGURA 6 – MAPA DO PARNA DO SUPERAGÜI



FONTE: Organizado pela Autora (2019).

O PARNA do Superagüi não possui plano de manejo aprovado, documento que, entre outros aspectos, deveria apresentar instruções ao uso público na unidade, dessa forma, o turismo acontece de forma espontânea e desordenada desde a década de 1990. O plano de manejo foi judicializado por ação motivada pelo Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) em 2014, estando em trâmite judicial (janeiro de 2019), com recente parecer favorável do Ministério Público Estadual para continuidade e finalização do mesmo. Sem plano de manejo, os seus objetivos seguem os considerados na categoria Parque Nacional, regido pelo SNUC (BRASIL, 2000; PAULA et al., 2018).

A Ilha do Superagüi é uma ilha artificial, sendo originalmente uma península a qual sofreu a abertura do Canal do Varadouro em 1953, com o objetivo de facilitar as rotas comerciais entre Cananéia, São Paulo e Paranaguá, Paraná. Apresenta, basicamente, áreas de encosta de morros, planícies de restinga e áreas marginais no interior da baía sujeitas à influência direta das marés. Destacam-se na paisagem

os ambientes de dunas na praia deserta da Ilha de Superagüi (FIGURA 7) e na Ilha das Peças, com cordões e intercordões estuarinos (ANGULO et al., 2006).

Dentre os atributos bióticos destacados na bibliografia e também nas entrevistas realizadas, tem-se para a fauna: o mico-leão-de-cara-preta (*Leontopithecus caissara*) endêmico na região, o papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis* – cujo maior dormitório registrado situa-se no interior do parque), o bugio (*Alouatta fusca*), e o boto-cinza. Da flora, destaca-se a cataia (do tupi-guarani, “folha que queima”, nome científico *Pimenta pseudocaryophyllus*) tem sua área de ocorrência restrita ao PARNA. Citam-se também árvores como o Guanandi, espécie protegida e fundamental para a sustentação de espécies como o papagaio e o mico-leão-de-cara-preta, e também a Palmeira Jussara. O fundo da baía, entre a Ilha das Peças e a Ilha do Mel (área indireta do PARNA), configura-se como grande biodiversidade marinha, fonte de alimento, onde é possível avistar as raias saltadoras com maior frequência.

Dentre as atividades econômicas das comunidades caiçaras que vivem dentro do PARNA ou nas adjacências, as famílias sobrevivem basicamente da pesca e do turismo (de forma direta e indireta) – segundo entrevistado. O principal atrativo é a Praia Deserta, a qual pode ser acessada caminhando beira-mar, partindo da vila de Superagüi ou pela Trilha da Deserta (FIGURA 6 e FIGURA 7), trilha essa que pode ser considerada por si só, outro atrativo – por cerca de três quilômetros atravessa áreas de vegetação nativa.

A Praia Deserta de Superagüi (FIGURA 7, traçado na FIGURA 6) apresenta vinte e três quilômetros de extensão (dados do PARNA, ICMBio e do traçado da trilha pelo *software Google Earth Pro*), a qual, além da paisagem, permite a observação de pássaros migratórios entre os meses de março e abril. Não possui equipamentos de apoio ao visitante no decorrer da praia.

Com grande extensão de praia também, a Ilha de Peças tem como atrativo sua praia deserta com treze quilômetros de extensão, onde é possível caminhar e observar bandos de aves costeiras, como gaivotas, talha-mar, trinta réis, atobás que se aproximam da Ilha em busca da oferta de alimento, além dos botos-cinzas com seus filhotes. Há ainda o Canal do Varadouro, onde é comum a prática da pesca esportiva.

FIGURA 7 - TRILHA DA DESERTA

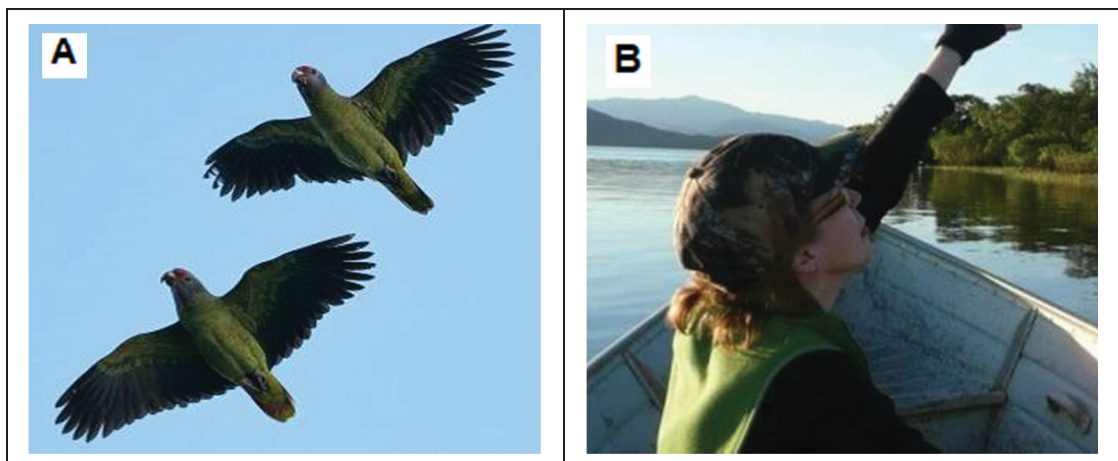


FONTE: A Autora (2012).

Legenda: (A e B) Trilha da Praia Deserta; (C e D) Praia Deserta de Superagüi

Inserido dentro da área do PARNA, tem-se a Ilha do Pinheiro, o principal dormitório dos papagaios-de-cara-roxa, onde fazem repouso noturno, se alimentam e reproduzem. É possível observar a revoada dos mesmos sempre ao amanhecer ou ao entardecer, sendo o período de maior incidência a estação do outono, e o período com menos indivíduos, o período de reprodução e nascimento dos filhotes: outubro e novembro. No início do dia os indivíduos partem sozinhos ou em pequenos grupos em busca de comida e retornam ao final da tarde para a ilha dormitório. Costumam formar casais e realizam o voo normalmente em dupla (casais), tripla ou quadrupla (junto aos filhotes). A observação da revoada (FIGURA 8) é um importante atrativo turístico do PARNA, dada a raridade e vivência da experiência.

FIGURA 8 - REVOADA DOS PAPAGAIOS-DE-CARA-ROXA



FONTE: SPVS, 2015.

LEGENDA: (A) Papagaios de Cara-Roxa; (B) Atividade de Observação dos Papagaios de Cara-Roxa

Por fim, destacam-se as comunidades caiçaras²⁵ e sua cultura com gastronomia, bebidas como a cataia, encontrada apenas nessa região, a dança e música típica – fandango, entre outros aspectos (festas, comemorações, instrumentos musicais, vestimentas, técnicas de pesca) – os quais compõem os atrativos culturais do PARNA.

Sobre o uso público, principalmente o turismo no PARNA, foi realizado um estudo pelo ICMBio (2018) recentemente, baseado na metodologia do Índice de Atratividade Turística (IAT) o qual indicou ao PARNA do Superagüi com

Alto potencial de atratividade turística, com condições de atrair visitantes internacionais, além disso, oferece uma boa gama de atividades turísticas (ambiente social) mas muito baixo nível de ordenamento com falta de plano de manejo, infraestrutura e serviços (ambiente de manejo) aos visitantes, o que é o fator limitante para que a UC possa alcançar seu potencial de visitação. (SOUZA; CGEUP; ICMBIO, 2017).

O estudo critica a infraestrutura do PARNA, prevendo que, investimentos nesse setor e no manejo do uso público podem vir a triplicar o número de visitação do parque, gerando até dez vezes mais o número de empregos. O parque detém, portanto, de uma potencialidade ao turismo que pode ser convertida em benefícios

²⁵ Comunidades tradicionais que moram nas várias vilas adjacentes ao PARNA e também dentro do seu perímetro. Registram-se sete comunidades inseridas dentro do perímetro do PARNA do Superagüi. Comunidades foram inseridas dentro do perímetro com o aumento da área do PARNA, a partir da Lei nº 9513/97. As principais fontes de conflitos do PARNA na atualidade são as comunidades, que questionam a presença do ICMBio, o incentivo à prática do turismo e restrições às práticas de agricultura e pesca (caranguejo), praticadas tradicionalmente, antes da ampliação do PARNA.

diretos e indiretos a Vila de Superagüi, Ilha das Peças, ao município de Guaraqueçaba e as comunidades estuarinas próximas.

5.1.2 Reserva Natural Salto Morato

A criação da unidade é objeto da Portaria do IBAMA nº 132, de 7 de dezembro de 1994, sendo aberta a visitação em 1996. A portaria reconhece parte do território como RPPN (819,18 ha), estando a área restante também sendo manejada da mesma forma. A reserva teve seu primeiro plano de manejo elaborado em 2006, sendo revisado em 2011/2012.

Segundo dados do Plano de Manejo, desde sua abertura ao público, em 1996, recebe uma média anual de 7.500 visitantes. Apenas 2% do total da RN Salto Morato são acessíveis através de trilhas previamente demarcadas, com painéis interpretativos e sinalização. Recebe visitação de terça a domingo (8:30 às 17:30 horas).

A Reserva Natural Salto Morato, reserva particular sob gestão da Fundação Grupo Boticário, possui 2.253 hectares e abriga espécimes da fauna e flora da Mata Atlântica endêmicas e ameaçadas de extinção. Segundo plano de manejo (e entrevista realizada), a região apresenta a maior biodiversidade de anuros, anfíbios e morcegos do sul do Brasil. Detém 326 espécies de aves registradas, sendo que dessas mais de 50% tem endemismo. As espécies alvo de conservação são: jacutinga, palmito e macuco.

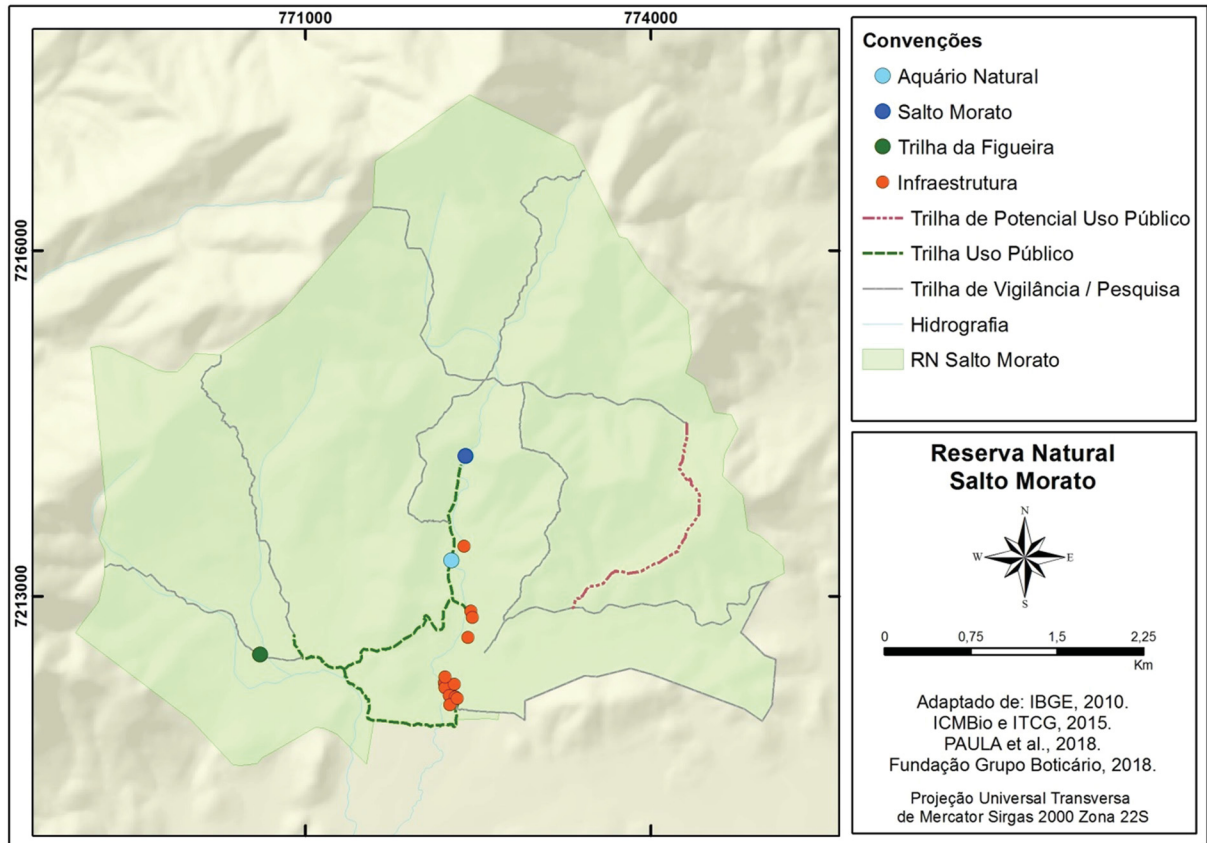
A Reserva recebe visitantes desde 1996 e, desde então, estruturou-se para o uso público de forma a contar com várias infraestruturas de apoio ao visitante e pesquisador. O QUADRO 10 apresenta em resumo as principais características da UC quanto à gestão e ao uso público e a FIGURA 9 a ilustração com o perímetro da reserva, principais trilhas e instalações de infraestrutura (de uso público e administrativo). Na FIGURA 10 ilustram-se algumas infraestruturas de suporte, como o portão de entrada da reserva e centro de visitantes. As duas trilhas de uso público contam com painéis interpretativos e sinalização.

QUADRO 10 – FICHA RESUMO RN SALTO MORATO

UC / Informações	RN Salto Morato
Categoria / Instrumento Legal de Criação	Uso sustentável – RPPN Portaria do IBAMA nº 132, de 7/12/1994
Gestor	Privado / Fundação Grupo O Boticário de Conservação da Natureza (Fundação Grupo Boticário)
Plano de Manejo	Sim – 2011 (em atualização)
Tamanho da UC Tamanho da RPPN	2.252,8 ha 819,18 ha
Objetivo de Criação	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
Atividades / Atrativos	Salto Morato. Figueira centenária. (2) Trilhas estruturadas em meio a mata. Aquário natural. Centro de visitantes com exposição interativa.
Infraestrutura para uso público	Estacionamento, Portaria e Centro Administrativo, Centro de Visitantes (sala de vídeo, sanitários, sala de exposição), Centro de Pesquisas, Centro de Manutenção, Casa de Hóspedes, Auditório, camping, Casa dos Voluntários, Alojamento para pesquisadores, Lanchonete, residência de funcionário, bicicletário, placas de sinalização e acesso, estação meteorológica SIMEPAR.
Número de funcionários	Total 15 (2 estagiários remunerados). Estagiários voluntários.
Capacidade de carga	Por atrativo – não há. Registrado no plano de manejo – não. Sem pesquisa ou método de definição de capacidade de carga. Controle de até 60 pessoas na trilha.
Monitoramento do uso público	Número de visitantes (ingressos). Perfil de visitantes. Pesquisa de satisfação. Programa de voluntariado. Programa de apoio a pesquisas na reserva – cadastro, análise e aprovação.
Nº visitantes / ano	7.500 (2018)
Perfil do Visitante	60% turistas - grande parte de Curitiba ou municípios litorâneos próximos. 40% moradores de Guaraqueçaba. Idade média: 18 e 38 anos, sendo baixa a visitação de crianças.
Alta Temporada	Dezembro a fevereiro e feriados.
Características da visitação	Visitação de terça a domingo (8:30 às 17:30 horas) – Observadores de pássaros podem adentrar a reserva a partir das 6:00. Taxa de visitação: R\$ 10,00 e R\$5,00 (meia entrada). Moradores de Guaraqueçaba, menores de 10 anos e maiores de 60 anos, são isentos. Aberto ao público desde 1996 para visitação.

FONTE: Organizado pela Autora (2019).

FIGURA 9 – MAPA ESTRUTURAS RESERVA NATURAL SALTO MORATO



FONTE: Organizado pela Autora (2019).

FIGURA 10 - EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TURISMO



LEGENDA: (A) Portão de entrada da Reserva; (B) Centro de Visitantes; (C) Centro de Visitantes (estação interativa); (D) Sinalização de Trilha; (E) Painel interpretativo; (F) Painel interpretativo na Trilha do Salto Morato.

Os principais atrativos turísticos, além da biodiversidade e geodiversidade local, é o salto Morato (FIGURA 11D), maior queda de água da região litorânea, com aproximadamente 100 metros de altura, uma figueira centenária (FIGURA 11B), a qual dá nome a “Trilha da Figueira” e situa-se próximo ao rio do Engenho e o aquário natural, onde é permitido realizar mergulho e banho (FIGURA 11A).

FIGURA 11 - ATRATIVOS DA RN SALTO MORATO



FONTE: (B e C) A autora (2015); (A e D) DAL PAI (2019).

LEGENDA: (A) Aquário Natural; (B) Figueira Centenária; (C) Painel Interpretativo Trilha da Figueira; (D) Salto Morato.

5.1.3 Reserva Ecológica do Sebuí

A RE do Sebuí é gerida por dois sócios, pessoas físicas (particulares), não possuindo plano de manejo aprovado e disponível para consulta²⁶. As informações transcritas são resultantes das entrevistas realizadas com os sócios. Não foram identificadas publicações científicas que trouxessem informações complementares

²⁶ Segundo entrevistado do NGI Antonina-Guaraqueçaba (ICMBio) o plano de manejo da RE do Sebuí não está em análise, no órgão, visto que não apresenta os limites demarcados da RPPN, fator esse condicionante para que o ICMBio inicie a análise de um plano de manejo.

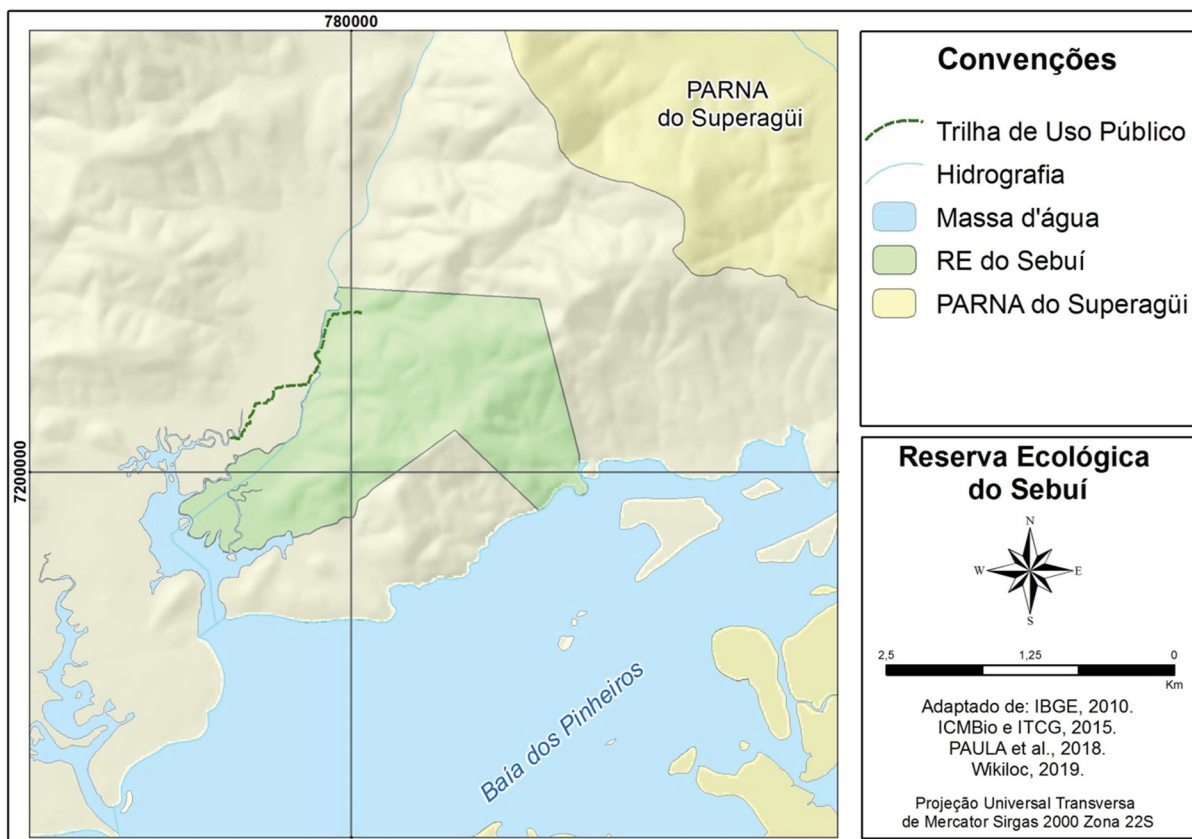
sobre o uso público e caracterização da reserva, mas sim publicações na mídia social *Facebook*, na qual há uma página comercial de divulgação da reserva. O QUADRO 11 apresenta em resumo as principais informações obtidas.

QUADRO 11 - FICHA RESUMO RE DO SEBUÍ

UC	RE do Sebuí
Categoria / Instrumento Legal de Criação	Uso sustentável – RPPN Portaria do IBAMA nº 99 de 24/11/99 e nº 03 de 03/02/2000
Gestor	Particular (pessoa física)
Plano de Manejo	Não
Tamanho da UC Tamanho da RPPN	500 ha; 400 ha.
Objetivo	Aliar a conservação da natureza ao turismo de vivência na Mata Atlântica, replicando os conhecimentos e valores desse ecossistema à sociedade. Conservação para futuras gerações.
Atividades / Atrativos	Trilha de visitação, com cerca de uma hora de caminhada até as cachoeiras; Quatro cachoeiras, com possibilidade de banho e contemplação; Caminhada interpretativa por trilhas suspensas no mangue; Canoagem (canoa e caiaque) na baía; Opção de pernoite em chalés na reserva com pensão completa e traslado.
Infraestrutura	Casa grande com dormitório para funcionários, cozinha, área para refeições, área comum. - 6 chalés (suítes), cama casal e uma cama solteiro. - Sanitário externo; - Sistema de aquecimento a lenha; - Placas solares; - Trilhas suspensas (mangue). - Trilhas de acesso ao cachoeiras.
Número de funcionários	- 3 fixos (2 proprietários e 1 contratado) - 3 temporários (manutenção, cozinha).
Capacidade de carga	Por atrativo – não há. Registrado no plano de manejo – não. Sem pesquisa ou método de definição de capacidade de carga. Definições dadas pela gestão da Reserva: roteiro com hospedagem – máximo 12 pessoas. Para roteiro de um dia – máximo 30 pessoas.
Monitoramento	Não há – turismo e educação ambiental.
Nº visitantes / ano	Não tem controle.
Perfil do Visitante	Não tem estudo. Turistas estrangeiros, ecoturistas, grupos de pesquisa (dado obtido em entrevista).
Alta Temporada	Não informou.
Características da visitação	Guiada e mediante agendamento prévio. A visita engloba deslocamento, serviços de guia e visitação aos atrativos. Custo: R\$90,00 (um dia) / U\$ 300,00 (3 dias, 2 pernoites)

FONTE: Organizado pela Autora (2019).

FIGURA 12 - MAPA DA RE DO SEBUÍ

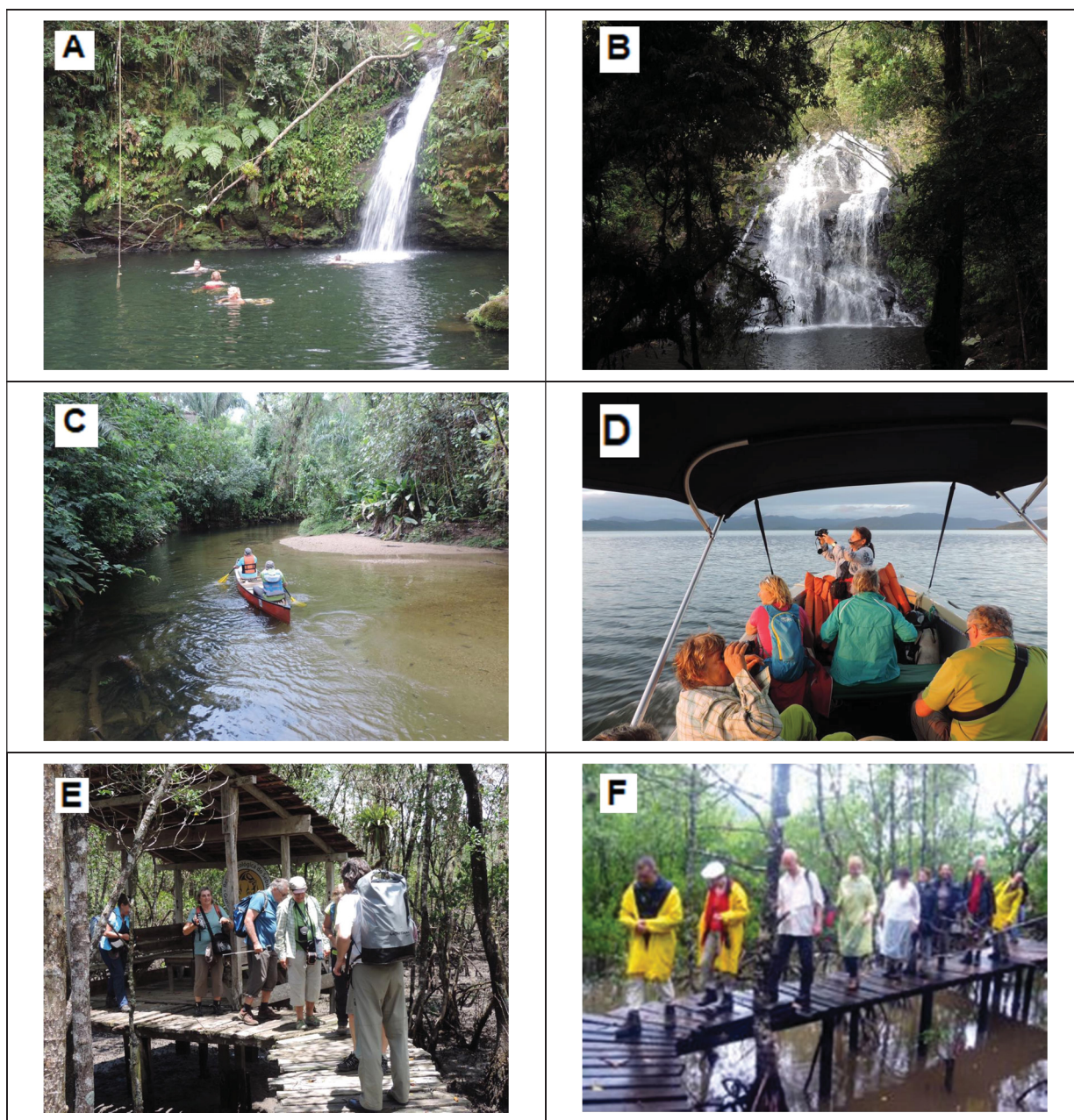


FONTE: Organizado pela Autora (2019).

Criada pela Portaria do IBAMA nº 99 de 24/11/1999 e nº 03 de 03/02/2000, a reserva detém 500 há de área, sendo instituído enquanto RPPN um total de 400,78 ha. Segundo um dos gestores entrevistados, o objetivo da reserva e do trabalho que ali desenvolvem é aliar a conservação da natureza ao turismo de vivência na Mata Atlântica, replicando os conhecimentos e valores desse ecossistema à sociedade.

A área conta com várias cachoeiras, de contemplação e propícias para banho, sendo quatro delas abertas ao público. Dentre as atividades que podem ser desempenhadas na RE (FIGURA 13), citam-se: trilha interpretativa em meio ao manguezal (1.500 metros de extensão), canoagem pela baía (os equipamentos são cedidos pela reserva), banho de rio, banho de cachoeira, passeio pelo estuário, gastronomia local, hospedagem em chalés rústicos em meio à natureza.

FIGURA 13 - ATRATIVOS TURÍSTICOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TURISMO



FONTE: INTERNET (facebook.com/Reserva-Ecologica-do-Sebui), 2018.

LEGENDA: (A) Banho de rio; (B) Cachoeira Sebuí; (C) Canoagem; (D) Passeio pelo estuário; (E) Trilha suspensa sob manguezal; (F) Trilha suspensa sob manguezal.

A RE do Sebuí, diferentemente das outras reservas particulares analisadas, tem como enfoque justamente o uso público, vendo na prática do ecoturismo e turismo de experiência a sustentação da conservação junto à sociedade. A Reserva foi estruturada para receber grupos pequenos, com alto poder aquisitivo. Entretanto, conforme entrevistado, desde que iniciou as atividades de visitação, não chegou a atingir a sustentabilidade econômica do negócio. Distinta das demais RPPN, não

apresenta outros programas de uso, como pesquisa, conservação, monitoramento. A primeira entrevista foi realizada no ano de 2018, quando a reserva encontrava-se fechada à visitação para pernoite. Segundo entrevistado, estava fechada desde 2014 quando perdeu anuência para reaproveitamento de árvores nativas caídas para manutenção de trilhas e infraestrutura de visitação. Desde 2014 não são feitas manutenções nas trilhas e estruturas de hospedagem. Segundo o órgão que emitiu a autuação (ICMBio), a mesma foi em decorrência da retirada ilegal de madeira da área de reserva legal.

Há indícios que a reserva voltou a receber e hospedar visitantes (2019) – informação obtida no perfil da rede social *Facebook* da reserva – principal canal oficial de divulgação da RE do Sebuí. De toda forma, as visitas de duração de um dia seguiram acontecendo.

5.1.4 Reserva Natural Guaricica e Reserva Natural do Papagaio-da-cara-roxa

As reservas particulares sob gestão da SPVS (Reserva Natural do Papagaio-da-cara-roxa e Reserva Natural Guaricica) serão tratadas em um capítulo único, de forma conjunta. Justifica-se pelo fato de as áreas estarem inseridas no mesmo contexto e bioma de Mata Atlântica e, apesar de não serem áreas contíguas, são geridas de forma integrada. Visando atender aos requisitos exigidos pelo órgão ambiental, o plano de manejo atualmente em revisão, será ainda apresentado em três documentos separados (no total são três reservas particulares geridas pela SPVS), entretanto a gestão das unidades já ocorre em conjunto, inclusive o programa de uso público (informação dada nas entrevistas realizadas com os gestores das unidades).

A SPVS mantém essas reservas desde 1999 no litoral norte do Paraná, atualmente denominadas: Reservas Naturais das Águas, Guaricica e Papagaio-de-cara-roxa. Todas inseridas no contínuo remanescente da Mata Atlântica, as quais foram viabilizadas a partir de projetos de ação contra o aquecimento global e crédito de carbono. A assinatura do Protocolo de Kyoto em 1997 estabeleceu a redução de gases do efeito estufa pelas nações industrializadas e a implantação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), podendo ser cumpridos pelos países, fora de seu território. Nesta conjuntura a SPVS, a partir de 1999, obteve financiamentos com a TNC (*The Nature Conservancy*) e empresas americanas, como a American Electric

Power, General Motors e Chevron Texaco, interessadas em seus projetos de conservação ambiental e captação de carbono atmosférico (PAULA et al., 2015).

A Reserva Natural Guaricica está integralmente situada no município de Antonina, possui área total de 8.635,90 ha e abriga, em seus limites, duas RPPNs: (I) RPPN Águas Belas, instituída em 2004, com 508,02 ha; (II) RPPN Rio Cachoeira reconhecida em 2007, com 4.292,88 ha. Foi criada a partir da aquisição de terras para a implantação de projeto de fixação de carbono via restauração de áreas degradadas, no ano 2000 pela SPVS em parceria com a TNC e financiado pela General Motors Company. Os projetos florestais, além de mitigar o efeito estufa através da fixação de carbono na biomassa vegetal, geram múltiplos benefícios, o que os torna atrativos para um mercado de carbono internacional: conservação da biodiversidade, possibilidade da participação direta das comunidades, conservação do solo e da água, recuperação de áreas degradadas, entre outros. Assim, foram adquiridas mais de 40 propriedades rurais as quais eram destinadas em sua maioria a pecuária de búfalos (SPVS, 2012).

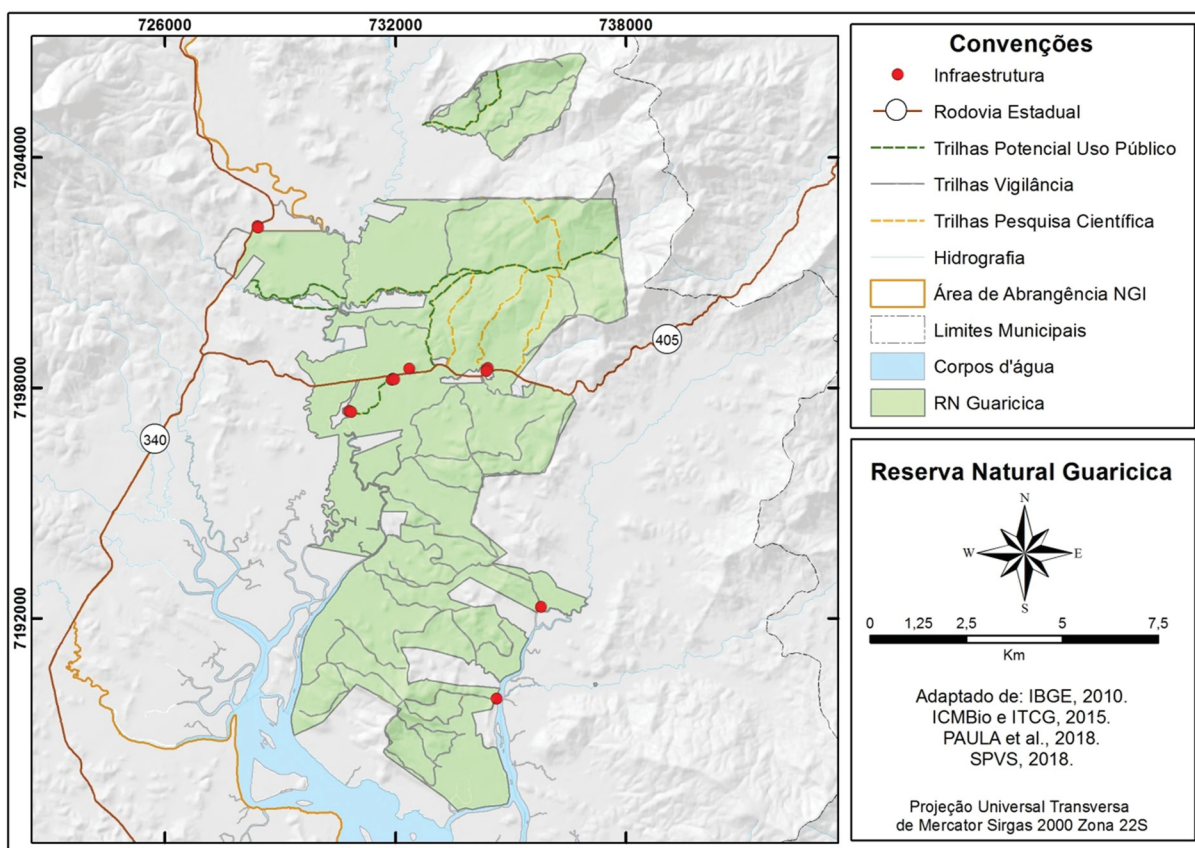
Apresenta-se no QUADRO 12 as principais características da reserva, sua gestão e questões relacionadas ao uso público e, na FIGURA 14, o perímetro da reserva, com as trilhas demarcadas e infraestruturas existentes.

QUADRO 12 - FICHA RESUMO RN GUARICICA

UC / Informações	RN Guaricica
Categoria / Instrumento Legal de Criação	Proteção Integral – RPPN Portaria do IAP nº 184 - 02/09/04 e nº 159 - 30/08/07
Gestor	Particular / SPVS
Plano de Manejo	Sim. 1ª versão de 1999. 2ª versão de 2011 (analisada nessa pesquisa). 3ª versão em revisão - 2019.
Tamanho da Reserva Tamanho da RPPN	8.635,90 ha. 4.800,90 ha.
Objetivo de Criação	Melhorar a qualidade ambiental local; apoiar o desenvolvimento econômico sustentável criando oportunidades locais; promover a consciência ambiental na região de Guaraqueçaba.
Atividades / Atrativos	Recepção de grupos de estudo, alunos de universidades, de cursos relacionados às ciências ambientais que realizam a trilha interpretativa da Guaricica e conhecem a reserva. Atividades com empresas, de sensibilização para a conservação, direcionado a executivos e empresários de áreas completamente distantes dos estudos ambientais. De forma desordenada banho de rio, <i>rafting</i> e pesca esportiva no Rio Cachoeira. Educação ambiental - projeto Escola de Conservação da Natureza.
Infraestrutura	Escritório, casa de funcionário, oficina e garagem, barracão. Centro de educação ambiental (auditório); Refeitório com cozinha; Alojamento para pesquisadores; Estacionamento e acesso; Trilha da Guaricica.
Número de funcionários	Total: 26.
Capacidade de carga	Máximo de 10 pessoas por trecho – Trilha da Guaricica. Registrado no plano de manejo – não. Sem pesquisa ou método de definição de capacidade de carga.
Monitoramento do Uso público	Não há – turismo e educação ambiental. Todas as atividades de uso público (turismo e educação ambiental) são agendadas e acompanhadas.
Nº visitantes / ano	Não informou.
Perfil do Visitante	Não informou.
Alta Temporada	Não informou.
Características da visitação	Não estruturada – não existe plano de uso público. Guiada e mediante agendamento prévio. Custo: R\$ 25,00 por pessoa para conhecer a reserva.

FONTE: Organizado pela autora (2019).

FIGURA 14 – MAPA DE TRILHAS E INFRAESTRUTURA RN GUARICICA



FONTE: Organizado pela autora (2019).

A Reserva Natural Papagaio-da-cara-roxa localiza-se no município de Guaraqueçaba, apresentando uma área de 6.653,16 ha, sendo que abriga três diferentes RPPN: (I) RPPN Serra do Itaqui, de 2007, com 3.526,37 ha.; (II) RPPN Serra do Itaqui I reconhecida em 2007, com 392,37 ha.; (III) RPPN Serra do Itaqui II reconhecida em 2010, com 984,93 ha. Seu histórico de criação também está associado a projetos internacionais, sendo o primeiro, Ação Contra o Aquecimento Global, financiado pela American Electric Power. O financiador original era a Central and South West Corporation, empresa do setor energético que foi adquirida mais tarde pela American Electric Power. A aquisição das áreas iniciou-se em 1999 (SPVS, 2012).

O QUADRO 13 apresenta a RN Papagaio-da-cara-roxa com suas principais informações quanto à infraestrutura, gestão e questões legais e a FIGURA 15, a ilustração com perímetro da reserva, suas trilhas com distintos usos e infraestruturas.

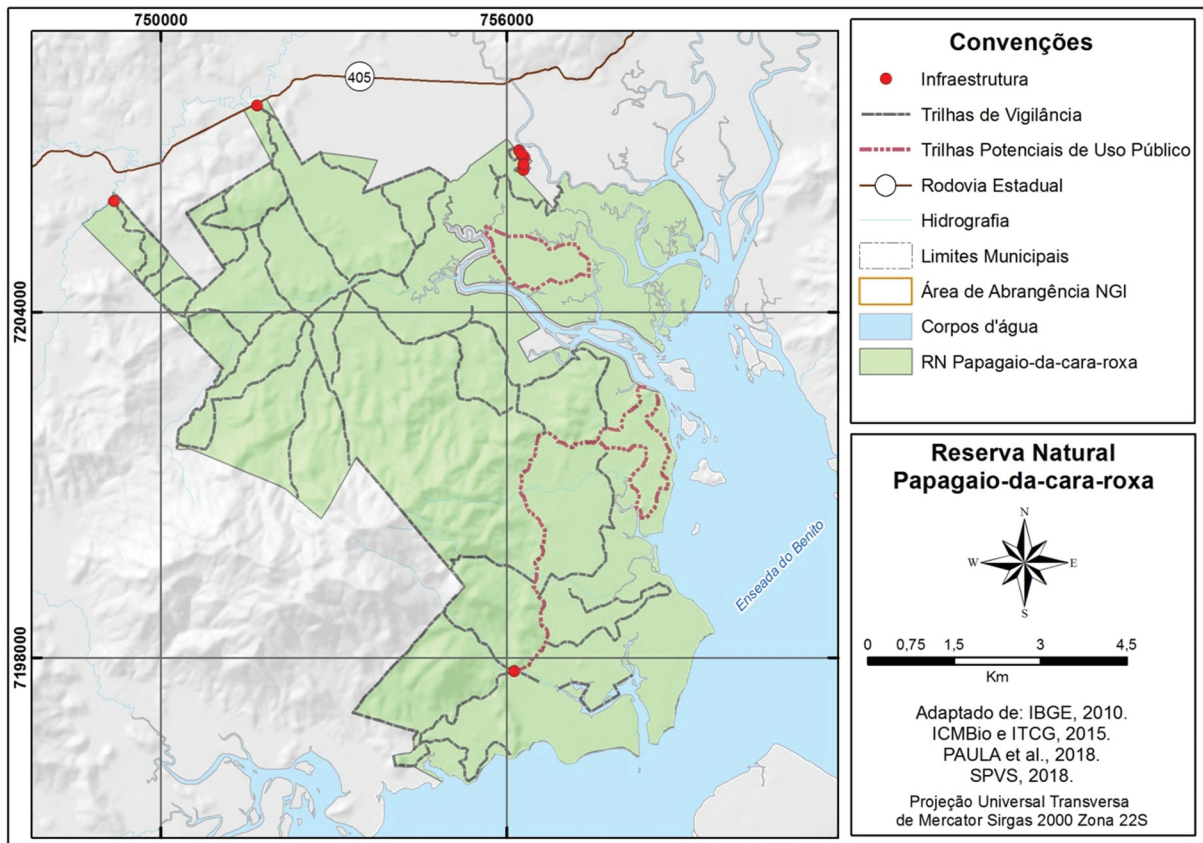
QUADRO 13 - FICHA RESUMO RN PAPAGAIO-DA-CARA-ROXA

UC / Informações	RN Papagaio-da-cara-roxa
Categoria / Instrumento Legal de Criação	Proteção Integral – RPPN Portarias do IAP nº 157 e nº 160 31/08/07 e nº 059 30/03/11
Gestor	Particular / Sociedade (SPVS)
Plano de Manejo	Sim – (em atualização - 2019) / sem plano de uso público.
Tamanho da UC	6.653,16 ha
Tamanho da RPPN	4.903,67 ha.
Objetivo de Criação	Melhorar a qualidade ambiental local; apoiar o desenvolvimento econômico sustentável criando oportunidades locais; promover a consciência ambiental na região de Guaraqueçaba.
Atividades / Atrativos	Sem uso – visitação e turismo, lazer, recreação e atividades de educação ambiental.
Infraestrutura	3 Casas alojamento; Casa morador; 3 Espaços administração – casas; 1 casa funcionário; 1 Trilha de educação ambiental – Trilha Caeté
Capacidade de carga	Não. Registrado no plano de manejo – não. Sem pesquisa ou método de definição de capacidade de carga.
Monitoramento do Uso público	Não está acontecendo qualquer atividade de uso público na reserva (2019)
Nº visitantes / ano	Não se aplica.
Perfil do Visitante	Não se aplica.
Alta Temporada	Não se aplica.
Características da visitação	Não estruturada – não existe plano de uso público. Não está acontecendo qualquer atividade de uso público na reserva (2019)

FONTE: Organizado pela autora (2019).

As principais atividades desenvolvidas nas reservas são: fiscalização, pesquisa, restauração de áreas degradadas e educação ambiental. As principais problemáticas e ameaças apontadas: extração de recursos florestais (palmito), caça e captura de animais silvestres, pesca, espécies exóticas invasoras (fauna: caramujo, tilápia, bagre-africano e flora: lírio-do-brejo, bananeiras, capins para pastagens, desmatamentos e exploração seletiva) (SPVS, 2012).

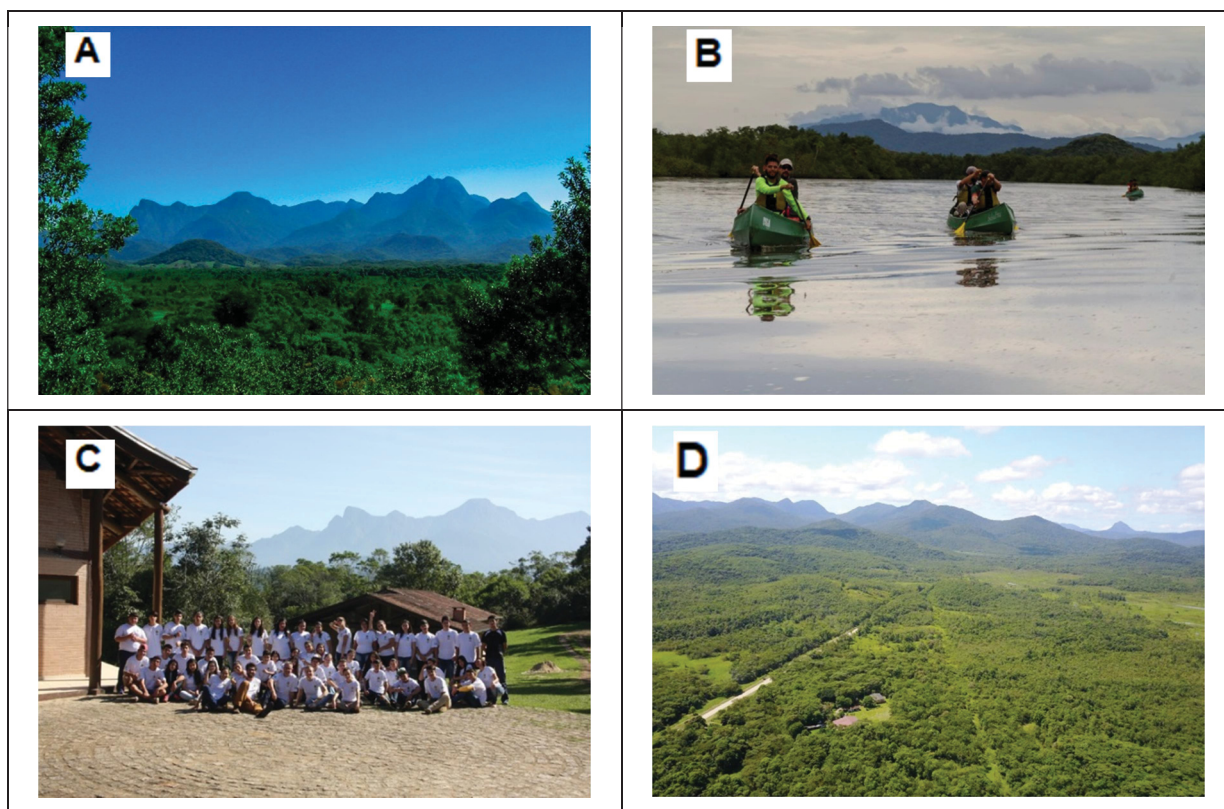
FIGURA 15 – MAPA DE TRILHAS E INFRAESTRUTURA DA RN PAPAGAIO-DA-CARA-ROXA



FONTE: Organizado pela autora (2019).

Quanto aos atrativos turísticos das reservas (FIGURA 16), ambas possuem trilhas potenciais para visitação (indicadas pelos gestores das reservas), as quais eventualmente recebem visitantes e que normalmente são feitas com o acompanhamento de um responsável pela Reserva. Nas entrevistas, citaram ainda vários atrativos turísticos dentro das reservas ainda não sistematizados e estruturados para receber visitação ou atividades de educação ambiental (FIGURA 16). Ambas as reservas, em 2019, não estavam estruturadas para o uso público ou abertas ao público geral, sem agendamentos ou atividades previstas. No capítulo referente aos planos de manejo, esse item será detalhado, apresentando os programas de uso público, assim como a infraestrutura já existente e os projetos futuros.

FIGURA 16 - IMAGENS DA RESERVA NATURAL GUARICICA



FONTE: CAGIANOPIC (2017); SPVS (2018); MOCOCHINSKI (2017).

LEGENDA: (A) Paisagem da Vista da RN Guaricica; (B) Rio Cachoeira na RN Guaricica; (C) Centro de Visitantes na RN Guaricica; (D) Vista do Alto do Centro de Visitantes da RN Guaricica.

5.2 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Nesse capítulo serão apresentados e analisados os instrumentos de ordenamento do território que incidem sob a área de estudo, em sequência: Planos Diretores Municipais (Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá), ZEE – Fase Litoral, PDITS Litoral, Planos de Manejo (RN Salto Morato, RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa), e por último, uma breve apresentação do PDS Litoral, em fase de conclusão (2019). Nas análises é dada ênfase aos temas da conservação e turismo nos instrumentos, visto os objetivos dessa pesquisa.

5.2.1 Planos Diretores Municipais

No litoral paranaense todos os municípios possuem planos diretores, devendo por lei ser homologados pelo COLIT. Quando não homologado, apesar de o documento permanecer em uso nos municípios, ele está em desacordo com a

legislação estadual, como é o caso do município de Antonina, cuja versão final do PDM não teve aprovação por parte do COLIT. Segundo orientações do Estatuto das Cidades (art. 40, § 3º do EC), os planos diretores aprovados devem ser revisados a cada dez anos, de forma que, os municípios de Paranaguá (2006), Antonina (2008) e Guaraqueçaba (2008) estão com os respectivos planos diretores defasados, podendo a instância pública responder por improbidade administrativa.

Plano Diretor Municipal de Antonina

O PDM de Antonina é de 2006, entretanto o mesmo foi aprovado enquanto Lei Municipal (nº 20/08) no ano de 2008. O plano é composto pela Lei municipal nº 20/08 e por cinco volumes: Volume I com o diagnóstico do município; Volume II com condicionantes, potencialidades e deficiências; com as diretrizes e proposições para a política de desenvolvimento. Volume III com os anteprojetos de leis (Plano Diretor, Parcelamento do Solo, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Rural e Urbano, Sistema Viário, etc.) e o plano de ações e investimentos. Volume IV com aspectos relacionados à atividade portuária, apresentando projetos. Por último, o volume V com os mapas desenvolvidos e aprovados em lei. O QUADRO 13 apresenta o plano, em resumo:

QUADRO 14 - PLANO DIRETOR DE ANTONINA

Instrumento legal	Lei Municipal nº 20/08
Ano	2008
Abrangência	Município de Antonina
Situação	Vigente / Desatualizado e Irregular (COLIT)
Objetivo	<p>I. A preservação do meio ambiente, através da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico artístico, cultural, urbanístico, e paisagístico;</p> <p>II. A melhoria da qualidade de vida da população de forma a promover a inclusão social e a solidariedade humana, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do Município;</p> <p>III. A racionalização dos investimentos do Poder Público;</p> <p>IV. A implantação do planejamento integrado da gestão municipal;</p> <p>V. A garantia da participação da comunidade na gestão territorial;</p> <p>VI. A promoção do desenvolvimento sustentável municipal.</p>
Zoneamento	<p>Cap. VII; Art. 37</p> <p><u>Zoneamento urbano:</u> subdividido em SH – Setor Histórico; SP – Setor Portuário; ZM – Zona de Marinas; ZEIS – Zona Especial de Interesse Social; ZI – Zona Industrial; ZRM 1 – Zona Residencial e Mista 1; ZRM 2 – Zona Residencial e Mista 2; ZRM 3 – Zona Residencial e Mista 3; ZT – Zona de Transição; ZUT 1 – Zona de Uso Turístico 1 e ZUT 2 – Zona de Uso Turístico 2.</p> <p><u>Art. 38 - Zoneamento rural:</u> subdividida de acordo com os zoneamentos existentes das áreas de proteção ambiental estabelecidas por Lei: Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Zoneamento da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar, sendo tolerado o parcelamento do solo com fins urbanos nas localidades rurais do Rio do Nunes, Cachoeira, Bairro Alto e Zona Rural do Saivá.</p>
Uso Público / Turismo	<p>SEÇÃO III – Art. 34 propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação técnica dos trabalhadores dos setores da indústria, porto, comércio e turismo; - Gerar situação tributária favorável à implantação das atividades turísticas; - Estruturação do Município para o turismo dado o potencial local, com infraestrutura física e capacitações; - Parcerias junto à iniciativa privada para ocupação das edificações do Setor Histórico; - Criar e adotar Termo de Conduta Ambiental e Turística de Antonina. - Criar a Lei do Selo Turismo – com critérios de qualidade e sustentabilidade aos empresários do setor. <p>No Zoneamento, prevê-se Turismo nas Zonas de Interesse Turístico (I) e (II), direcionado ao ecoturismo e turismo cultural na Localidade Rural do Bairro Alto (LRBA), Localidade Rural do Cachoeira (LRC) e na Zona de Marinas (ZM), essa última com o turismo náutico.</p> <p>Específico sobre uso público (as atividades nas UC) não faz menção.</p>
Conservação	<p>SEÇÃO II - Das políticas de ordenamento, expansão, uso e ocupação do solo. Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes de parcelamento do solo adequadas tecnicamente ao relevo, ao tipo de solo existente e às exigências ambientais pertinentes; - Exigir os estudos ambientais e os Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente consoante com a legislação em vigor; - Promover continuamente a educação ambiental para a população; - Preservar e recuperar o meio ambiente, especialmente as áreas verdes, os fundos de vales, as bacias hidrográficas e as reservas florestais existentes; - Aproveitar as áreas de uso restrito para a criação de espaços de lazer para a População.

FONTE: Organizado pela autora (2019).

A análise do PDM de Antonina demonstra que o mesmo apresenta proposições desconexas. Villaça (2005) ao analisar os planos municipais, identifica que muitos desses documentos são terceirizados pelas prefeituras municipais, ou seja, se contrata uma empresa de consultoria para elaborar o documento ou, em alguns casos, consultores que irão atuar junto aos técnicos do ente público. Dessa forma é corriqueiro acontecer do documento ser controverso, sem conexão, visto a elaboração de cada parte feita por um especialista diferente. Na mesma lógica, quando elaborado com um rigor técnico questionável, o instrumento é feito a partir de outro já existente, de forma a conter aspectos genéricos ou que não condizem com a realidade e as demandas do território a que se refere o mesmo.. É o caso da Seção II, apresentada no QUADRO 13 que ao se referir à conservação, propõe “preservar e recuperar o meio ambiente, especialmente as áreas verdes, os fundos de vales, as bacias hidrográficas e as reservas florestais existentes”, de forma bem genérica – são aspectos do meio-físico comuns a diferentes territórios, sem citar os manguezais, abundantes, comuns e ameaçados pelo avanço das ocupações irregulares no município de Antonina.

Reforça-se a desconexão do próprio documento ao deparar-se com proposições como:

(a) Fomento ao turismo de cruzeiros marítimos propondo a instalação de um cais de passageiros na área portuária de Antonina (Ponta da Pita). Tal proposição é inviável visto que, no próprio PDM apresenta-se como ponto fraco do município o calado de pouca profundidade da baía de Antonina, assim como o alto potencial de assoreamento da baía visto as características do meio físico (solo, relevo, etc.) da região, associado aos usos do mesmo.

(b) Instalação de um matadouro público na área urbana central de Antonina, mesmo constatando que o município não apresenta produção pecuária representativa à economia local²⁷. Da mesma forma, o diagnóstico ambiental vai contra tal proposição ao indicar as principais atividades geradoras de impacto ambiental, inclusive na baía, como a agricultura convencional (com o carreamento de agrotóxicos até a baía) e a pecuária (com a retirada da vegetação nativa e pisoteamento do solo), que associadas a declividades elevadas da região e alta

²⁷ “O município de Antonina não apresenta grande vocação para a pecuária, as pastagens são pouco produtivas e facilmente degradáveis, mesmo assim ocorre esta forma de exploração da terra como caráter secundário, mais próximo a uma forma de subsistência.” (PDM Antonina, 2008).

pluviosidade, geram em elevados índices de erosão, acelerando o assoreamento e contaminação (agroquímicos em excesso) do estuário.

(c) Desconhecimento quanto à legislação vigente sob o território municipal – o PDM atribui a vulnerabilidade social das comunidades rurais, assim como a ausência de projetos e programas na zona rural às "normas exigidas" nos planos de gestão e zoneamento das APA - referindo-se a APA Federal de Guaraqueçaba e APA Estadual do Marumbi (APA essa, que apesar de citada no PDM, não existe). Observando o Plano de Uso da APA de Guaraqueçaba, por exemplo, observa-se que não há exigência de normas tampouco de adequações às atividades que já acontecem na APA, seja para as práticas agrícolas quanto a outras questões referentes à conservação e manejo da APA. As restrições e normas vigentes correspondem a legislação federal e estadual exigida para qualquer território (nacional ou estadual), e não necessariamente área de APA – a citar: preservação dos mananciais, mata ciliar, licenciamento para supressão de vegetação, etc. seguindo, portanto, o Código Florestal Brasileiro e demais legislações.

Ao observar as potencialidades e deficiências de cada atividade econômica, percebe-se que não dialogam com as deficiências e potencialidades identificadas no diagnóstico ambiental do município. São postas ainda, no caderno de Condicionantes, Potencialidade e Deficiências, as deficiências da atividade turística, como a sazonalidade do turismo, dependência do turismo de Morretes e a perda de identidade municipal, contudo não desenvolve, posteriormente, programas que visem amenizar tais problemáticas. O instrumento demonstra-se com caráter “tecnicista”, mesmo que apresente informações incoerentes com a realidade em algumas partes. As análises e proposições são raras ou desconexas com as informações apresentadas.

Sobre a atividade turística, o PDM enumera segmentos como o Turismo de aventura, rural, cultural e ecoturismo, pautados a partir de projetos sustentáveis visto que “a maior parte do território estar sob UC de uso sustentável”. Por fim, o macrozoneamento municipal para o turismo tem como objetivo delimitar quais os locais mais adequados ao desenvolvimento da atividade.

O PDM apresenta a fragilidade da baía de Antonina e os problemas ambientais que a mesma veem sofrendo. Destaca a presença de várias UC e a falta de integração entre ações de desenvolvimento socioeconômico da população residente nas áreas destinadas à conservação da natureza. Por fim, o município

prevê a criação de duas UC municipais, uma de proteção a manguezais urbanos (região do Porto e centro histórico) e outra a proteção do Morro do Bom Brinquedo (região central).

No contexto da área rural, entorno da RN Guaricica, há um cuidado às atividades econômicas incentivadas, considerando as características do meio físico, de forma a sugerir que cultivos agrícolas convencionais passem a adotar práticas pautadas na agroecologia, aumentando o valor comercial, agregando ao turismo ecológico e rural como também diminuindo a utilização de agrotóxicos que contaminam os cursos hídricos até atingir o estuário.

O PDM Antonina propõe três eixos de desenvolvimento econômico: o turismo, o desenvolvimento rural e o portuário. Mesmo conciliando o desenvolvimento da área rural e o turismo, atrelados a sustentabilidade e conservação da natureza, observa-se que o poder público, por meio do PDM, fortalece ainda a atividade portuária como eixo econômico, mesmo com as várias contrariedades associadas à atividade, como o assoreamento da baía, baixo calado, pouca geração de emprego, etc., identificadas tanto no diagnóstico do PDM quanto em publicações científicas (PAULA, 2016).

Plano Diretor Municipal de Guaraqueçaba

Dentre os princípios fundamentais do PDM têm-se temas como: sustentabilidade municipal, comunidades tradicionais, manejo sustentável da baía, das florestas e do turismo.

O plano diretor de Guaraqueçaba sugere ações diretas ao desenvolvimento do turismo responsável. Sobre as diretrizes regionais de desenvolvimento, observa-se que o PDM apresenta com enfoque o turismo²⁸ e nenhuma diretriz que considere a conservação da natureza. Apesar disso, no artigo 23, da Seção III do Desenvolvimento Econômico, tem-se o item: “discussão e implementação de políticas públicas intersetoriais e inter-institucionais que promovam o aumento do repasse do ICMS Ecológico através de investimentos municipais, estaduais e federais nos indicadores de avaliação do ICMS Ecológico.” (PDM

²⁸ “VI - fomentar o turismo, explorando sua diversidade e integrando-o no contexto territorial do Município e regionalmente.” (PDM GUARAQUEÇABA, 2008).

GUARAQUEÇABA, 2008). Denota, portanto, interesse em investir em ações pontuais com o objetivo de aumentar o valor de repasse do ICMS Ecológico através de investimentos municipais. O QUADRO 15 sintetiza as principais informações do Plano para a seguinte análise.

QUADRO 15 - PLANO DIRETOR DE GUARAQUEÇABA

Instrumento legal	Lei Municipal nº 181/2008, alterada pela Lei nº 157/2011.
Ano	2008
Abrangência	Município de Guaraqueçaba
Situação	Vigente / Desatualizado.
Objetivo	Art. 7º - Orientar a atuação do Poder Público, da iniciativa privada, bem como o atendimento às aspirações da comunidade, constituindo-se na principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, às instituições e o meio físico.
Zoneamento	Art 39 I - Área urbana da Sede do Município; II - Área urbana de Tagaçaba; III - Barra do Superagui; IV - Ilha Rasa; V - Ponta do Lanço; VI - Almeida; VII - Ilha das Peças. Art. 12 - A Área Urbana da Sede de Guaraqueçaba e a Área Urbana de Tagaçaba ficam sujeitas às seguintes zonas: I - Zona de Interesse Turístico – ZIT; II - Zona de Comércio e Serviços – ZCS; III - Zona Residencial – ZR; IV - Zona residencial de Tagaçaba – ZRT; V - Zona de Reurbanização do Costão – ZRC; VI - Zona de Expansão Urbana – ZEU; VII - Zona da Preservação Permanente – ZPP; VIII - Área Verde Pública – AVP.
Uso Público / Turismo	Seção I – Da Política Territorial IV - regulamentar e controlar o uso e ocupação do solo das áreas do município com potencial turístico, visando à preservação da paisagem e ao desenvolvimento sustentável do turismo; Seção III – Desenvolvimento Econômico: Seção IV – Meio Ambiente: (...)VII - implantar rotas e caminhos para o desenvolvimento do turismo de aventura e da observação da natureza; XIV - mapeamento de trilhas e caminhos, já existentes no município, e elaboração de projetos para aproveitamento destas, treinamento e a profissionalização de guias locais, visando o desenvolvimento do ecoturismo; Seção VI: III - difundir o conceito de Comunidades Tradicionais, sua importância histórica, cultural, social, econômica e turística, fortalecendo sua inclusão social, a proteção ao patrimônio natural, à ecologia humana e suas tradições, dentre elas a medicina popular. Prevê-se o Turismo no zoneamento municipal: Zona de Uso Sustentável (ZUS), com turismo ecológico; Zona de Interesse Turístico (ZIT), em otimizar a infraestrutura existente; preservar as características histórica, arquitetônica, paisagística e ambiental destas áreas; e garantir um espaço destinado ao desenvolvimento das atividades turísticas de Guaraqueçaba.
Conservação	Implementação de uma política ambiental municipal em consonância com as políticas ambientais estaduais e federais, sobretudo aquelas incidentes sobre a APA de Guaraqueçaba. Esforço junto aos demais órgãos para elaboração dos planos de manejo das UC existentes no município.

FONTE: Organizado pela autora (2019).

Com vistas à conservação e ao turismo (e uso público), o PDM prevê na seção IX ações como: (a) diversificação das atividades de esporte, lazer e

recreação, com a criação do Parque do Quitumbê, onde é possível realizar trilhas, circuito de pedestre e ciclista pela área urbana; (b) implantação de serviço de transporte público marítimo entre a sede Guaraqueçaba e as praias do município, durante a temporada de verão.

Sobre o último item, importante considerar que nos anos atuais (2019) não existe linha marítima de transporte, pública, permanente, seja entre a Sede de Guaraqueçaba e as ilhas, ou entre as ilhas em si. A linha rodoviária (linha de ônibus entre Guaraqueçaba-Antonina-Curitiba) também deixou de ser diária, sendo feita três vezes na semana, com apenas um horário de saída e um de chegada. Esses fatores dificultam o deslocamento das comunidades locais, nas atividades do dia a dia, assim como o acesso de turistas. A inexistência do modal aquaviário enquanto linha pública demonstra a falta de conectividade entre a sede do município e as demais comunidades das ilhas, sendo muito mais comum irem até o município de Paranaguá, do que a sede de Guaraqueçaba para comércio e serviços no geral. Lembrando que, o transporte é tido como um direito social garantido pela Constituição Federal.

Plano Diretor Municipal de Paranaguá

O município de Paranaguá compõe territorialmente parte do NGI Antonina-Guaraqueçaba, com uma pequena porção continental e área estuarina (há comunidades que estão na porção continental do território, entretanto o acesso só se dá pelo estuário, se autodenominam então como “comunidades estuarinas”. Essa porção do território de Paranaguá sob influência do NGI caracteriza-se por comunidades caiçaras e de pescadores familiares. São diretamente impactadas pelas mudanças e impactos ambientais que acontecem na baía de Paranaguá, a exemplo, as obras de dragagem da baía. O setor portuário teve início, em Paranaguá, em 1872 muito antes da instalação das UC do litoral paranaense como também da criação e vigência de legislações ambientais, licenciamentos, estudos e regulamentações conhecidas e exigidas na atualidade.

Dentre os setores prioritários de ação, o PDM enfatiza a expansão portuária, a valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento das atividades turísticas. O QUADRO 16 apresenta as principais questões sobre o PDM de Paranaguá.

QUADRO 16 - PLANO DIRETOR DE PARANAGUÁ

Instrumento Legal	Lei Complementar Municipal nº 060/2007
Ano	2007
Abrangência	Município de Paranaguá
Situação	Vigente / Desatualizado (em processo de contratação para revisão).
Objetivo	Orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como o atendimento às aspirações da comunidade, sendo a principal referência normatizadora das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico.
Zoneamento	Lei Complementar 062/2007 Em Paranaguá prevê-se a atividade turística na Zona de Uso Sustentável (ZUS), Zona de Interesse Patrimonial e Turístico (ZIPT), Zona de Restrição à Ocupação (ZRO) e Zona Urbanizada de Interesse Especial – Ilha dos Valadares (ZIE).
Uso Público / Turismo	Capítulo IX – Das diretrizes de desenvolvimento socioeconômico II – Criar incentivos que estimulem o investimento e a infraestrutura para a implantação de atividades turísticas locais e regionais; XI – incentivar o desenvolvimento do turismo e da produção artesanal.
Conservação	Seção III Da Sustentabilidade Ambiental - Art. 13 - Todas as ações contempladas nesta Lei têm como pressuposto a sustentabilidade ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição da Federal. CAPÍTULO I - DAS DIRETRIZES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO IV - implementar uma política ambiental municipal em consonância com a política ambiental estadual, tendo como estratégia de ação a criação de Áreas de Preservação, Proteção e Conservação; Sobre o uso e ocupação do solo em APA e a conservação, no item II do capítulo XI: Disciplinar o uso e ocupação do solo nas áreas de proteção ambiental (APAs), incentivando a implantação de atividades compatíveis e a execução de planos de manejo, de forma a garantir a sua sustentação. São objetivos da ZUS (Art. 13): I. impedir a ocupação desordenada do solo rural; II. preservar os ecossistemas, as margens e as nascentes dos canais de drenagem; III. possibilitar o uso e coleta dos recursos naturais, de forma planejada em compatibilidade com a conservação da natureza, seguindo os ensinamentos do desenvolvimento sustentável; IV. possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Art. 14 - A Zona de Proteção Integral (ZPI) é composta por áreas de interesse à preservação da biodiversidade, em que se pretende a mínima interferência antrópica, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto dos benefícios naturais.

FONTE: Organizado pela autora (2019).

No capítulo IX apresenta-se as diretrizes de desenvolvimento socioeconômico ao município, sendo que se adequa às comunidades insulares os itens II e XI²⁹ sobre turismo e produção artesanal. O item X sugere incentivar a

²⁹ II – Criar incentivos que estimulem o investimento e a infraestrutura para a implantação de atividades turísticas locais e regionais; XI – incentivar o desenvolvimento do turismo e da produção artesanal; XIII – Estimular o desenvolvimento de culturas florestais e fruticultura.

atividade pesqueira industrial, atividade econômica essa impactante às práticas das comunidades tradicionais caiçaras que se sustentam a partir da pesca artesanal e familiar. Por fim, o item XIII propõe o incentivo de culturas florestais e a fruticultura, sendo essas atividades alternativas às comunidades das ilhas e baía de Paranaguá.

Segundo o zoneamento municipal, a área insular divide-se em Ilha de Valadares, Ilha do Mel, Ilha da Cotinga e outras. Nessa divisão apenas “outras” situam-se dentro do NGI Antonina-Guaraqueçaba, representando as comunidades de Europinha, Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, São Miguel e Ponta do Ubá. São comunidades com média de 30 a 90 famílias, cuja fonte de renda é a pesca, cultivo de ostra e o artesanato (cipó, madeira, redes, tarrafas, etc.). O turismo, enquanto atividade complementar, acontece (2019) com o projeto Rede Caiçara de Turismo Comunitário. O turismo, como potencialidade e alternativa de renda, não é abordado nessa porção do território, das comunidades estuarinas. Mesmo que, próximo a essas comunidades, situe-se a Ilha do Mel (fora da área de abrangência do NGI), a qual exerce influência em toda região, enquanto um dos dois destinos indutores do turismo internacional do Paraná³⁰.

Quando o turismo é tratado no PDM, a abordagem é sobre a estrutura da oferta do turismo municipal, do perfil da demanda e a geração de emprego sem citar os atrativos turísticos municipais e os potenciais que podem vir a propiciar o desenvolvimento da atividade junto às comunidades insulares, por exemplo. A abordagem do turismo no PDM é sob o viés econômico.

Os planos diretores dos três municípios analisados tem como similaridade uma abordagem da atividade turística como potencial ao desenvolvimento econômico municipal. Em Antonina busca-se o fomento do turismo principalmente a partir da melhoria da prestação do serviço, seja na capacitação da população, na implantação de infraestrutura turística, seja na adoção de procedimentos de conduta ambiental e turística, visando o turismo sustentado e conservação da natureza. Paranaguá é inserido entre os setores prioritários ao desenvolvimento econômico, focando no turismo cultural e Ilha do Mel - pouco citando sobre o turismo de base

³⁰ Paranaguá, na figura da Ilha do Mel, influi principalmente no que concerne a opinião pública e valorização do meio enquanto patrimônio natural da humanidade e um dos três destinos indutores do desenvolvimento do turismo regional do Paraná, ou seja, possui infraestrutura básica e turística além de atrativos qualificados, capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido (MTUR, 2010).

comunitária e demais comunidades estuarinas. Em Guaraqueçaba o turismo é posto como atividade diversificada (ecoturismo, turismo cultural, entre outros), a qual deve ser integrada ao contexto territorial do município e da região. Todos os três municípios analisados preveem em seus zoneamentos áreas especiais de interesse turístico. Sobre as UC presentes no território, apenas o PDM de Antonina trata do tema, sugerindo atividades econômicas compatíveis – e menos impactantes ao meio ambiente – às áreas de entorno da RN Guaricica. Nenhum dos três documentos considera as UC como potencial ao desenvolvimento do turismo no município, situam-nas enquanto atrativo dado os atributos ecológicos, ou sugerem o entorno dessas áreas enquanto potenciais ao turismo ecológico e cultural em seu zoneamento.

5.2.2 Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná – Fase Litoral

Desde os anos 2000, com o Decreto Federal nº 4.297, de 2002, havia um indicativo para os governos estaduais iniciarem o processo de elaboração dos seus respectivos ZEE. Entretanto, em 2012, com a aprovação da Lei de Proteção à Vegetação Nativa (Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012), definiu-se que os Estados que ainda não possuíam o ZEE, segundo metodologia unificada, teriam o prazo de cinco anos para sua elaboração e aprovação. A região do litoral foi a primeira do Paraná a receber a metodologia do ZEE. Na época, o Estado com urgência em elaborar o ZEE, poucos recursos financeiros e uma equipe técnica qualificada, optou por elaborar o plano utilizando-se dos seus próprios recursos humanos, e com o menor custo operacional possível. O documento foi construído pela “Comissão Executora do ZEE”, constituída por técnicos especializados de diferentes áreas (secretarias e departamentos do Governo do Estado) sob coordenação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) e orientação técnico-científica do prof. Dr. Jurandyr Luciano Sanches Ross.

O ZEE divide-se em quatro fases: a estruturação – articulação com a equipe, demandas e consolidação do projeto; o diagnóstico – levantamento de temas do meio físico, dinâmica socioeconômica e organização jurídico-institucional do Litoral; o prognóstico – elaboração de cenários, identificação das unidades de intervenção e elaboração de diretrizes gerais para as zonas definidas; e a implantação –

disseminação e resultados do zoneamento proposto. O QUADRO 17 apresenta o resumo do instrumento.

QUADRO 17 – ZEE – Fase Litoral

Instrumento Legal	Decreto Estadual nº 4996 - 5 de Setembro de 2016
Ano	2016
Abrangência	Regional – Os sete municípios do litoral paranaense.
Objetivo	Organizar as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Parágrafo único. O ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a relocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais (Decreto Federal nº 4.297/2002, art. 3º).
Zoneamento	<p>Divide o Litoral em unidades de diagnóstico e zonas, das quais apresentam potencialidades e aptidões, o cenário atual e o cenário prospectivo, com recomendações.</p> <p>Produto final é uma proposta de seis zonas prognósticos para todo o Litoral, sendo elas: Zona Protegida por Legislação Ambiental Específica (ZPLAE); Zona de Proteção dos Mananciais; Zona de Expansão para UC de Proteção Integral; Zona Urbana; Zona de Desenvolvimento das Terras Ocupadas; Zona de Desenvolvimento Diferenciado.</p> <p>A área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba está integralmente inserida na ZPLAE.</p>
Uso Público / Turismo	<p>Quantitativamente apresenta: os principais atrativos turísticos por município; perfil da demanda turística (com perfil do visitante, sazonalidade do fluxo de visitação, tempo médio de permanência, fluxo de visitantes por município); breve levantamento da infraestrutura básica e equipamentos turísticos (dados secundários do CADASTUR - MTUR); estimativas quanto às segundas residências.</p> <p>No capítulo sobre o turismo, apresenta as tendências, restrições e recomendações ao desenvolvimento da atividade de forma responsável no litoral.</p>
Conservação	Identifica vários elementos que configuram desarticulação entre as UC do Litoral Norte.

FONTE: Organizado pela autora (2019).

Quanto às recomendações, com vias ao desenvolvimento do turismo, propõe: planejar estruturas receptivas (atracadouros com recepção) de baixo impacto, ao longo das baías; incentivar a criação de linhas regulares aquáticas com adoção de embarcações mais seguras e velozes; estabelecer maior rigor nos licenciamentos e liberações dos loteamentos, sendo uma operação conjunta entre Estado e Prefeituras; revisar, aprovar e implementar o Plano Orla dos municípios do litoral; ampliar e qualificar o sistema rodoviário estadual local (PR); articular um melhor aproveitamento turístico – e de passageiros – da linha férrea Curitiba-Paranaguá.

Das constatações realizadas pelo ZEE Fase-Litoral sobre o turismo na área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba, aponta-se o aumento desordenado do turismo no PARNA do Superagüi e arredores, com destaque a Ilha das Peças e a baía dos Pinheiros, onde há maior confluência de embarcações turísticas e de particulares. Segundo análise apresentada, a atividade cresce com baixa qualidade nos serviços e equipamentos que se inserem neste setor econômico, mesmo se sabendo do potencial para os segmentos do ecoturismo, turismo cultural e turismo rural. Como impacto do turismo desordenado, observa-se a pressão sob a ocupação das ilhas (especulação imobiliária) por veranistas e turistas.

O documento apresenta ainda outros eixos de desenvolvimento, como o industrial portuário e também o aspecto da conservação. Segundo o ZEE, de um ponto de vista geral, as atividades econômicas desenvolvidas na região do litoral paranaense expressam a participação e as “funções” dessa região no contexto da economia estadual. Uma importante observação é a de que os municípios do litoral apresentam indicadores sociais baixos, ficando entre os piores do Estado, apesar de mais de 50% da população do litoral estar concentrada em Paranaguá, município com a segunda maior renda per capita do Paraná. Tal combinação evidencia a grande desigualdade de renda. Outro ponto é o desempenho da economia, visto que as atividades econômicas que estruturam a economia do litoral – atividades portuárias e atividades turísticas – são dependentes do desempenho das demais regiões do Estado (agricultura e recursos financeiros para lazer, durante período de férias).

Quanto à conservação, o documento aponta a inexistência de planos de manejo nas UC federais (APA de Guaraqueçaba e PARNA de Superagüi). Quanto às comunidades tradicionais, o ZEE não apresenta o mapeamento das mesmas, não integrando adequadamente as comunidades tradicionais ao ordenamento desse território (GOÉS, 2018).

O ZEE, conforme relatado anteriormente, foi construído num contexto de baixo recurso financeiro, com a equipe técnica própria, de servidores públicos estaduais. É criticado, portanto, como um instrumento desenvolvido “entre paredes”, sem envolvimento e construção com as comunidades locais, instituições de ensino, ONG e demais atores da região, impactados diretamente pelo instrumento. Ao longo da construção do ZEE não foram realizadas ações públicas de consulta, vindo a acontecer audiências públicas na última etapa do instrumento, de implantação,

quando se preocupou em disseminar e dar publicidade aos resultados do zoneamento já elaborado e proposto. As críticas geraram, por fim, um cenário de relações desgastadas que vieram a impactar nas oficinas e audiências de elaboração do PDITS, instrumento, detalhado no subcapítulo seguinte, 5.2.3. (ZEE, 2016; Informação obtida em entrevista, 2019).

5.2.3 Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)

O PDITS é requisito para as regiões e municípios turísticos acessarem recursos do PRODETUR. Para acessar os recursos exige-se, além do PDITS, a elaboração de mais dois instrumentos: a Avaliação Ambiental Econômica – documento que irá prever os impactos econômicos e sociais que a implantação do PDITS terá na região em questão; e o Plano de Fortalecimento Institucional, o qual previa a criação de uma unidade coordenadora, justamente para gerir o recurso e os projetos do PDITS. Após a elaboração do PDITS Litoral, nenhum desses dois instrumentos foram elaborados e implementados, de forma que o Estado não realizou o empréstimo do recurso financeiro junto ao BID, tampouco implantou as ações sugeridas por esse instrumento. O

QUADRO 18 apresenta as informações do PDITS Litoral em resumo e a FIGURA 17 os eixos potenciais de desenvolvimento turístico apontado pelo instrumento no território - zoneamento.

QUADRO 18 - PDITS LITORAL

Instrumento Legal	Política Nacional de Turismo – Lei nº 11.771/08 Não há regulamentação do documento PDITS Litoral a nível estadual.
Ano	2011
Abrangência	Regional – Os sete municípios do litoral paranaense.
Objetivo	<p>Geral: Consolidar e integrar o produto turístico regional nos segmentos-meta de cultural, ecoturismo e turismo de sol e praia por meio da qualificação do produto dentro de padrões de sustentabilidade, visando a qualidade da experiência turística e a ampliação da participação econômica da atividade no polo.</p> <p>Específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curto prazo: fortalecer a gestão regional do turismo; promover a qualificação dos serviços e atrativos turísticos; promover os segmentos-meta, principalmente de ecoturismo e turismo cultural. - Médio prazo: desenvolver produtos turísticos integrados, diversificados, competitivos e concebidos com base na sustentabilidade local; adequar a acessibilidade da região; instrumentalizar o poder público e os agentes sociais para o planejamento e gestão do turismo. - Longo prazo: fortalecer o posicionamento de mercado do turismo do Litoral do Paraná; ampliar e requalificar a infraestrutura e serviços básicos das áreas urbanas e rurais.
Zoneamento	<p>O PDITS Litoral é um plano que contempla toda a região litorânea e seus sete municípios.</p> <p>Divide o litoral em 4 eixos potenciais ao desenvolvimento do turismo: Redes do Litoral, com enfoque no turismo de sol e praia (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná); Caminhos da História, com a promoção do uso sustentável do patrimônio histórico cultural (Antonina, Morretes e Paranaguá); Serra do Mar, no segmento de ecoturismo (Antonina e Morretes); e o Baía Caiçara, com a valorização do turismo, das comunidades tradicionais e da conservação da natureza (Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba) – vide FIGURA 17.</p>

FONTE: Organizado pela autora (2019).

O PDITS Litoral é estruturado em sete partes. A parte I justifica a seleção da área turística, aproveitando para caracterizar a região a partir de suas características físico-ambientais, os aspectos socioeconômicos, os atrativos e recursos turísticos existentes e seu nível de uso e potencial, a questão da acessibilidade e conexão com outras regiões e um panorama institucional e jurídico. Dada as argumentações para o desenvolvimento de um instrumento de ordenamento, cujo enfoque é o desenvolvimento turístico sustentável, apresenta-se os objetivos do documento.

A terceira parte do documento é composta por um diagnóstico estratégico da área e das atividades turísticas. Faz-se uma análise do mercado turístico (oferta e demanda atual e potencial), das infraestruturas básicas e dos serviços gerais do litoral, que dão suporte inclusive ao desenvolvimento do turismo. Detalha o quadro institucional da área turística, abordando as prefeituras de cada município, a qualificação e capacitação, legislação vigente, incentivos para investimento turístico.

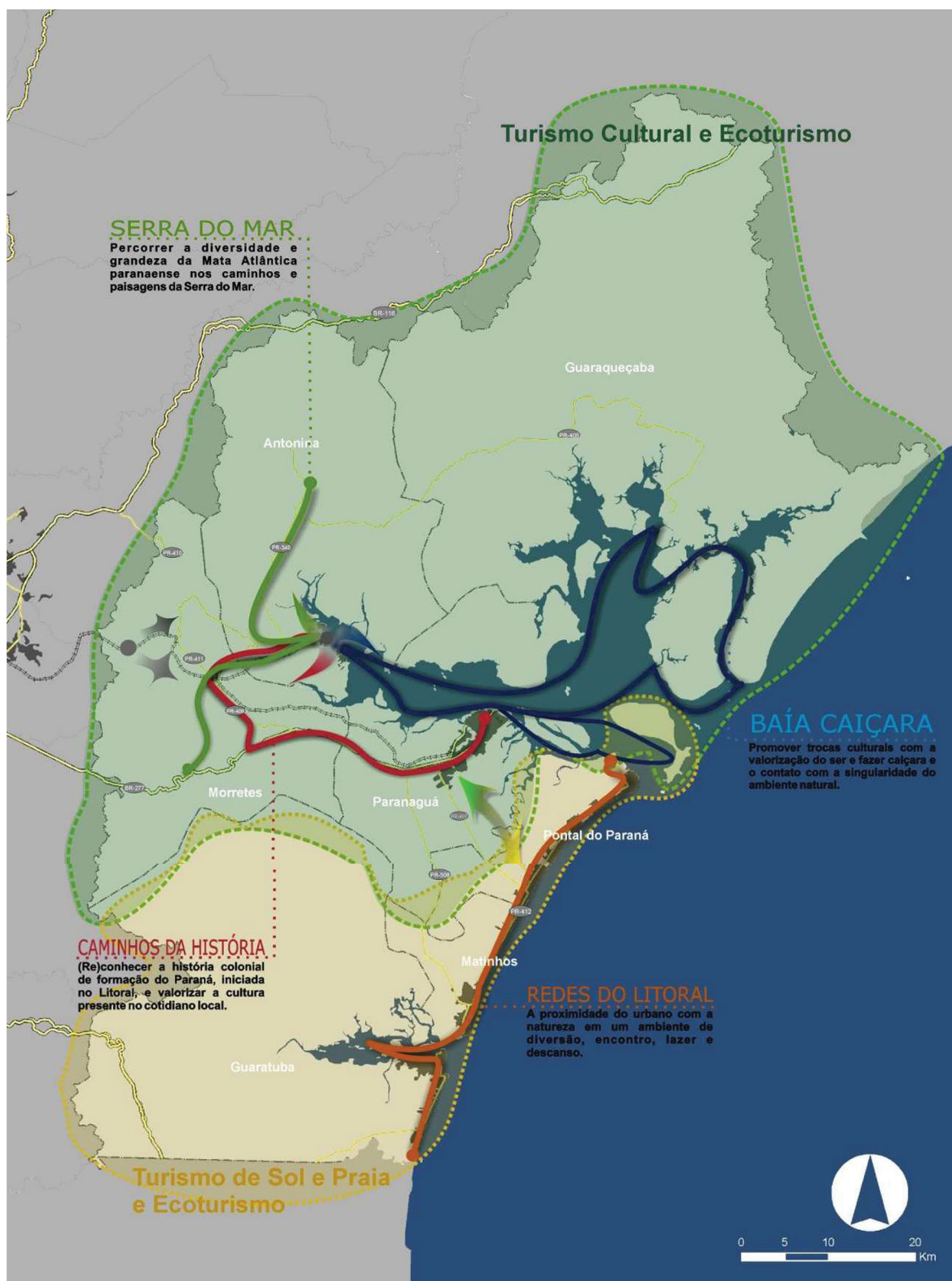
Realiza ainda um estudo dos aspectos socioambientais, identificando os impactos no meio ambiente causados pelo turismo, os instrumentos de planejamento e controle ambiental, as UC da região, planos diretores e participação dos grupos de interesse na atividade.

A próxima parte, IV, traça as estratégias ao desenvolvimento do turismo para na quinta parte apresentar os planos de ação do documento – as ações previstas para a área de estudo, dessa pesquisa, estão apresentadas no APENDICE 1 – AÇÕES DO PDITS PREVISTAS PARA A AREA DE ESTUDO. Como partes do planejamento estratégico, na sexta e sétima parte são propostos mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações, para, por último, apresentar a participação pública e validação do PDITS.

O diagnóstico estratégico da região do litoral faz a correlação da posição atual da área *versus* mercado potencial, a valoração ponderada das linhas de produtos turísticos e identificação das áreas críticas de intervenção. São avaliados os segmentos de turismo atuais por município do litoral, ponderando os elementos consolidados, os que têm possibilidade de crescimento futuro e os emergentes.

O PDITS estabelece três segmentos turísticos prioritários em função de suas características agregadoras a outros segmentos complementares (vide área definida sob o território na FIGURA 17). O primeiro e segundo abarcam o segmento de Turismo Cultural e Ecoturismo que abrange com destaque os municípios de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaraqueçaba. E o terceiro segmento abrange os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba que vem atualmente consolidando o segmento de turismo de lazer, sol e praia com áreas potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo. Há, portanto, distintos perfis e potenciais identificados entre o litoral norte e o litoral sul do estado, de forma que podem ser vistos como complementares e não concorrentes entre si.

FIGURA 17 - ZONEAMENTO DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO (PDITS)



FONTE: PDITS (2012).

O plano enquadra a região de abrangência do NGI, no eixo "Baia Caiçara" com: as baías de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, enquanto atrativos

turísticos em si, trajetos de acesso a outros atrativos, localizados nas Ilhas de Superagüi, do Mel e das Peças. As sedes históricas dos municípios de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba localizam-se em frente às respectivas baías, com trapiches para uso de pescadores e passageiros. Estas características possibilitam oferecer como atrativo a vivência cotidiana com os moradores locais, juntamente com a paisagem das baías, em meio a fauna local e às embarcações dos pescadores, tendo como paisagem a serra do mar. Os principais segmentos turísticos apontados, por fim, são: turismo cultural e ecoturismo complementados pelo turismo náutico, técnico científico e de pesca.

Identificados os segmentos prioritários, faz-se uma análise de mercado dos segmentos turísticos e, posteriormente, conclui-se o diagnóstico e prognóstico por meio de análise das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças de cinco componentes: produto turístico, comercialização, fortalecimento institucional, gestão ambiental e infraestrutura e serviços básicos. Então, por componentes, traça o plano de ação o qual apresenta 56 itens de investimento, num valor total previsto de R\$ 36.790.584,49 (para o ano de 2011).

Para a região de abrangência do atual NGI Antonina-Guaraqueçaba são considerados alguns investimentos, diretos e também investimentos mais amplos, previstos para todo o Litoral. O APÊNDICE 1 apresenta todas as 26 ações previstas pelo PDITS para a área de estudo, inclusive com o custo previsto, à época (2011). Há um total de 26 ações que envolvem a área de abrangência do NGI, destas, 7 são específicos para Paranaguá, Guaraqueçaba e/ou Antonina; 4 contemplam municípios da área de estudo mais alguns da região litorânea e 15 abrangem todo o litoral. Os investimentos em infraestrutura concentram-se na Praça e Trapiche central de Guaraqueçaba, no trapiche e local de desembarque da Ilha das Peças e da Ilha de Superagüi.

Quanto às oficinas participativas e audiências (segundo entrevista realizada), a equipe que coordenou o trabalho seguiu as exigências e normativas colocadas no Termo de Referência (TR), dado pelo Ministério do Turismo. Entretanto, segundo opinião da entrevistada (e também constatação em buscas por informações, online – no caso, ausência de dados online), o plano não se configura enquanto instrumento construído de forma participativa, originário de um debate aprofundado com a população e setores econômicos. O PDITS foi elaborado no ano seguinte ao ZEE – Fase Litoral, esse último muito criticado pelo processo não

participativo, junto às comunidades locais, sociedade civil organizada e instituições de ensino e pesquisa. Dado isso, houve resistência ao PDITS. Da mesma forma que o Estado não se demonstrou interessado em abrir o plano para um grande debate, de forma a evitar possíveis embates. As convocações eram feitas, cumprindo os requisitos mínimos exigidos no TR, de forma que a própria equipe de elaboração do PDITS fazia o convite direcionado a técnicos e rede de contatos já dispostas e que contribuíam na elaboração do plano.

Em relação à participação e apoio dos órgãos públicos municipais, apesar de ter tido participação das Prefeituras (Guaraqueçaba não participou), os municípios não tiveram muita aderência e apropriação do instrumento. Para a implementação das ações propostas do PDITS, os municípios teriam que investir uma contrapartida mínima (o recurso era via PRODETUR, de um empréstimo realizado pelo Estado junto ao BID). A partir disso, Guaraqueçaba era o único município que tinha dívida ativa, à época, não tendo possibilidade de endividamento. A não participação de Guaraqueçaba justifica-se também pelo isolamento e distância territorial - nenhuma oficina ocorreu em Guaraqueçaba.

Tanto o PDITS Litoral, quanto ações isoladas do mesmo, não foram implementadas³¹. Apesar de não implantado, o PDITS permanece atual e atende enquanto instrumento de gestão para direcionar investimentos e projetos, por parte do governo estadual, na região. Quanto a não captação do recurso, junto ao PRODETUR, o entrevistado coloca a importância do papel do Estado, enquanto agente principal em prover investimentos estratégicos no setor – visto que é o próprio Estado (enquanto estrutura pública) quem fica com retornos de empreendimentos de grande impacto, como o Porto de Paranaguá. O não investimento estratégico e fomento do setor do turismo pode ser interpretado como consequência do desinteresse político pelo segmento, não sendo prioridade para a política pública estadual, nacional e, de forma associada, dos grandes investidores privados.

³¹ Tanto a consultora que coordenou o plano afirmou desconhecer, em entrevista, da mesma forma que não há publicidade sobre a implementação de infraestruturas e ações previstas pelo Plano, por parte do Estado.

A partir da análise do instrumento³² e entrevista realizada com um dos coordenadores do plano, conclui-se que o plano foi estruturado de forma coesa e interligado entre os diferentes temas, de forma a propor ações alinhadas ao diagnóstico e as estratégias definidas. Interessante observar que o PDITS, diferentemente dos outros instrumentos analisados nessa pesquisa, é de cunho mercadológico, visando o fomento ao consumo de produtos turísticos e, a partir disso, a movimentação econômica de toda a região.

5.2.4 Planos de Manejo

O objetivo de criação de uma UC versa sobre a conservação da natureza, de forma que tal objetivo é transversal a todos os programas propostos em um plano de manejo. Nessa pesquisa o enfoque da análise será nos programas de uso público. Ressaltando que, as UC analisadas, os planos de uso público existentes estão inseridos nos Plano de Manejo (não são um documento a parte – anterior ou anexo ao plano de manejo). Haveria a possibilidade ainda, de por meio de portarias, instituir PUP independente da existência do plano de manejo da UC, situação essa que não ocorreu nas UC aqui analisadas. A RE do Sebuí e o PARNA de Superagüi estão com seus documentos elaborados. O primeiro em análise junto ao órgão ambiental (ICMBio) e o último, judicializado. Em janeiro de 2019, o Ministério Público Federal manifestou-se favorável a continuidade, por parte do ICMBio, da elaboração do Plano de Manejo³³. De toda forma, os planos de manejo publicizados, passíveis de consulta, foram: das RN Salto Morato (2011), RN Guaricica e RN Papagaio-da-cara-roxa (2012) todos os quais passam por processo de revisão (ano de 2019).

O APENDICE 4 - INFRAESTRUTURA NAS UC apresenta as UC da área de estudo, com os detalhes dos seus respectivos planos de manejo e programas de uso público (turismo, recreação e educação ambiental). A seguir, os planos de

³² Para a análise do PDITS Litoral encontrou-se dificuldade em obter informações e dados sobre o plano, sua construção, audiências, oficinas, entrega do plano final. Tem-se poucas notícias e publicidade, disponível na internet e demais fontes de consulta. De forma que se optou por realizar entrevista com um dos especialistas que coordenou o plano. Portanto, parte das informações aqui apresentadas e discutidas são resultados da entrevista semiestruturada realizada com a coordenadora do Plano.

³³ Autos n. 5000742-88.2015.4.04.7008 – da Ação Civil Pública – 11ª Vara Federal de Curitiba.

manejo são analisados, como também se apresentam resultados das entrevistas realizadas com os gestores.

Reserva Natural Salto Morato

O plano de manejo da RN Salto Morato elenca de que forma os programas (nesse caso, de Uso Público) contribuem para alcançar a visão de futuro tida para a reserva, para 2018. Apresenta então os subprogramas com os projetos (vide APENDICE 4 - INFRAESTRUTURA NAS UC), suas respectivas atividades e prazo de implantação.

O programa de “Uso Público” reúne todas as atividades direcionadas a tal uso, na reserva, sendo destacado, pelo próprio documento, que estas não são um fim em si mesmas, mas voltadas à sensibilização dos visitantes para a conservação da natureza e para o entendimento da importância das áreas naturais protegidas como estratégias de conservação. O programa prevê, portanto, atividades que estejam em consonância com os objetivos de conservação da RN Salto Morato, recomendações e normas para que, inclusive, as atividades ocorram em segurança – para os visitantes e também para o patrimônio natural da Reserva. Apesar de ser um programa permanente, o mesmo poderá alterar e se aperfeiçoar, a partir das necessidades e adequações observadas, ao longo do tempo.

Aplica-se às Zonas de Visitação, de Proteção, de Recuperação e de Administração, com distintas permissibilidades, de acordo com as normas e objetivos de cada zona de manejo. Apresenta normas de visitação. Permite cobrança de ingressos para acesso a Reserva, pernoite no camping e alojamento (de pesquisadores), respeitando os descontos definidos por políticas da Fundação Grupo Boticário. Toda estrutura física de atendimento à visitação pública deve privilegiar técnicas de menor impacto, devendo as mesmas serem otimizadas, adequadas e integradas ao ambiente. A implantação de novos atrativos e atividades deverão passar pela execução de um plano de implantação. Detalha-se ainda de que forma deverá ocorrer a sinalização em trilhas mais rústicas e longas.

O programa prevê ainda a integração da RN Salto Morato a roteiros turísticos externos, de empresas ou instituições externas, desde que tenham foco o turismo de natureza e contemplem atividades que não entrem em conflito com os objetivos, normas e zoneamento da reserva. Todas as atividades e materiais

utilizados para sensibilização dos visitantes devem incluir informações sobre o patrimônio natural da RN Salto Morato e ser voltados para a valorização da conservação da natureza, podendo ser adotados diferentes instrumentos: placas, painéis, totens, folhetos, entre outros. Por fim, reforça-se que o cadastro dos visitantes deve amparar as decisões ligadas ao manejo da unidade, assim como o monitoramento do uso público deverá estar integrado ao Plano de Monitoramento do Patrimônio Natural da reserva.

Reserva Natural Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa

Quanto às RN da Guaricica e do Papagaio da cara-roxa, ambas gerenciadas pela SPVS, tem-se o uso público, até o presente (2018-2019), restrito, sendo realizado através de visitas técnicas de pequenos grupos e ações de educação ambiental com as escolas e comunidades do entorno, em projetos pontuais e atendendo demandas específicas.

As Reservas atualmente não se encontram estruturadas (segundo o gestor, em entrevista) para receber visitação com fins turísticos, nem de educação ambiental em larga escala. As atividades de visitação atualmente realizadas estão voltadas para trabalhos de sensibilização e educação para a conservação em pequena intensidade. Visitantes esporádicos, todavia, aparecem com e sem agendamento prévio.

Ao mesmo tempo, os projetos de financiamento das reservas (aqueles que subsidiaram sua aquisição, restauração, manutenção e monitoramento) estão com menores investimentos desde 2008 e em vias de findar. Dado isso, a SPVS vem buscando novas fontes econômicas para gerenciar as reservas. Tem considerado ações de uso público como uma das alternativas de geração de recursos financeiros para manutenção das atividades. Tais projeções estão sendo discutidas atualmente, na revisão do plano de manejo das reservas (2018-2019).

5.2.5 Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral - PDS

O PDS Litoral é um instrumento de ordenamento do território de abrangência a todo Litoral paranaense que está previsto desde 2011, quando do lançamento do Decreto Estadual nº 2.647/2011, o qual dispôs sobre a elaboração e

desenvolvimento do "Plano Estratégico para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná", no momento presente tratado como "Plano para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral do Paraná – PDS Litoral".

A instituição contratante e responsável pelo documento é a Secretaria de Estado do Planejamento (Governo do Paraná), financiado pelo Banco Mundial, sendo a gestão do contrato realizada por uma Equipe Técnica Intersecretarial. A equipe consultora é composta por um consórcio de quatro empresas de consultoria, denominado "Litoral Sustentável".

Segundo o Plano de Trabalho apresentado e o Termo de Referência o objetivo geral é traçar diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, (I) respeitando as peculiaridades de cada município e fragilidade ambiental da região; (II) protegendo o patrimônio natural, histórico e cultural; e (III) garantindo o protagonismo dos atores locais.

Os objetivos específicos são vários, os quais envolvem, em linhas gerais: contextualizar a região, trabalhos existentes, dados primários e secundários, legislações existentes e válidas; propor um ordenamento territorial dos planos diretores municipais, dos planos de turismo, da gestão da bacia hidrográfica, das UC e das diretrizes do gerenciamento costeiro, em torno de macrozoneamento regional de desenvolvimento sustentável. Seguindo, tem-se identificar, contextualizar, compatibilizar e propor as principais funções públicas de interesse comum entre os municípios, evidenciando suas relações, semelhanças e peculiaridades, visando subsidiar a criação de uma governança interfederativa, através de propostas de diretrizes e ações para o desenvolvimento de programas, planos e projetos a serem desenvolvidos em conjunto pelos municípios. Identificar e contextualizar os principais arcabouços institucionais da região, rever e propor a adequação dos instrumentos legais e institucionais de gestão urbana, ambiental e territorial, estabelecendo as bases para a modernização/criação de instância de gestão interfederativa compartilhada. Elaborar cenários econômicos, socioculturais, ambientais, de infraestrutura logística e urbana do território, baseadas em projeções demográficas e de crescimento econômico, avaliando a capacidade de suporte do território, a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento regional. Propostas de modelos de ocupação, com a construção de cenários possíveis. Avaliar os impactos resultantes de cenários e modelos de ocupação propostos. Propostas de metas para a adaptação dos territórios municipais aos possíveis

impactos das mudanças climáticas, já prognosticados a partir de pesquisas e estudos já realizados.

O PDS visa construir uma proposta de plano de ação, com diretrizes, propostas e metas que visem ações de curto, médio e longo prazo, que promovam: o desenvolvimento econômico e social sustentável; a conservação do meio ambiente e patrimônio histórico cultural; que promova a revisão e modernização dos instrumentos legais, institucionais, de gestão urbana e territorial. Garanta ainda a participação de instituições governamentais, sociedade civil, academia, terceiro setor e empresas da região, consolidando o processo de planejamento participativo.

O documento, conforme ilustrado nos objetivos específicos, pretende organizar e sintetizar em um único instrumento propostas e ações tratadas de modo isolado ou fragmentado nos demais instrumentos de ordenamento territorial elaborados para o litoral paranaense, numa escala regional.

Evidente que os demais não “perdem” seu caráter legal, vindo a somar a esse último documento, mais recente, construído a partir das experiências bem e mal sucedidas até o momento presente. Quanto ao uso público, espera-se que o instrumento aponte as potencialidades ao desenvolvimento turístico do litoral e, no contexto das UC, a conciliação da conservação da natureza e do uso público, no intuito de justificar, garantir e sustentar a conservação desses territórios.

Ainda em processo de elaboração, a equipe contratada concluiu a etapa diagnóstico e encontra-se na fase de cenários – “Construção de Cenários e Visão de Futuro”, em fase de conclusão, com a realização das audiências para apresentação e validação do documento final, resultante dessa etapa. Em seguida, a etapa de “Plano de Ação” constituída por reuniões técnicas (elaboração do documento inicial), oficinas (para construção do documento com qualificação, junto aos representantes de cada região) e, por último, as audiências públicas, para apresentação, complementação e validação do documento. Por último, a conferência regional, última etapa de elaboração do PDS, para validação do documento junto a toda sociedade civil. A conclusão está prevista para o ano de 2019 (PDS, 2019).

5.3 ANÁLISE DA GESTÃO AMBIENTAL NAS UC

Nesse capítulo inicia-se a discussão a respeito da gestão do uso público e gestão ambiental do território (onde estão as UC estudadas), compreendendo de que forma dialogam com a gestão da região (litoral norte).

As análises são resultantes do estudo feito a respeito dos instrumentos de ordenamento vigentes na região e nas próprias UC. Os resultados das entrevistas realizadas com gestores de cada UC também foram considerados.

5.3.1 Aspectos Gerais da Gestão

Inicia-se a análise por pontuar os instrumentos de gestão do território e os objetivos das UC - sendo, os objetivos oficiais, transcritos nos documentos oficiais de gestão e os de entendimento (narrados) dos gestores entrevistados (ANEXO 1).

Instrumentos de Gestão das UC

Como instrumento de gestão desses territórios, nas entrevistas realizadas, foram citados:

(I) PARNA do Superagüi: conselho consultivo. Plano de manejo judicializado. Utilizam o próprio SAMGe para gestão da UC. Não há PUP ou documento semelhante.

(II) RE Salto Morato: plano de manejo de 2011 (em atualização) e mapa institucional.

(III) RE Sebuí: não possui (plano de manejo em aprovação ICMBio).

(IV e V) RN Guaricica e RN Papagaio-da-cara-roxa: Plano de manejo de 2012 (em atualização) e Fundo Guaraqueçaba (SPVS).

O plano de manejo é o principal instrumento de gestão de áreas protegidas utilizado no Brasil, o qual, segundo o SNUC (2000), todas as UC devem dispor. A não existência do plano pode vir a gerar entraves na gestão e nas relações com as comunidades do interior e entorno da UC. Sem o instrumento, termos de cooperação entre a gestão da UC e comunitários são inviabilizados. Um item esperado do plano de manejo é o zoneamento, o qual, dentre outros aspectos, prevê os diferentes usos para cada porção delimitada, a exemplo, definir as áreas de manguezais permitidas

ao uso – (coleta de caranguejo). No caso das UC particulares, a inexistência de plano de manejo pode vir a acarretar na falta de subsídios (informações) para traçar os planos de uso e programas da reserva.

Até que seja elaborado o plano de manejo, as atividades e obras realizadas nas UC de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas aos objetivos da mesma, ou seja, garantir a integridade dos recursos que se objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais, porventura residentes na área, as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais (art. 28, parágrafo único, Lei nº 9.985/2000). Para todas as categorias de manejo (salvo as RPPN), até que seja estabelecido o plano de manejo, devem ser formalizadas e implementadas ações de proteção e fiscalização (art. 15, Decreto nº 4.340/2002).

No caso do PARNA do Superagüi, a única das UC analisadas nessa pesquisa de gestão pública, e tida como uma das principais no quesito uso público³⁴, detém rotina de fiscalização e proteção, mesmo com uma equipe de colaboradores reduzida. Participa do censo do Papagaio-da-cara-roxa, promovido pela SPVS; do Plano de Ação Nacional (PAN) de conservação (primatas da Mata Atlântica, com Mico-leão-da-cara-preta), e também do Programa Monitora (Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade, 2017) desde 2014, ao qual aderiram a um componente específico - protocolo Florestal de Monitoramento – com vistas a aderir em breve ao protocolo do Mangue (em fase de implementação) – informação obtida a partir de entrevista e da oficina “Oficina de Monitoramento da Biodiversidade” - QUADRO 7.

Quanto aos quesitos socioeconômicos e culturais, impactos significativos com a ampliação e mudança do perímetro do PARNA (Decreto nº 9.513 de 1997) foram sentidos - pelas comunidades e pelo órgão gestor. Tal mudança incorreu na inserção de algumas comunidades no perímetro do PARNA (Colônia, Barbados, Canudal, Vila Fátima, Barra do Ararapira, Vila de Ararapira, Abacateiro) das quais, por parte de alguns comunitários, apresentam resistência à gestão do parque. Essa resistência somou-se ao movimento social MOPEAR, cujas reivindicações são o

³⁴ Primeiro pela sua categoria “parque”, cujo princípio de criação envolve o uso público; segundo pela pressão exercida sob os recursos naturais em decorrência da visitação que já ocorre, desordenada e sem infraestrutura para visitação e, por último, a grande quantidade de atrativos reais e potenciais, do parque.

direito e a retomada do território tradicional caiçara, colocando-se como desterritorializados pelas UC ali instituídas. Não é o enfoque dessa pesquisa aprofundar na análise desse conflito, mas cabe citar que a ação judicial movida contra o plano de manejo do PARNA foi movida pelo MOPEAR, conforme já citado, a partir da justificativa de que o plano foi construído de uma forma não participativa, sem o consentimento, o entendimento e o envolvimento dos comunitários. A ação, que iniciou em 2014, teve parecer favorável do Ministério Público Federal à continuidade das ações, de forma a ser julgado ainda pelo judiciário.

Uma das perdas, com a mudança do perímetro, segundo um dos entrevistados, refere-se à retirada da massa d'água (um raio de alguns quilômetros) e baía do perímetro do PARNA. Dessa forma, o plano não pode vetar a pesca comercial realizada por grandes embarcações, das quais, algumas, praticam “arrasto”, e prejudicam a pesca das comunidades tradicionais.

A baixa implementação dos instrumentos de gestão, especialmente os planos de manejo, acaba por não oportunizar essas estratégias de gestão citadas acima, que auxiliam no lidar com os conflitos e estabelecem, de forma participativa, o manejo dos recursos naturais, os locais e tipos de uso, assim como as prioridades de ação.

Objetivos das UC

A importância em analisar os objetivos de criação das UC e o entendimento dos gestores está no direcionamento das ações e tomadas de decisão do dia a dia das UC, se se considera objetivos comuns de trabalho. Interessante comparar os objetivos das distintas UC estudadas, dado o contexto de mosaico, a proximidade e as similaridades do meio físico e biótico. Espera-se que os objetivos de cada UC retratem a realidade e as especificidades da mesma. Se os objetivos de uma UC preveem atividades de uso público, por exemplo, espera-se que a mesma adote estratégias de gerenciamento da visitação, de forma que o uso não gere impactos negativos – situação que não ocorre no PARNA, até então.

O PARNA não possui um objetivo institucional em seu Decreto de criação. Mas o mesmo é claro aos gestores e foi explanado por um dos entrevistados, narrando as ideias centrais (ANEXO 2 – PERFIL DA UC: INSTRUMENTO DE GESTÃO E OBJETIVOS DA UC). Ao perguntar aos gestores das UC particulares, as

respostas transitam entre conservação da natureza e uso público - no caso da RN Salto do Morato, "proteção, pesquisa e uso público"; da RE do Sebuí, "aliar conservação da natureza ao turismo de vivência"; e das RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa, "pesquisa científica, biodiversidade e educação ambiental, um modelo replicável de gestão de UC particular".

Os gestores das UC particulares tem um enfoque maior na relação UC - conservação - sociedade, numa escala mais ampla. Já o PARNA, pontua em seu objetivo a valorização das culturas locais por meio de um turismo sustentável, assim como a conservação de ambientes naturais. Posteriormente, com a análise das atividades que acontecem nas respectivas UC, fica claro que há um alinhamento entre os objetivos incorporados pelos gestores e as atividades que ocorrem, salvo o PARNA, cujo plano de manejo estava judicializado (2014-2019) – fato esse que inviabilizou possíveis investimentos, monitoramento e ações que garantissem um turismo sustentável.

Segundo entrevistados, os colaboradores, de forma geral, compreendem e incorporam os objetivos das UC, sendo porta-vozes das atividades. Muitos desses colaboradores atuavam nas antigas fazendas (RE Salto Morato, RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa), com atividades impactantes ao meio - pecuária. Representou uma grande mudança de valores, os quais são replicados junto a suas famílias e comunidade. Já sobre o contexto do mosaico de UC da região e as distintas categorias - APA, PARNA, ESEC, REBIO, RPPN - não há clareza (relato do gestor RN Salto Morato). Não entendem, por exemplo, a atribuição de uma APA comparadas às reservas particulares ou parque nacional. Não compreendem, inclusive, que moram em uma APA e o que isso repercute em suas vidas.

Quanto aos comunitários, no geral, as respostas dos gestores demonstraram que não há o entendimento sobre o porquê da existência de uma UC, tampouco seus objetivos. Os gestores têm percepções interessantes sobre, valendo citar: no PARNA de Superagüi entendem o porquê da conservação da natureza, mas atualmente, há um conflito sobre a atividade turística (um dos objetivos do PARNA, desenvolver turismo responsável), entendendo que a "imposição" da mesma virá a inibir as práticas tradicionais. O problema maior está atrelado às restrições estabelecidas pelas leis ambientais nacionais (ex. Lei da Mata Atlântica e Lei de Proteção à Vegetação Nativa) e não necessariamente ao PARNA e suas restrições.

A percepção dos gestores da SPVS é de que as comunidades desconhecem o que são as reservas e o trabalho ali desempenhado, percebendo apenas os benefícios diretos gerados, como a água. No sentido que, se não fosse o benefício direto, como a água, "a existência das mesmas torna-se um empecilho". Os entrevistados da RN Salto Morato percebem que há um respeito a presença da reserva ali, mas não necessariamente apoio. Têm ainda a percepção de que uma UC atrapalha o desenvolvimento local. De forma geral, desconhecem os benefícios que a mesma retorna ao município, inclusive com ICMS Ecológico.

Ao comparar a relação entre as comunidades e as RPPN, um entrevistado pontua a simpatia maior, por parte dos comunitários, a RN Salto Morato, em comparação às reservas da SPVS. No entendimento do entrevistado, tal diferença se dá pelo fato de a RN Salto Morato estar aberta a visitação pública (programa de uso público) desde 1996, enquanto que a SPVS não pratica visitação e turismo em suas reservas, salvo em ações específicas de educação ambiental e pesquisa científica. Não havendo, portanto, interação com a comunidade do entorno. Tal medida gerou ruídos nas informações, sendo difundidos boatos sobre as ações da ONG entre as comunidades, o que prejudicou a imagem da ONG perante às comunidades e munícipes de Antonina e Guaraqueçaba.

Dado que os vizinhos não compreendem o porquê e o trabalho de conservação ali desenvolvido, os gestores entenderam que práticas ilegais podem ser mais recorrentes, como a caça, extração seletiva de madeira e palmito. Esse é um dos motivos que incentivou a SPVS a considerar a inclusão de programas de uso público nas reservas, iniciando com a Escola da Conservação em 2018 e inserido na atual revisão do plano de manejo.

Governança

Um dos pontos abordados nas entrevistas foi a governança nas UC, se possuem conselhos ativos, como se inserem nos conselhos regionais, a relação com as instituições de pesquisa, ONG, demais UC do mosaico, associações, cooperativas locais, órgãos públicos ambientais, fiscalizatórios e de turismo como também parceiros comerciais.

Dos usos que geram conflitos com as comunidades do entorno (ou situados no interior da UC, como é o caso do PARNA), citou-se: caça (atividade ilegal,

segundo Lei Federal nº 5197/67) e a extração seletiva de madeira e palmito. Alguns dos gestores entendem que há sim um conflito das práticas culturais com o uso direto dos recursos das UC ali instituídas; já outros entendem que além de uma prática cultural, tem-se o viés econômico, pelas dificuldades socioeconômicas da região. Há também os que entendem que é pelo viés econômico, mas de subsistência e não para geração de grandes recursos, enquanto há os que denunciam o viés estritamente comercial, praticando normalmente por pessoas de fora das comunidades, como é o caso de registro de caçadores vindos do estado de Santa Catarina. Os gestores das reservas particulares afirmaram não ter um conflito direto com as comunidades do entorno, apesar de registrarem eventualmente vestígios de caça (mais recorrente das RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa) e de retirada de madeira ou palmito - normalmente são feitos por pessoas externas às comunidades, de outras regiões.

No caso do PARNA de Superagüi, com exceção do MOPEAR, os entrevistados afirmaram possuir boa relação com as comunidades, no geral, atendendo inclusive de suporte às necessidades diárias relacionadas a serviços públicos. O escritório do ICMBio em Superagüi é o órgão público mais próximo e presente no dia a dia dessas pessoas.

Há atividades de fiscalização de forma organizada nas reservas geridas pela Fundação Grupo Boticário e SPVS, de forma que no PARNA há fiscalização direcionada a retirada de madeira e palmito (maior parte das ações tem como origem denúncia). Quando identificado vestígio de crime ambiental na área das reservas, medidas legais junto ao DPAMB são tomadas, como também fechamento de trilhas, monitoramento mais frequente, reparo nas cercas, etc. Os colaboradores do ICMBio possuem atribuição de fiscal, podendo autuar no caso de flagrante.

Sobre a organização social dos comunitários, no geral, as comunidades diretamente do entorno das reservas (Sebuí, Cachoeira, Morato, etc.) não possuem associação de moradores ou qualquer outra forma de representação, de forma que, o diálogo acontece com o intermédio dos colaboradores das reservas que moram no entorno e atores sociais como professores, pastores e padres. No PARNA do Superagüi, além das relações informais, do dia a dia, o PARNA conta com um Conselho consultivo, ativo desde 2005. O conselho, com uma média de duas reuniões por ano, tem como conselheiros (efetivos e suplentes) representantes de todas as comunidades que compõem o PARNA. É no espaço do conselho que

problemas referentes ao PARNA e demais questões externas são debatidas, questionadas e esclarecidas. As demais reservas particulares não possuem conselhos consultivos e de toda forma, não são obrigadas legalmente a os ter.

Sobre a comunicação entre as UC do mosaico, assim como órgãos oficiais ambientais, de turismo e de fiscalização foram citadas, uma boa comunicação e relação com ICMBio, a Polícia Militar (DPAmb). A Prefeitura foi posta de forma positiva por um dos gestores apenas e, indicado uma aproximação, com os assuntos referentes ao ICMS Ecológico gerados pelas reservas. O órgão ambiental estadual (IAP) foi tido como "distante" por todos os entrevistados. Sobre órgãos de fomento, como a ADETUR Litoral, apenas uma das UC afirmou ter tido contato com a mesma, mas não é associado. Citou-se o SEBRAE e o grupo empresarial organizado na área rural de Antonina "Vale do Gigante", roteiro de turismo rural ao qual a SPVS está acompanhando.

Comentou-se ainda sobre as participações nas oficinas e audiências do PDS, do projeto Caminhos da Mata Atlântica (trilha de longo percurso), do projeto da Grande Reserva Mata Atlântica e atuação enquanto conselheiros em conselhos externos - Conselho da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e REBIO Bom Jesus, COLIT, Conselho Municipal de Meio Ambiente de Antonina, Rede Pró-Lagamar (Lagamar paranaense). Dos projetos e parcerias com instituições de pesquisas e ONG, foram citadas: SPVS, Mater Natura, Observatório Costeiro, Mar Brasil, UTFPR Dois Vizinhos, UFPR, FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, Grupo Marista, EMATER, ADEMADAN. Das associações, cooperativas e grupos locais, de conhecimento dos gestores, citaram: COOPERGUARÁ (Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba - desativada); ACRIAPA (Associação de Criadores de Abelhas Nativas da APA de Guaraqueçaba); MOPEAR; ASPRAN (Associação dos Produtores Rurais de Antonina), Grupo Raíces Fandagueiras; Associação de Mulheres de Artesanato de Superagüi; Clube de Mães (da Vila das Peças) com a cozinha comunitária; Associação de Coletoras da Cataia.

Sobre o trabalho em conjunto entre as UC estudadas (e do Mosaico, de forma geral), os entrevistados responderam de forma positiva informando existir iniciativas para trabalhos em parceria, principalmente no monitoramento de espécies (fauna e flora) e fiscalização das áreas, compartilhando metodologias, recursos financeiros, de materiais, de funcionários e de *expertise*. Dos trabalhos em conjunto, citam-se: o projeto do Papagaio-da-cara-roxa, conduzido pela SPVS, com parte dos

recursos da FGBC, suporte de infraestrutura do ICMBio; a Escola da Conservação (SPVS e Fundação Grupo Boticário); o monitoramento do Mico-leão-da-cara-preta entre o ICMBio e Lagamar paulista. A RE do Sebuí é ausente dos projetos, instituições e parcerias, mantendo boa relação informal com os demais gestores e parceiros comerciais. Existem atividades em parceria entre as UC, mas o Conselho do Mosaico Lagamar assim como outras demais possíveis ações de integração, com todos os atores locais, não acontecem. Conclui-se que, a governança, enquanto mosaico, por fim, não acontece.

5.3.2 Perfil das UC

No roteiro de entrevistas (ANEXO 1), buscou-se, antes de iniciar a discussão a respeito do uso público, entender o perfil e as singularidades das UC estudadas a partir do olhar do gestor.

Biodiversidade das UC

Sobre a biodiversidade, muitos elementos da biota são citados, desde espécies de fauna e flora, alvos de conservação; a riqueza da biodiversidade (anuros, anfíbios, morcegos); até ambientes diversos e suas distintas fitofisionomias. Como elementos comuns nas entrevistas: o bioma mata atlântica com manguezais, ambientes alagados (área de brejo), restinga e cordões lagunares, até ambientes altomontanos. Espécies como: palmito juçara, guanandi, papagaio da cara roxa, jacutinga, mico leão da cara preta e espécies da mastofauna - todos eles indicadores de qualidade ambiental nesse estrato de Mata Atlântica. As espécies e elementos citados convergem com os descritos nos instrumentos de ordenamento, havendo algumas exceções nas entrevistas como: cachorro vinagre, queixada, raia (saltadora). Quanto à geodiversidade e paisagens, cada gestor enfatizou e citou as paisagens características das respectivas UC, pontuando elementos como a Serra do Mar, o Pico Paraná, cachoeiras, recursos hídricos e rios, estuário, baías e manguezais.

A questão sobre serviços ecossistêmicos teve destaque o fornecimento de água para as comunidades do entorno, em alguns casos, abastecendo cem por cento a comunidade - RN Salto Morato, PARNA de Superagüi, RN Papagaio-da-

cara-roxa. Entrevistados pontuaram o ICMS Ecológico gerado e que retorna diretamente pros municípios, de forma livre de investimento³⁵. Citou-se também a retenção de sedimentos carregados para os recursos hídricos e atividades econômicas de alto impacto evitadas, como a pecuária.

Novas perspectivas e benefícios gerados pelas UC no território são identificados, comprovados e apresentados na pesquisa publicada pela Fundação Grupo Boticário "Valoração de Unidades de Conservação" (YOUNG et al., 2015), a qual apresenta os benefícios econômicos e sociais gerados pelas reservas da Fundação Grupo Boticário e a metodologia empregada para calcular a valoração³⁶ das UC.

Aspectos Socioeconômicos

Dos recursos socioeconômicos, em todas as respostas, citaram os benefícios (diretos e indiretos) do turismo e serviços associados (alimentação, hospedagem, traslado, artesanato, cooperativas) na cadeia econômica dos municípios e comunidades próximas às UC. De forma indireta, as UC garantem os recursos naturais que permitem a pesca nas baías e manguezais, abastecimento de água e a extração seletiva, essa última, ilegal e recorrente.

Dos aspectos históricos culturais, descrito de forma recorrente na maior parte das entrevistas, os sambaquis. As RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa possuem 16 pontos de interesse arqueológico registrados, seja com sambaquis, com localidades onde se identificaram fragmentos arqueológicos como cerâmicos, vasilhames, utensílios, entre outros. A maioria detém potencial para atividades como educação patrimonial, ambiental e de visitação (relatório técnico da própria SPVS, 2018). Destaque também as comunidades tradicionais e a cultura caiçara.

³⁵ Não há uma legislação específica que obrigue a retornar parte do recurso do ICMS Ecológico às UC que o geraram, ou que os investimentos a serem feitos tenham que ser necessariamente no meio ambiente.

³⁶ A metodologia é aplicável a distintas UC brasileiras, independente da categoria ou instância, sendo sugerido inclusive que os gestores passem a adotar o cálculo de valoração em seus diagnósticos e plano de manejo com o objetivo de quantificar e tornar público os retornos sociais gerados por cada investimento realizado na UC (YOUNG et al., 2015).

5.3.3 Uso Público: Infraestrutura

A pressão do uso público sob as UC, a partir da intensificação das visitas e da demanda por ecoturismo, reforça a importância de se conciliar uso público à conservação da natureza (LEUZINGER, 2010). A demanda pelo ecoturismo tem como agente impulsor os meios de comunicação, divulgando áreas pouco conhecidas e com características cênicas únicas, sem avaliar as consequências negativas advindas de uma utilização não planejada, agravando ainda mais a situação de UC que ainda não dispõem de infraestrutura adequada para receber visitantes (TAKAHASHI, 1997).

PAULA et al. (2018) discutem o grau de implementação das UC do litoral paranaense, considerando elementos básicos de gestão, como plano de manejo, regularização fundiária, conselho instituído e atuante, entre outros. Como resultado, a grande maioria das UC do Litoral concentraram-se entre as categorias de moderado, baixo e muito baixo grau de implementação. Se os planos de manejo já são uma problemática às UC em questão, o que prever sobre a infraestrutura? Agora, sobre a infraestrutura direcionada ao uso público? Takahashi, em 1997, comentou sobre a situação crítica enfrentada pelas UC em relação a equipamentos e pessoal qualificado. Vinte anos depois, o contexto do mosaico de UC do litoral norte paranaense apresenta pouca melhora: quanto a recursos humanos, tanto os entrevistados do NGL Antonina-Guaraqueçaba quanto os gestores do PARNA do Superagüi afirmaram não possuir um quadro de colaboradores condizente com as necessidades de gestão das UC. Enquanto que, as UC particulares (RPPN), afirmam ter um quadro condizente sim, apesar de as reservas da SPVS indicarem uma demanda futura por mais funcionários, visto os novos projetos para as reservas (uso público, entre eles). Deste quadro de funcionários, apenas a RN Salto Morato e RE Sebuí dispõem de funcionários exclusivos para gerir estrategicamente o uso público. Como aspecto positivo, o nível de qualificação das equipes, que apesar de poucos colaboradores, todos os gestores concordam trabalhar com equipes qualificadas para as atividades que desempenham.

A infraestrutura, de uso administrativo e de uso público, de cada UC, é apresentada em detalhe no APENDICE 4 e são discutidas no texto a seguir.

Observa-se que o PARNA do Superagüi dispõem de uma infraestrutura mínima para manter a estrutura administrativa funcionando: dispõe de escritório na

sede de Superagüi e na Ilha das Peças, essa última, sem uso atual. Como estrutura para uso público, cita-se o alojamento para pesquisadores em Superagüi e quatro trilhas para caminhada e cicloturismo: Trilha da Praia Deserta; Praia Barra do Superagüi; Praia Deserta do Superagüi; Praia Deserta de Peças (vide FIGURA 19). Todas são trilhas de beira mar, sendo apenas incentivadas (e permissíveis) ao uso público. A manutenção com limpeza ocorre apenas na Trilha da Praia Deserta do Superagüi. Não há manejo das trilhas, sinalização de acesso ou informativa ao turista, tampouco equipamentos interativos e de suporte ao visitante, pesquisador ou educando.

Os gestores do PARNA consideram que a infraestrutura não é adequada para as ações de manejo previstas. Como ações imediatas, apontadas, a previsão de aumentar o alojamento, de construir um centro de visitantes e uma torre de observação da restinga. Para agravar a situação do PARNA, de falta de recursos humanos e infraestrutura física, a UC não possui recurso financeiro destinado para investimentos, sendo encaminhadas cotas (com valores fixos) para atender minimamente custos de combustível, contratações (terceirizados), de material de consumo e infraestrutura (aluguel, pequenas manutenções). Não há portanto uma rubrica específica para fomento, devendo a mesma ser captada via projetos.

As UC particulares, nesses aspectos, dispõem de outra realidade. Possuem um quadro de funcionários condizente com suas necessidades - em quantidade e qualificação. Como caso específico, a RE do Sebuí tem como finalidade principal o uso público, sendo a totalidade de funcionários para atender visitantes (não desenvolvem ações de conservação ou monitoramento). Num contraponto, as Reservas Naturais da SPVS não trabalham com uso público até o momento (2019) - prevê-se que o plano de manejo, atualizado ainda esse ano, inclua dentre os programas, o plano de uso público, iniciando então de forma ordenada os investimentos para tal.

A RE do Sebuí destoa-se das demais reservas particulares por ter como finalidade principal a visitação turística, tendo sua infraestrutura direcionada ao uso público. A visitação é restrita, com enfoque em pequenos grupos, dada a capacidade de infraestrutura local, como também o objetivo: a atividade de ecoturismo aliada à experiência em meio a mata atlântica. Dispõe de seis chalés com banheiro (cama casal e solteiro - três leitos), comportando grupos de até 12 pessoas; banheiro comum externo; sistema de aquecimento a lenha; placas solares; e as trilhas

suspensas (mangue). Contudo, não fazem (ou promovem) ações de manejo, restauração, monitoramento e pesquisa científica.

Num contraponto, as reservas da SPVS, direcionadas ao manejo, monitoramento e conservação, detêm majoritariamente estruturas com função administrativa (várias casas das antigas fazendas adquiridas foram mantidas e são aproveitadas). De uso público, destaca-se a infraestrutura da RN Guaricica, a qual possui um centro de educação ambiental, refeitório com cozinha e alojamento para pesquisadores, além de uma trilha estruturada para uso - Trilha da Guaricica (vide FIGURA 14). Tais estruturas estão disponíveis para atividades pontuais na reserva, como a Escola da Conservação; reuniões, oficinas e capacitações organizadas pela instituição; eventos de sensibilização à conservação e imersões contratadas por empresas.

A RN Salto Morato tem infraestrutura completa tanto para as atividades de gestão, monitoramento, pesquisa científica, quanto para turistas e visitantes de lazer, recreação e educação ambiental. Destaque à casa dos voluntários, os quais possuem um espaço para morarem na reserva, ao longo do período de estágio (de 30 a 60 dias). Como um diferencial as demais reservas, possuem no centro de visitantes com exposição permanente - painéis sobre Mata Atlântica, Lagamar, UC, Conservação – vide FIGURA 10), maquete da reserva, com relevo e infraestruturas; a Estação Conservação na Prática, com telas *touch* sobre a biodiversidade brasileira; Estação Power Station; sala de vídeo. Tais elementos, exclusivos a RN Salto Morato em relação às demais estudadas, compõem e facilitam a interpretação ambiental. Possibilitam maior apreciação do lugar, incentivando maior tempo de permanência e novas visitas a UC - seja por indicação aos amigos, seja pelo retorno (MURTA; GOODEY, 2005).

Quanto ao orçamento para gestão das reservas particulares, tem-se uma realidade muito diferenciada das UC públicas. Tanto as reservas da SPVS, quanto da Fundação Grupo Boticário, detêm entre 300 a 400 mil reais ao ano para investimento em projetos, infraestrutura e ações (esse valor não custeia salários, encargos trabalhistas ou custos fixos de infraestrutura). A RE do Sebuí, com um caráter direcionado a visitação turística e de propriedade particular, tem um orçamento muito menor, conforme entrevistado, o único custo fixo da reserva é o salário de um funcionário (entorno de vinte mil reais ao ano), de forma a não ter um recurso fixo destinado à reserva. De acordo com o gestor, seria necessário entorno

de 350 mil reais para manter e investir na RE do Sebuí, o que representa atender entorno de 300 turistas ao ano.

5.3.4 Uso Público: Turismo e Educação Ambiental

O PARNA do Superagüi, sem plano de manejo (ou outro instrumento de gestão), não realiza o manejo das atividades de uso público. Todas as atividades acontecem de maneira espontânea, não possui um estudo de capacidade de carga dos atrativos (trilhas) como também não se faz o controle do número de visitantes, perfil ou nível de satisfação. Houve uma publicação³⁷ recente, do ICMBio, realizada em 2017, a partir dos dados dos equipamentos turísticos inseridos dentro do PARNA e em suas adjacências, o qual estima o número de visitantes, o tempo médio de permanência, gasto médio, empregos gerados e potencialidades de crescimento dos benefícios do turismo em caso de investimentos. Como conclusão, do estudo, aponta-se que

"Superagüi não está, também, cumprindo seu objetivo de criação como parque nacional, de oferecer opção de educação ambiental, turismo ecológico e recreação em contato com a natureza para a sociedade. Além disso, a dificuldade acarretada pela falta de clareza jurídica que a não publicação do plano de manejo gera, também leva a não organização das comunidades para prática de atividades de visitação e o consequente aumento da pressão sobre o uso direto dos recursos naturais da unidade." (SOUZA; CGEUP; ICMBIO, 2017).

Reforçando a percepção obtida nessa pesquisa ao analisar seu objetivo e as atividades como acontecem. O autor cita a pressão sobre o uso direto dos recursos referindo-se inclusive à necessidade de pesca e coleta seletiva por parte dos comunitários para subsistência e atividades do cotidiano, a reivindicação do uso do território que habitam e continuação de suas práticas que até então não estão regulamentadas e ordenadas. A pressão sobre o uso indireto dos recursos naturais da unidade é levantada pelos gestores ao afirmarem ter problemas com o turismo desordenado, tendo agravantes como a destinação do lixo, o tratamento de resíduos, falta de água potável nos períodos de alta temporada (feriados), excesso de embarcações e *jet ski* (principalmente na Ilha das Peças e proximidade da Ilha

³⁷ SOUZA, T. V. S.B.; CGEUP; ICMBIO. Avaliação da Atratividade Turística e das Contribuições Econômicas do Parque Nacional de Superagui para as Comunidades Locais. ICMBio, 2017.

dos Pinheiros - berçário de golfinhos e papagaios-da-cara-roxa, respectivamente), importunação da fauna e flora de forma geral (música, fogos de artifício, *jet ski*, excesso de embarcações) e desvalorização da cultura local pela "inserção constante de novidades" - termo utilizado pela entrevistada.

As atividades de turismo, lazer e recreação que acontecem no PARNA (em resumo no QUADRO 9), de forma espontânea, engloba caminhada e cicloturismo pelas trilhas; a observação de fauna e flora - pela Trilha da Praia Deserta, passeio às proximidades da Ilha dos Pinheiros (revoada dos Papagaios-da-cara-roxa), observação de golfinhos e raias na baía; contemplação - pôr do sol na praia deserta de Superagüi; banho de mar; integração com a cultura local - fandango (música e dança), gastronomia, cataia, utensílios como remo, canoas artesanais, redes, tarrafas, instrumentos musicais, vestimentas (tamanco para o sapateado do fandango).

A RE do Sebuí não detém um programa estruturado para o uso público. A reserva é destinada a duas atividades básicas: a conservação (sem manejo), feita a partir da manutenção da vegetação nativa da área e delimitação do perímetro; e o turismo. Duas formas de visitação são possíveis na reserva. A mais simples, com acompanhamento de um dos proprietários, tem duração de um dia e compreende o deslocamento de Guaraqueçaba até a reserva, com passeio pela baía e mangue. Trilha de visitação, com cerca de uma hora de caminhada a qual conduz até as cachoeiras - são visitadas quatro cachoeiras, com possibilidade de banho. A outra opção é a estadia de três dias na reserva, com alimentação completa com gastronomia local, deslocamento a partir de Paranaguá, serviço de guia bilíngue com equipamentos para as atividades: é feito caminhada interpretativa por trilhas suspensas no mangue, canoagem na baía, banho nas cachoeiras. A opção de pernoite, com um custo elevado, tem como enfoque turistas estrangeiros e ecoturistas com poder aquisitivo significativo. A reserva não tem nenhuma atividade direta de educação ambiental, seja com a comunidade ou demais visitantes, apesar de a atividade turística desempenhada ter como cenário a sensibilização para a conservação da Mata Atlântica.

As RN Guaricica e RN Papagaio-da-cara-roxa são geridas de forma integrada, a partir do mesmo plano de manejo, dessa forma a análise das atividades, nas reservas, foi apresentada em conjunto. O programa de visitação e seus dois subprogramas (vide APENDICE 3) propõe a elaboração de atividades, a definição

de capacidade de carga, a readequação de infraestruturas e realização de estudos. Não propõe efetivamente o desenvolvimento de nenhuma atividade pontual. Tais estudos, segundo entrevistados, estão sendo realizados no momento presente pela equipe que está atualizando o novo plano de manejo das reservas. Espera-se, portanto, que o novo plano seja encaminhado nesse sentido, de propor atividades, descrevendo-as e normatizando-as. No momento da entrevista (2018), os gestores afirmaram que apenas na RN Guaricica há a prática de receber visitantes. Salvo as atividades de educação ambiental que as escolas da região da RN Papagaio-da-cara-roxa fazem eventualmente na trilha principal da reserva.

Das principais atividades desenvolvidas vinculadas ao uso público, cita-se a recepção de grupos de estudo, alunos de universidades, de cursos relacionados às ciências ambientais que realizam a trilha interpretativa da Guaricica e conhecem a reserva. Houve no passado atividades com empresas, de sensibilização para a conservação, direcionado a executivos e empresários de áreas completamente distantes dos estudos ambientais. No quesito recreação, ocorre de forma desordenada banho de rio, *rafting* e pesca esportiva no Rio Cachoeira, o qual atravessa a RN Guaricica.

A RN Salto Morato, diferentemente de todas as demais UC analisadas, detém plano de manejo, com plano de uso público (dois subprogramas, vide em detalhe no APENDICE 3 - PLANOS DE MANEJO E USO PÚBLICO), os quais preveem a implantação de novos atrativos, estruturas, manutenção e recuperação dos já existentes. Prevê novas parcerias e a inclusão da RN Salto Morato em roteiros turísticos. O projeto de monitoramento de uso público propõe elaborar estudos de capacidade de suporte e nova estrutura de monitoramento de visitação. O terceiro projeto, de sensibilização, engloba a estrutura de atendimento ao público escolar como também de sensibilização ao público geral.

Ao observar a estrutura e atividades desenvolvidas no momento presente (ano de encerramento e atualização do plano de manejo), tem-se que grande parte das medidas foram concretizadas. Como atividades de lazer, recreação e turismo, o visitante dispõe de duas trilhas interpretativas estruturadas, com painéis interpretativos, bebedouros com água potável, mirante e pontos de parada. A Trilha do Salto, com aproximadamente três quilômetros, permite ao visitante, ao longo do percurso, tomar banho no aquário formado pelo rio Morato e, ao final, contemplar o Salto Morato, com cerca de 130 metros de altura. A Trilha da Figueira tem entorno

de cinco quilômetros, em meio a vegetação nativa, com estrutura semelhante a Trilha do Salto, finalizando na Figueira (vide FIGURA 11), no retorno, chegando próximo a entrada da reserva, a estrutura de uma "falsa baiana". Ambas as trilhas são autônomas (não conduzidas) e partem do Centro de Visitantes, o qual possui estruturas interativas que marcam o início da visita (vide FIGURA 10).

Confrontando o previsto nos programas do plano de manejo com as atividades que realmente acontecem na RN Salto Morato, o subprograma de visita, é parcialmente atendido, visto que não há nenhuma parceria efetiva ou perspectiva para inserção da RN Salto Morato em roteiros turísticos locais e regionais. Há o envolvimento com as trilhas de longo percurso, como o Caminho da Mata Atlântica e possibilidades de um roteiro de cicloturismo regional. Ambas as iniciativas estão "paradas", as quais não dependem exclusivamente dos gestores da Fundação Grupo Boticário.

Educação Ambiental

No PARNA do Superagüi não foram desenvolvidos projetos de educação ambiental por parte do ICMBio. Algumas iniciativas isoladas aconteceram no passado, na escola da comunidade de Superagüi. O projeto da SPVS com o Papagaio-da-cara-roxa acontece na Baía dos Pinheiros (dentro do PARNA), tem ações de cunho educativo, com voluntários, como o censo dos papagaios. A última edição do censo, em 2018, teve a participação de 50 voluntários, entre estudantes, moradores locais e outras pessoas sensibilizadas com a causa, que se uniram aos técnicos da SPVS durante o censo. Além do censo, são feitas ações de formação de professores, atividades lúdicas, palestras e visita aos ninhos. A SPVS tem ainda materiais didáticos (Coleção Nosso Litoral) com edições a respeito de elementos do PARNA, o papagaio-da-cara-roxa e mangue (SPVS, 2019).

A ação de atividades de educação ambiental realizada pela SPVS (RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa) é recente, em 2018 iniciou o projeto Escola de Conservação da Natureza, cujo objetivo é formar e capacitar os jovens das comunidades de entorno para visualizarem a conservação da natureza como alternativa de profissão. O projeto acontece com financiamento e apoio da Fundação Grupo Boticário, sendo executado pela SPVS. Duas turmas concluíram o curso: uma

formada por alunos da comunidade do entorno da RN Guaricica e outra, por alunos da RN Salto Morato, do entorno e da sede de Guaraqueçaba.

Na RN Salto Morato, as atividades de educação ambiental têm acontecido de forma estruturada, promovidas pela Fundação Grupo Boticário, desde 2017, num projeto em parceria com a Prefeitura de Guaraqueçaba, o qual desenvolve vivências com alunos da rede municipal de ensino, num período de três horas na reserva. São realizadas atividades mensais na escola da comunidade do Morato, vizinha à reserva, com enfoque no meio ambiente. Configura também como educação ambiental o programa de voluntariado, cujo objetivo é de sensibilizar pessoas comuns (não necessariamente estudantes da área ambiental, visto que o único pré-requisito do programa é ser maior de 18 anos) para a prática da conservação da natureza, o qual acontece três vezes ao ano, por um período de trinta a sessenta dias.

Manejo do uso público

O manejo do uso público na RE do Sebuí, de forma geral, não é feito. A própria dificuldade de acesso à reserva (apenas pela baía, de barco), acaba por inibir episódios de turismo desordenado. Ocorre eventualmente a prática de banho nas cachoeiras, de recreação, por parte dos comunitários das proximidades, questão essa que não incomoda os gestores ou gera impactos negativos, na opinião dos entrevistados. Não há um estudo de capacidade de carga das trilhas e atrativos, entretanto, há um limite de número de pessoas por grupo. As atividades com duração de um dia, tem como limite 30 pessoas. Os grupos que pernoitam na reserva, são de no máximo 15 pessoas. Sobre o perfil do visitante o predomínio é de ecoturistas, normalmente em grupo de amigos, instituições de ensino (estudos ambientais), ONG, jovens e pessoas de meia idade. Normalmente os turistas que optam pelo pacote com pernoite possuem um poder aquisitivo elevado, predominando estrangeiros. Esse foi o perfil traçado pelos entrevistados, de forma que não existe um controle do número ou do perfil de visitantes.

Os gestores da RE do Sebuí não identificaram quaisquer ponto negativo que a atividade turística gera na UC, de forma que a atividade justifica a existência da reserva, sensibilizando a sociedade e a estimulando à conservação. O turismo gera empregos diretos e indiretos às comunidades do entorno em serviços como: locação

e condução de barco, guia bilíngue, mateiro - auxiliar para reparar as trilhas na reserva, cozinheira e assistente, fornecimento de produtos como a matéria prima para alimentação, manutenção da reserva (um funcionário contratado, CLT).

Sobre o monitoramento do uso público nas RN geridas pela SPVS, faz-se apenas o controle do número máximo de visitantes nas trilhas de Guaricica, de forma que, não pode ter mais do que dez pessoas por trecho da trilha. Entretanto, não há um estudo específico sobre capacidade de carga das trilhas, não se acompanha o número de visitante que as reservas receberam ao longo do ano, nem estudo de perfil. De todo jeito, todas as atividades são agendadas e conduzidas ou acompanhada por um técnico.

Enquanto impactos negativos do turismo, lazer e recreação, foram citadas a questão da especulação imobiliária na região; os diferentes tipos de público que podem atrair - "nem sempre será o tipo de pessoa que queremos atrair"; e a própria conservação e manutenção das estruturas, de forma equilibrada com a conservação e demais objetivos das reservas. Por fim, como impactos positivos, os gestores identificam no turismo um potencial para as pessoas conhecerem o que faz e como atua a SPVS. O uso público valorizando tanto as reservas, o entorno e as pessoas, lidando com a autoestima das pessoas. Positivo também ao sensibilizar para a conservação no sentido de compreendê-la enquanto vetor de desenvolvimento econômico e social para a região. "A SPVS está na região desde a década de 1990 e busca melhorar o desempenho de suas atividades". Como resultado identificou-se a necessidade de iniciar atividades de uso público, visando a melhora do relacionamento com as comunidades do entorno, "abrindo" a reserva e tornando de conhecimento público os trabalhos ali desenvolvidos. Citou-se como caso de sucesso e inspiração aos gestores a experiência da Grande Reserva Iberá, na Argentina.

Sobre monitoramento e manejo do uso público, a RN Salto Morato, das UC estudadas, é a que melhor desempenha tal função, apesar de, como todas as demais, não possuir estudo de capacidade de carga de seus atrativos. Segundo as gestoras entrevistadas, o número máximo de pessoas na trilha é de 60 pessoas ao mesmo tempo. Esse número máximo está relacionado ao conforto e segurança dos visitantes, e não baseado em metodologias de cálculo de capacidade de carga.

É feito o controle do número de visitantes, perfil do visitante e nível de satisfação, quando os mesmos adentram a reserva. Recebem em média 7.500

visitantes ao ano. Do projeto junto às escolas municipais, soma-se 358 crianças (ano de 2018). A maioria dos visitantes (entorno de 60%) são turistas, grande parte de Curitiba ou municípios litorâneos próximos. Os demais 40% são moradores de Guaraqueçaba. A média de idade dos visitantes é de 18 e 38 anos, sendo baixa a visitação de crianças. Os meses de maior visitação é de dezembro a fevereiro, principalmente feriados.

Segundo a gestora, não são gerados relatórios pontuando o perfil dos visitantes, número de visitas, etc. mas sim, os dados são tabulados e utilizados como indicadores, servindo de suporte ao planejamento. A partir desses dados, projetos e novos produtos são desenvolvidos. Como exemplo, a identificação de uma demanda de observadores de pássaros. Os hábitos desse perfil de turista fizeram com que os gestores adequassem o horário de atendimento a esses grupos, de forma a receber os observadores a partir das seis horas da manhã. No melhor horário para a atividade. Há ainda a proposta de instalação de uma torre de observação de pássaros, um mirante que virá a agregar às estruturas e diversidade de atividades de uso público na reserva.

Referente aos possíveis impactos do uso público na reserva, tem-se que, pelo fato de as atividades serem ordenadas e controladas, não se observam impactos negativos. De pontos positivos, citam-se os impactos econômicos na economia da comunidade do entorno e Guaraqueçaba; a sensibilização dos visitantes para a causa da conservação; como também por meio da educação ambiental, gerando impactos positivos sociais - individuais, no entorno e na sociedade.

Em resumo, apenas a RN Salto Morato possui uso público ordenado e em consonância com o plano de manejo (ou instrumento de gestão), acontecendo de forma planejada visando atender aos objetivos da UC. Entretanto, nenhum dos atrativos, de nenhuma das UC estudadas, detém estudo de capacidade de carga e efetivo monitoramento do fluxo de visitantes. Apesar disso, as visitas em sua maioria são conduzidas (RN Guaricica, RN Papagaio-da-cara-roxa, RN Sebuí) o que reduz em muito o acesso desordenado aos atrativos e atitudes dos visitantes que possam vir a impactar diretamente nas estruturas ou recursos naturais. O PARNA não detém qualquer forma de controle, acompanhamento ou monitoramento, sendo a visitação espontânea e desordenada.

Sobre a média estimada do número de visitantes, apenas a RN Salto Morato apresenta uma estimativa (7.500 visitantes em média ao ano – referência 2018),

sendo que o número apresentado em estudo realizado pelo próprio ICMBio, para o PARNA, foi considerado subestimado pelos gestores entrevistados, visto que foi obtido a partir de dados secundários do pernoite dos turistas nos equipamentos de hospedagem do PARNA e entorno, desconsiderando campings e excursionistas, visitantes em passagem com menos de 24 horas de permanência.

Conforme resultados descritos, apenas a RE Sebuí e RN Salto Morato possuem infraestrutura condizentes as demandas e necessidades do uso público, suficientes no sentido de manter a atividade ordenada e em equilíbrio com o ambiente.

Cadeia Turística

A capacidade de um território em atrair fluxo de visitantes (turistas, pesquisadores, investidores) é um grande diferencial quando se almeja desenvolver a atividade turística enquanto segmento econômico. DE POLLICE e IULIO (2011) pontuam que a atratividade de um local não depende exclusivamente das condições territoriais, do destino, mas também como acontecem as interações entre emissor e receptor, como os atrativos se integram ao contexto local e regional e se situam (ou são absorvidos) no mercado. A análise do mercado turístico será feita a partir da perspectiva dos gestores das UC entrevistados, observando se as UC integram roteiros turísticos locais ou regionais, se são comercializados por agências de turismo, os equipamentos e serviços turísticos do entorno, se a UC movimentam a cadeia econômica do turismo, localmente, e se há parcerias entre instituições de turismo e pesquisa, comunidades do entorno como também as demais UC do Mosaico Lagamar.

As respostas dadas pelos entrevistados foram semelhantes, em sua maioria, concluindo-se que são poucas as empresas turísticas e parceiros que atuam na região. Ao questionar sobre roteiros turísticos, foi unânime a resposta: Cooperguará, da qual fizeram parte no passado, e está desativada. Como roteiro, o passeio com o Catamarã, que sai da Ilha Comprida - SP até a sede de Guaraqueçaba e RN Salto Morato. A SPVS, com a RN Guaricica, vem participando das atividades referente ao roteiro de turismo rural de Antonina, Vale do Gigante. A RE do Sebuí tem sua visitação formatada em dois roteiros distintos, criados e executados pelos próprios proprietários. As agências citadas, que atuam e comercializam roteiros com visita às

UC, são: Ecológica Tur (Curitiba), Calango (Morretes), Gondwana (Curitiba - atuava no passado), Ana Wanke Turismo (Curitiba) e BioTrip (São Paulo). São agências de porte médio, sem repercussão nacional - com maior atuação no município de origem - e organizam pacotes uma a duas vezes por ano para a região, com grupos pequenos e médios, com cerca de trinta turistas. Com exceção da Gondwana, o público alvo é o turismo doméstico.

Sobre equipamentos turísticos, de apoio ao visitante, no entorno das UC, os gestores demonstraram-se bem informados, apesar da pouca quantidade de opções. A RN Salto Morato, RE Sebuí e RN Papagaio-da-cara-roxa, segundo entrevistas, não contam com equipamentos em seu entorno imediato, sendo necessário buscar locais como a sede de Guaraqueçaba, Antonina, Tagaçaba, Sede de Superagüi ou Bertiooga para hospedagem e alimentação. A Vila de Superagüi apresenta estrutura para receber turistas, inclusive praticando *Airbnb* (serviço online comunitário para as pessoas anunciarem, descobrirem e reservarem acomodações e meios de hospedagem).

Por fim, ao questionar sobre as potencialidades do uso público e turismo, com muita frequência citou-se a prática de observação de pássaros (*birdwatching*) como um dos grandes potenciais. O turismo náutico e de pesca esportiva, com passeios e o trajeto fixo entre Guaraqueçaba e Cananéia, pelo Canal do Varadouro. A observação de espécies de fauna e flora, de forma geral, com a apreciação dos ambientes de mangue, a serra do mar, o estuário, rios e cachoeiras e o enaltecimento do turismo de experiência. A prática do cicloturismo e *trekking* com trilhas de longa distância. Os gestores somam aos atrativos naturais os aspectos histórico-culturais da região, citando sambaquis, os sítios arqueológicos, as igrejas das ilhas, antigas, a cultura caiçara e suas práticas: o fandango, já tombado como patrimônio histórico cultural pelo IPHAN, as canoas de um tronco só, remos, redes, vestimentas, músicas, instrumentos, festas que já acontecem (carneval nas ilhas, festas religiosas) e eventos de incentivo ao turismo em períodos de baixa temporada com enaltecimento de algo local, exemplo, Festa do Camarão em Superagüi.

Ao refletir sobre as potencialidades, os entrevistados em muitos casos, enaltecem elementos naturais e culturais das UC (e região como um todo), propondo atividades que projetam o uso público para além da UC, integrando roteiros, eventos e vários elementos - não um atrativo único. Quanto às dificuldades ao desenvolvimento do uso público e fortalecimento do turismo na região, citou-se:

ausência do plano de manejo (e programa de uso público); falta de infraestrutura (física, de recursos humanos, financeira); pouca diversidade de produtos e equipamentos para os turistas (entorno das UC); isolamento, com dificuldades de acesso tanto pela estrada quando marítima, pela baía; desinformação, baixa autoestima, dificuldade de se organizar de forma coletiva.

5.4 DISCUSSÃO: GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO E USO PÚBLICO

Os planos de ordenamento do território normalmente são dispendiosos, com alto investimento de recursos humanos e financeiros, levam tempo considerável para serem elaborados (principalmente etapas como diagnóstico, oficinas participativas e a validação do instrumento por meio de audiências públicas) e pouco dos mesmos acaba sendo implementado e considerado. Por vezes, o próprio documento não propõe ações, não cumprindo com seu papel e não auxiliando as tomadas de decisão por parte dos gestores (VILLAÇA, 2005; PAMPLONA, 2018; ICMBIO et al., 2018; SOUSA, SERAFINI, 2018). A exemplo, o plano de Gestão da APA Federal de Guaraqueçaba (1995). Propõe programas que podem vir a ser desenvolvidos e apoiados pela gestão da APA, entretanto, esses programas são genéricos, não apontam atividades, restrições, prazos ou define ações. Não apresenta um programa de uso público, por exemplo, discutindo atividades permissíveis ou não, capacidade de carga, monitoramento ou formas de controle dos usos.

Sobre a morosidade dos instrumentos de ordenamento, cita-se: o ZEE Fase Litoral, cujas primeiras iniciativas são de 2003, sendo concluído em 2016, sob críticas da comunidade acadêmica e sociedade civil organizada; o plano de manejo do PARNA do Superagüi, judicializado desde 2014, sendo retomado agora, em 2019; o PDS Litoral, cujo diagnóstico preliminar data de 2004 e que, no momento presente (2019) está em fase de elaboração.

Os planos de manejo das UC estudadas (todos em sua segunda versão, 2011-2012 e passando por revisão - 2019), e o plano de gestão da APA Federal de Guaraqueçaba (1994), foram estruturados a partir dos objetivos das UC enquanto territórios de conservação. A perspectiva enquanto territórios de desenvolvimento local não é apresentada - sustentando a velha dicotomia conservação *versus* desenvolvimento. O Plano de Gestão Ambiental da APA Federal de Guaraqueçaba,

em um trecho torna explícita a abordagem dos instrumentos de gestão e a gestão do território para a região, à época (década de 1990). No documento, identificam-se atividades econômicas incompatíveis com os objetivos de conservação estabelecidos para a área do NGI, sugerindo então compatibilizar a conservação de recursos naturais com o desenvolvimento socioeconômico das populações residentes dentro da UC de uso direto. Isso implica na sugestão de adequações das técnicas produtivas, no estabelecimento de um zoneamento ecológico e econômico para a APA Federal de Guaraqueçaba, no cumprimento dos princípios constitucionais, entre outras medidas que “promovam à compensação financeira à população local e a perpetuação integral de porções representativas dos ecossistemas locais.” (IBAMA, 1995, p. 55-56).

Fez-se a transcrição desse trecho com o intuito de analisar o texto, apontando o predomínio da idealização de uma “natureza intocável”, em que se espera a “perpetuação integral” de ecossistemas locais, colocando-a como objeto intocável, preservada, perpétua no tempo. Nota-se na frase a ideia de que as populações locais recebem todo o ônus das UC, afetadas pela existência das mesmas ao propor, inclusive, medidas que promovam “a compensação financeira” visto tamanho dano. Reforça-se o preceito de que as UC e seus recursos naturais não são capazes de gerar desenvolvimento, ganhos ou oportunidades. Geram às populações locais e do entorno imediato ônus, sendo o único retorno a preservação da biodiversidade, por si só. Ignora-se, portanto, os demais benefícios ecossistêmicos que as mesmas oferecem. Essa era a visão preponderante na década de 1990 pelos gestores públicos, pelos órgãos ambientais e sociedade de forma geral no Brasil, sendo incorporada de certa forma pelas ONG e profissionais ambientalistas atuantes na região do litoral paranaense.

Em relação às ONG que adquiriram áreas na região para instalação de RPPN, o propósito inicial da SPVS, com a aquisição de áreas, transmite o entendimento de que as UC tinham o objetivo restrito da conservação ambiental, convertida em benefícios à sociedade de uma forma mais ampla (na compensação ambiental por meio da fixação de carbono). Segundo os planos de manejo (SPVS, 2012) como também entrevista com os gestores, não se pretendia desenvolver atividades de uso público, salvo pesquisas científicas que poderiam vir a contribuir com os objetivos de regeneração. Os planos de manejo das áreas não denotavam

projetos ou propostas que se ocupassem das questões socioculturais do entorno, trabalhando como “fazendas de conservação”, fechadas.

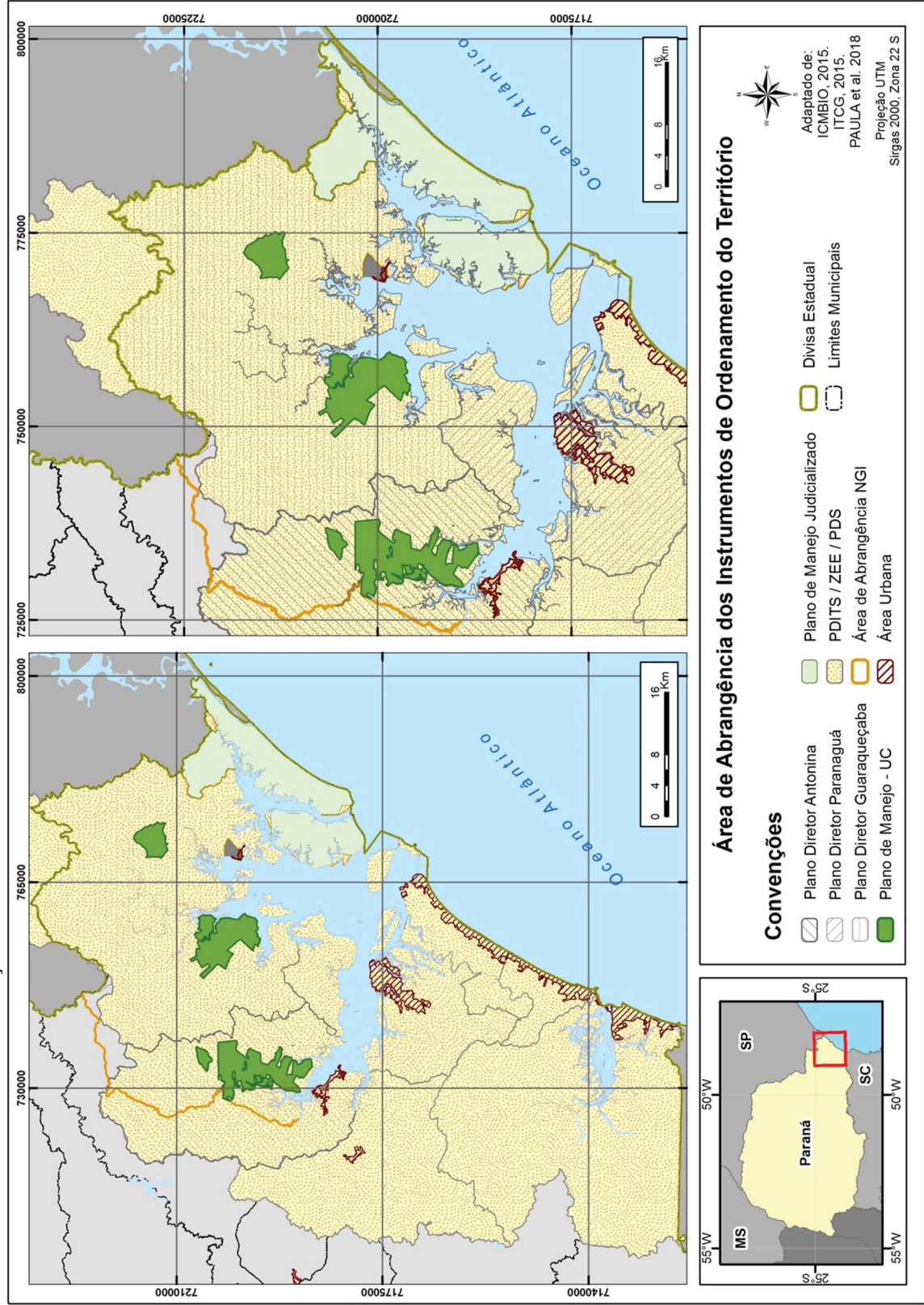
A RN Salto Morato, também instalada na região na década de 1990, desde o início estruturou-se no formato parque (categoria IV UICN³⁸), contudo, semelhante à SPVS, não demonstrou, de início, iniciativas voltadas ao meio socioeconômico da região, até dar início às oficinas de artesanato junto a comunidade do Morato – “foi para atender a uma demanda que influenciava diretamente na preservação dos recursos naturais que se pretendia preservar que a Fundação Grupo Boticário começou a atuar no apoio a projetos de geração de renda para a comunidade local.” (ROCHA, 2004).

Os instrumentos de ordenamento regionais, que abordam o Litoral do Paraná como uma totalidade, como o ZEE, PDTIS e PDS, irão apontar os eixos de desenvolvimento potenciais e almejados à região. Já instrumentos municipais, como Planos Diretores, irão apontar os eixos no contexto do município considerando suas distinções territoriais - área urbana, área rural, área de proteção ambiental. Mais verticalizado, os planos de manejo irão apontar o formato de desenvolvimento focado no território específico da UC. Ao analisar, no capítulo 5.2, os distintos instrumentos de ordenamento apresentados, em seus diferentes objetivos e escalas (região, município e UC), percebe-se que a proposta de gestão e desenvolvimento desses territórios nem sempre são convergentes ou lineares.

A FIGURA 18 situa os instrumentos de ordenamento aqui analisados e vigentes sob o território – nas suas distintas escalas -, demonstrando as sobreposições e áreas de influência, dos mesmos.

³⁸ *Primary objective: to maintain, conserve and restore species and habitats. Other objectives: (I) to protect vegetation patterns or other biological features through traditional management approaches; (II) to protect fragments of habitats as components of landscape or seascape-scale conservation strategies; (III) to develop public education and appreciation of the species and/or habitats concerned; (IV) to provide a means by which the urban residents may obtain regular contact with nature (IUCN, 2019 – www.iucn.org).*

FIGURA 18 – ESPACIALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO LITORAL DO PARANÁ



Os instrumentos regionais irão gerar influência sob as UC quanto ao formato de desenvolvimento proposto para a região, com mais ou menos incentivos e fomento, podendo vir a ser divergente aos objetivos das UC. Os instrumentos municipais, de uma forma mais pontual, refletem, nas UC, como esses territórios são vistos ao desenvolvimento e gestão municipal – positivos ou não à opinião pública, alinhados ou não ao zoneamento municipal, tidos ou não como oportunidades ao município. Por último, os instrumentos de gestão das próprias UC irão absorver o direcionamento da política e da gestão do momento quando estão sendo formatados, refletindo nos propósitos e objetivos das UC, os quais podem ou não ser incorporados pelos gestores da área e demais colaboradores no desenvolvimento das atividades propostas para a UC.

O ZEE - Fase Litoral, de âmbito regional, como ilustra a FIGURA 18, sobrepõe-se a todos os territórios aqui analisados. O documento apresenta como eixos de desenvolvimento para a região a atividade industrial portuária e o turismo tendo como cenário a conservação da natureza. As atividades econômicas desenvolvidas na região do litoral paranaense, segundo o ZEE, expressam a participação e as funções dessa região no contexto da economia estadual. A análise realizada pelo ZEE pontua o crescimento do Litoral (e não desenvolvimento), atrelado à riqueza, isto é, ao crescimento do PIB da região, dependente da intensificação das atividades já existentes – serviços portuários, turismo e preservação ambiental, mesmo que as funções econômicas conflitem com a preservação. “O porto, dependendo das circunstâncias, tem forte potencial de atração sobre atividades industriais; sobre o aumento da população turística e as necessidades daí decorrentes, que pressionam a expansão urbana e a ocupação do solo” (ZEE – Litoral). Adiciona mais um elemento, contraditório à lógica imbuída de crescimento da região: as populações tradicionais que habitam a região e têm uma relação particular com o meio ambiente.

O instrumento posiciona a região do Litoral num papel de “servidão” frente ao estado do Paraná: “serve” ao estado enquanto porta para exportação de toda a produção de grãos estadual (e de parte do país) - o dinheiro fica nas regiões agrícolas produtoras e com o Estado, o ônus da atividade portuária, com impactos socioambientais, fica em Paranaguá e em toda a bacia litorânea, diretamente impactada. “Serve” ao estado enquanto local de lazer e segunda residência nos meses de verão - o turismo, da forma como se desenvolve, é de massa e sazonal,

com principal segmento de sol e praia, e público originário da capital e demais cidades do Paraná³⁹. E, por fim, "serve" enquanto guardião dos últimos remanescentes do bioma Mata Atlântica do país - numa perspectiva de que UC são empecilhos ao desenvolvimento local⁴⁰. Há então, o contraste: a riqueza social de outros, externos à região – beneficiados pelo litoral (agronegócio, lazer), e a pobreza dos locais, aqueles que colhem poucos frutos de suas próprias riquezas. PIERRI et al (2006) concluem que, os principais usos historicamente determinados do solo do litoral do Paraná “alienam a sua população de seus principais benefícios” aos sofrerem com as mazelas sociais causadas pela atividade portuária, pelo turismo de massa e balneabilidade (especulação imobiliária, impactos sob a orla e a pesca), e pelas restrições legais ambientais, atribuídas as UC. Reforçando o paradoxo do contraste entre riqueza natural e pobreza social – o qual se busca romper com a perspectiva de que conservação gera desenvolvimento local.

O ZEE foi criticado ainda sob a forma como foi elaborado, com poucas escassas audiências públicas de validação. Aponta-se ainda a problemática de que, mesmo quando construído de forma participativa e coletiva, os instrumentos de gestão normalmente contam com o acompanhamento de pequenas parcelas e setores da sociedade com interesses específicos no instrumento, podendo vir a direcionar as estratégias e ações em prol desses grupos, colocando a margem minorias e grupos menos representativos (VILLAÇA, 2005).

O PDITS, plano também desenvolvido para a região do litoral, têm um objetivo distinto do ZEE, por focar justamente na atividade do turismo enquanto setor econômico indutor do desenvolvimento da região, com caráter mercadológico e não de ordenamento e zoneamento territorial, como o ZEE. Apresenta ações, orçamentos e prazos para cumprir com o objetivo de gerar desenvolvimento econômico na região a partir do contexto local, utilizando-se do turismo enquanto ferramenta.

³⁹ Matinhos e Pontal do Sul são os municípios que recebem o maior fluxo de visitantes do litoral, com 25 e 35% do total da região (2005). A origem dos turistas é da capital e das principais cidades do interior do Paraná e normalmente hospedam-se em segundas residências ou casa de amigos e parentes (PIERRI et al., 2006).

⁴⁰ Tal perspectiva é apresentada em análise e conclusão obtida por PIERRI et al (2006) quando fazem a análise histórica sobre a ocupação e uso do solo do litoral paranaense, sendo eles o portuário, o pesqueiro, o turístico e a conservação de ecossistemas.

Assim como o ZEE, o PDITS não foi publicizado e construído de forma participativa em sua totalidade (ambos os instrumentos foram construídos em períodos próximos, de forma que a equipe do PDITS sentiu os ônus e bônus gerados pelo ZEE). De toda forma, segundo um dos coordenadores do plano, contou com a participação e enriquecimento de representantes significativos do setor. Tal afirmação se comprova ao observar que, as propostas de ações e segmentos turísticos potenciais para cada região de abrangência do PDITS, se conectam com os diagnósticos apresentados nos planos de manejo e também às percepções dos gestores das UC quanto aos recursos socioculturais e ambientais das UC e suas potencialidades, em relação ao uso público.

Sobre os planos diretores (municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá), observou-se que acabam por seguir a lógica do ZEE (instrumento regional), apresentando linhas de desenvolvimento semelhantes, transitando entre a agricultura, a pesca e práticas tradicionais, o ecoturismo e turismo cultural, como também a atividade portuária, para Paranaguá e Antonina. Quanto às áreas das UC, tanto o PDM de Guaraqueçaba quanto o de Antonina consideram as UC, ao tratar do zoneamento municipal. Em Antonina, sugere às áreas de entorno da RN Guaricica atividades econômicas de menor impacto (agroecologia, turismo ecológico e rural e a diminuição dos usos de agroquímicos). Atribui também, a APA Federal de Guaraqueçaba (área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba), o não desenvolvimento de sua área rural visto as restrições impostas pelo Plano de Gestão da APA – conclusão essa sem fundamento, dada a estrutura do referido plano de gestão (capítulo 5.2.4 sobre planos de manejo). No PDM de Guaraqueçaba, de forma genérica, sugere o apoio a programas de educação ambiental, a proteção e a reconstituição das áreas protegidas do município. Não cita a presença do Parque Nacional do Superagüi, de proteção integral, como também as RPPN ou a APA Federal de Guaraqueçaba, UC que ocupam 100% de seu território (PAULA et al., 2018).

As contrariedades observadas no instrumento de âmbito regional também se veem presentes nos planos diretores municipais, a citar, por exemplo, o PDM de Antonina o qual propõe a atividade portuária como eixo econômico, mesmo com as várias dificuldades identificadas no diagnóstico do próprio plano: assoreamento da baía, baixo calado, baixos índices de emprego, etc.

Observa-se, com a análise dos instrumentos de ordenamento da referida área de estudo que, as vocações apontadas para esse território - turismo, agricultura, atividade portuária, conservação – denotam contrariedades, resultando assim na gestão do território desconexo e um desenvolvimento com fins contraditórios. Prates e Irving (2015) apresentam uma leitura crítica sobre as políticas públicas em implementação no Brasil com relação à conservação da biodiversidade, a qual indica um arcabouço legal envolvendo Leis e Decretos que nem sempre dialogam entre si.

A fragmentação, de políticas públicas e, a dificuldade de planejamento estratégico nas próprias esferas envolvidas, tem representado, segundo Prates e Irving (2015), fonte de conflitos históricos no processo de conservação da biodiversidade. Como consequência, geram-se problemas como um mesmo território sendo priorizado, simultaneamente, pelas políticas vinculadas a proteção da natureza, a reforma agrária, ao agronegócio, a energia e a infraestrutura, por exemplo. Assim, o mesmo território é priorizado em políticas públicas para fins contraditórios – atividade portuária, conservação, turismo de massa. Essas práticas governamentais refletem na dificuldade de entendimento do real papel das áreas protegidas para a sociedade, as populações locais, os gestores, as distintas entidades relacionadas, os investidores, enfim, os distintos atores atuantes nesse dado território.

No contexto do Litoral do Paraná, PIERRI et al (2006) afirmam que a criação das UC foi exercida a partir de uma vontade política, de conservação, em grande proporção, sob áreas de mata atlântica marginalizadas economicamente, seja por dificuldades de acesso ou por não apresentar interesse econômico-produtivo. Houve então, uma maior facilidade de criar as UC por "não estar subtraindo recursos a grupos econômicos fortes" (PIERRI et al., 2006) mas, ao mesmo tempo, essa circunstância aumentou as dificuldades em garantir maiores condições de sustentabilidade econômica e social para a população locais. Este fato fez com que a conservação e seus agentes (as ONG e órgãos ambientais) se tornassem os responsáveis pela pobreza, falta de oportunidades e pela emigração existentes nessas áreas. Esquecendo, então, que as novas restrições de uso reforçaram limites e dificuldades já existentes no passado, da própria "política do abandono" denunciada por TIEPOLO (2015).

Para compreender os planos de manejo e as formas de gestão adotadas nas UC da área de estudo, faz-se um breve paralelo com a perspectiva histórica mundial da gestão ambiental do território (capítulo 2), no Brasil e no litoral norte paranaense.

A visão romantizada da natureza, de "paraísos protegidos", os quais não permitiam culturas humanas autóctones repercutem na gestão das UC até os dias atuais e como as mesmas conformam-se no território. A percepção de que as áreas naturais não devem trazer como consequência o deslocamento de populações tradicionais ou causar a ruptura de seus estilos de vida tradicionais vem desde 1975⁴¹ - e são discutidas (a partir de 1990) e incorporadas lentamente no Brasil após a Rio-92 e institucionalizada a partir do SNUC (2000). Foi no início da década de 1980, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais, relacionou-se a razão de existência das UC à qualidade de vida das pessoas, reafirmando os direitos das sociedades tradicionais, recomendando inclusive, a associação dos saberes tradicionais à gestão e atividades dessas áreas protegidas. Então, desde a década de 1980, numa concepção mundial, passou-se a entender as UC enquanto geradoras de benefícios socioambientais locais, regionais e para a sociedade como um todo e não mais como fortalezas de conservação, isoladas.

Esse entendimento está sendo incorporado de forma lenta no Brasil, ao passo que ainda se depara com tomadas de decisão numa perspectiva "parques fortalezas" - de gestão isolada e paraísos protegidos (VALLEJO, 2002; VIANNA, 2008; PRATES, IRVING, 2015). Relembrando que, como resultado das análises das entrevistas obteve-se: a constatação da não efetivação da gestão do mosaico Lagamar; de forma que ações e projetos em parceria acontecem de forma específica, entre uma e outra UC, as reuniões do conselho Lagamar não acontecem desde 2017.

As desconectividades de ações e gestão conjunta de UC, mesmo que em contexto de mosaico, tem como consequência a própria falta de integração entre os órgãos que implementam os instrumentos de política pública e coordenam as ações das UC (SCALCO, GONTIJO, 2009; IRVING, 2010) – no caso das UC estudadas nessa pesquisa, apresenta-se gestores públicos e privados, condicionados a estruturas de distintas instâncias, estaduais e federais – considerando um cenário de cinco UC pública e privadas. As quais, quando comparadas, são distintas inclusive

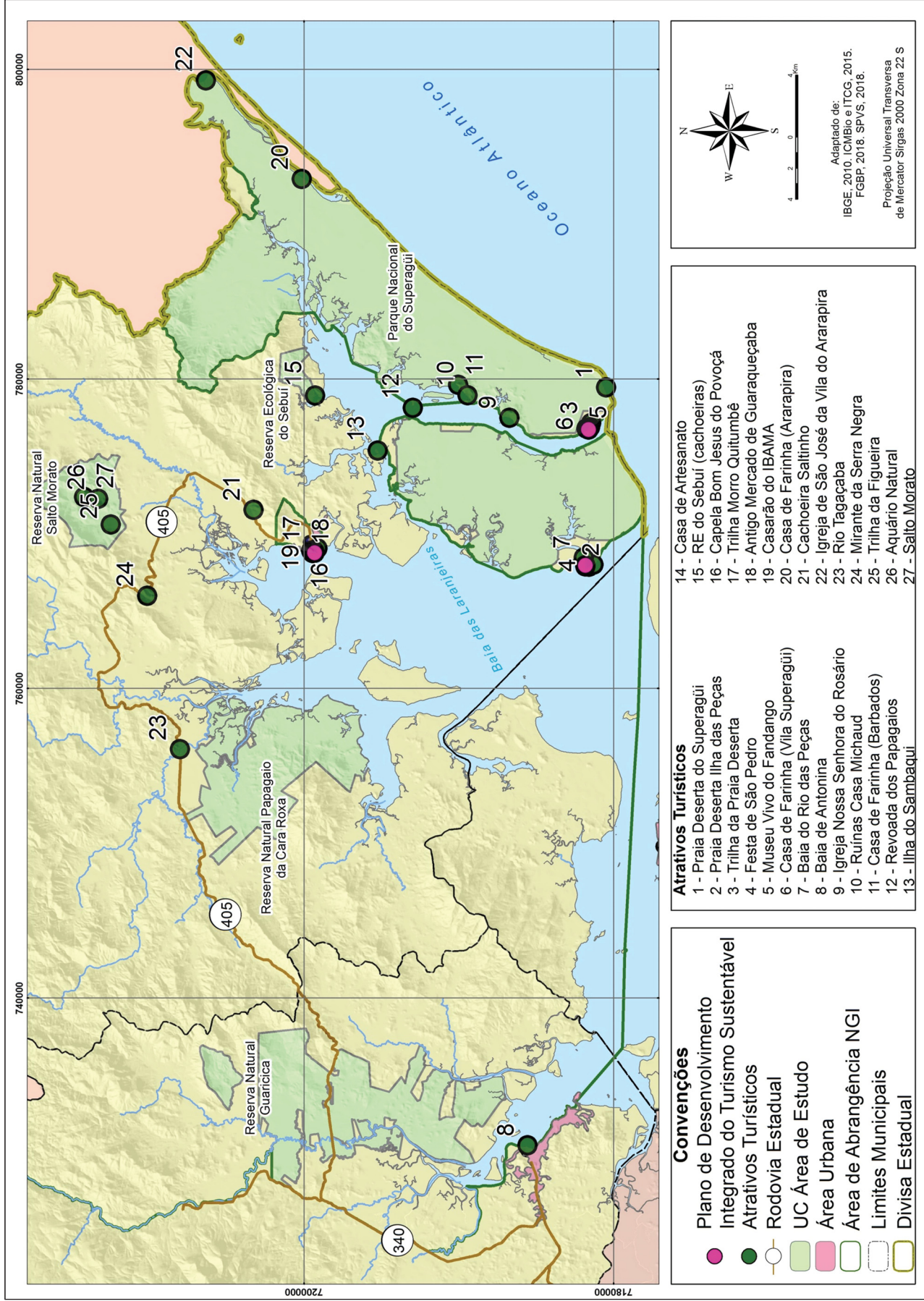
⁴¹ XII Assembleia Geral da IUCN, no Zaire.

nas condições de infraestrutura (recursos financeiros, humanos, materiais) e gestão (vide capítulo 5.3).

Não são identificadas ações efetivas para o fomento do turismo (ZEE-Fase Litoral; Planos Diretores Municipais, no geral), salvo no PDITS, documento que prevê investimentos diretos para o desenvolvimento sustentável do turismo em todo o litoral do Paraná. Mesmo dentre os planos de manejo das UC, apenas a RN Salto Morato considera o ordenamento e fomento da atividade turística, colocando-o de forma positiva para atingir os objetivos da UC. A SPVS propõe em seu subprograma apenas a indicação de estudos para viabilizar o uso público, de forma que, segundo entrevistas, o mesmo vem sendo considerado para implantação a partir do novo plano de manejo, em processo de revisão - 2019.

A FIGURA 19 apresenta então o cenário da área de estudo sobre o turismo, com os atrativos turísticos identificados na área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba (dado obtido a partir do banco de dados da disciplina GB130, 2015). Apresentam-se os atrativos sobrepostos às UC que permitem uso público. Tem-se também os pontos de investimento previstos pelo PDITS, cujo investimentos eram em infraestrutura para atendimento ao fluxo turísticos da região.

FIGURA 19 - ATRATIVOS TURÍSTICOS E UC COM USO PÚBLICO



A FIGURA 19 permite visualizar que na área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba a maioria dos atrativos turísticos situam-se nas UC e suas adjacências, de forma que as infraestruturas de suporte ao visitante, como também equipamentos turísticos (meios de hospedagem, alimentação, agências de receptivo, traslado, guias locais) fazem-se presentes no entorno – Vila de Superagüi, Vila de Peças, Sede de Guaraqueçaba, comunidades rurais de Tagaçaba e Cachoeira e, mais distante, a sede de Antonina (questão essa comprovada pelas entrevistas realizadas). Os atrativos indutores do fluxo turístico, potencial e real, situam-se nas UC, tendo uma diversidade de elementos que veem a compor produtos turísticos de distintos segmentos como o ecoturismo, turismo técnico científico, turismo de pesca e turismo cultural (resultado das entrevistas e análise dos instrumentos de ordenamento).

A região, devido a sua biodiversidade e fragilidades ambientais (ambiente costeiro, com baía), não é propícia para grandes fluxos de visitantes, de um turismo de massa, assim como a instalação de grandes empreendimentos. Dessa forma, a condução de um turismo ordenado, manejado e responsável, como já é preconizado para UC, é sugerido para a região, inclusive nos entornos das UC. Há a necessidade de equipamentos de suporte ao turismo⁴² para atender a demanda decorrente dos vários atrativos turísticos situados dentro e no entorno das UC.

As instituições ambientalistas atuantes na região do litoral do PR, desde 2018, veem projetando a proposta “Grande Reserva Mata Atlântica”, como uma grande área de produção da natureza. A proposta apresenta um grande projeto de conservação integrando as várias UC do litoral desde Santa Catarina até o sul de São Paulo. Entretanto vai além da conservação ao propor a recuperação e integridade ecológica de áreas ao mesmo tempo que servem de motores ao ressurgimento econômico e social de regiões historicamente desfavorecidas (GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA, 2019). A produção de natureza, segundo conceito metodológico desenvolvido pela CLT (PÉREZ, 2018) faz sentido quando

⁴² Como equipamentos turísticos e de suporte a atividade tem-se hospedarias, pousadas, campings, restaurantes, lanchonetes, serviços de traslado, serviço de guias locais, equipamentos de lazer, agências de receptivo, etc.

As áreas naturais (de propriedade pública, privada ou comunitária) com suas espécies nativas (...), atuam como espetáculos naturais que servem de base para uma indústria de ecoturismo que gera uma nova economia restaurativa que beneficia as comunidades locais e promove o apoio público para a manutenção a longo prazo de parques e animais selvagens. Sob essa lógica, cria-se um círculo virtuoso que promove a resiliência ecológica, social e política dos ecossistemas naturais e das sociedades humanas que vivem dentro ou ao redor deles (GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA, 2019).

A metodologia de "produção da natureza", de gerar a conservação, produzindo natureza, propõe trazer ganhos, enquanto bens e serviços, para o entorno e as próprias UC. Pérez (2018) apresenta a metodologia a partir da experiência tida no Parque da Provincia Iberá, na Argentina (e soma outros exemplos pelo mundo, como África do Sul, Ruanda, Costa Rica, Índia), onde sustentaram e deram condições à conservação por meio do ecoturismo e turismo cultural, aproximando as comunidades locais dos objetivos da reserva, seus benefícios e valores ecossistêmicos. É um ciclo, em que a conservação, a partir do ecoturismo, gera benefícios socioeconômicos, inibindo atividades e usos anteriores que causavam impactos negativos ao ambiente (caça, coleta seletiva, usos do solo como agricultura). E o ecoturismo, necessita da conservação, enquanto mantenedora do atrativo principal, a natureza e os aspectos culturais tidos a partir dela.

A produção de natureza tem sido vista como uma opção de desenvolvimento territorial viável para a área de abrangência do NGI Antonina-Guaraqueçaba e além, à região da Grande Reserva Mata Atlântica, a qual se utiliza dos pontos fortes locais (diversidade de ambientes, biodiversidade, diversidade cultural, importância histórica) de forma sustentável no longo prazo (sugere usos indiretos dos recursos) e democrática (acessível a todos). Para tanto, indica-se o fortalecimento de ações integradas entre os atores conformadores desse território (públicos, privados, não governamentais, academia, comunidades) para promover o desenvolvimento da região, levando em consideração sua vocação de conservação da biodiversidade e cultura regional. É uma proposta de trabalho em rede. (GRMA, 2019).

A proposta da Grande Reserva Mata Atlântica é inovadora ao ter como ponto de partida a conservação da natureza e como base de sustentação os bens e os serviços que irão repercutir no território. Perspectivas semelhantes e iniciativas próximas acontecem no Brasil, a citar propostas de ecoturismo de base comunitária,

cujo preceitos são justamente a sustentabilidade das atividades em ambientes naturais e o protagonismo das comunidades locais. A citar experiências⁴³ no Parque Estadual Ilha do Cardoso (litoral de SP); o projeto Mares da Ilha Grande, em comunidades como Trindade, Ilha do Araújo e Proveta (RJ); turismo de base comunitária do Baixo Rio Negro (Instituto Ipê) no PARNA de Anavilhanas, entre outros.

⁴³ Existem publicações com orientações à estruturação da atividade no Brasil, como MOURAO (org.). Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária. In: Projeto Mares da Ilha Grande. Instituto BioAtlantica; ICMBio, 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da gestão do território no contexto de UC se deu a partir do objetivo específico (I), no qual se propôs analisar, discutir e espacializar os instrumentos de ordenamento do território que incidem sob a área de estudo. Considerando que a análise propõe correlacioná-los às UC, seus formatos de gestão e desenvolvimento do uso público, aplicou-se então o recorte da análise, observando e discutindo, com detalhe, os aspectos do turismo, educação ambiental e da gestão das UC. Deslumbrando atender o objetivo geral, como a gestão do território se correlaciona com as UC e o uso público, por meio do objetivo específico (II), caracterizou-se, investigou e comparou como ocorre a gestão, o uso público e a integração dessas UC, no contexto do NGI Antonina-Guaraqueçaba, no Paraná.

Os resultados tidos a partir do objetivo específico I trazem percepções acerca da gestão ambiental do território desde a década de 1990, na região. Sobre os instrumentos de gestão utilizados pelas UC analisadas (planos de manejo), conclui-se que foram estruturados conforme seus objetivos de criação - a conservação. A perspectiva, portanto, de territórios de desenvolvimento local a partir da conservação não é abordada, mesmo em UC como a RN Guaricica e Papagaio-da-cara-roxa, as quais apresentam, como parte de seu objetivo, "o apoio ao desenvolvimento econômico local". Os planos de manejo reforçam, então, a antiga dicotomia conservação *versus* desenvolvimento, nos quais a "preservação dos ecossistemas naturais possibilitam a realização de pesquisas, atividades de educação e turismo ecológico", mas não a garantem ou viabilizam tal uso indireto. Os ecossistemas atendem como cenários para essas atividades e não enquanto meio ao desenvolvimento local, que pode ser propiciado por intermédio dessas atividades (do uso público).

Quanto à análise dos planos de manejo, utilizou-se como ponto de partida a perspectiva da gestão ambiental do território num contexto histórico mundial, como também as repercussões no Brasil e na área de estudo. Notam-se influências da visão romantizada de "fortalezas da conservação" quando da instituição das UC no litoral norte paranaense. Seja por desconsiderarem (na década de 1990) projetos de integração com a região, numa perspectiva socioeconômica ou sociocultural, nos investimentos ao uso público, como também na própria desintegração identificada

entre as UC até os dias atuais - mesmo com a criação do Mosaico Lagamar. No entanto, com a instituição do NGI Antonina-Guaraqueçaba (2017), identifica-se a iniciativa de retomar o contexto de integração das UC, impactando nas demais UC da região a partir da gestão integrada das UC federais.

Ainda sobre os instrumentos de ordenamento, (capítulo 5.2), constatou-se que, apesar dos distintos objetivos e escalaridades de cada instrumento, o viés de desenvolvimento apresentado para a região são os mesmos e são contraditórios: a atividade industrial portuária (Paranaguá e Antonina), a agricultura e o turismo. A conservação, tida como vocação, é posta como cenário e não via de desenvolvimento, como é comumente tratada. As UC, no plano regional do ZEE, são postas como empecilhos ao desenvolvimento local, numa perspectiva de ônus às comunidades locais, as quais devem ser "recompensadas" pela existência dessas áreas. De forma semelhante tal perspectiva foi identificada nos planos diretores municipais, os quais se limitam em situar as UC enquanto parte do zoneamento municipal.

Das conclusões obtidas a partir do objetivo específico (I), tem-se a política controversa de desenvolvimento pensada para a região, de forma a atribuir às UC a responsabilidade sobre a conservação do território e também ao "não desenvolvimento" da região. Em nenhum momento, os instrumentos de ordenamento (regionais e municipais) associam a atividade turística – uma das principais oportunidades econômicas apontadas – ao uso público que pode ser desenvolvido nessas UC. Indicando apenas a conservação e a biodiversidade enquanto atrativos ao ecoturismo.

De forma positiva, tem-se uma nova tendência por parte dos gestores, identificada ao longo das entrevistas, oficinas e atividades em atribuir utilidades e benefícios às UC. Tornando-os visíveis também aos olhos das comunidades, gestores públicos, políticos e sociedade, mudando a opinião pública quanto os benefícios da conservação e as possibilidades de desenvolvimento a partir dela. Os meios de propagação dessa tendência são as recentes ações como a metodologia desenvolvida pela Fundação Grupo Boticário sobre valoração econômica de UC e o projeto da Grande Reserva Mata Atlântica (em fase inicial), o qual propõe "produzir natureza" por meio da conservação e do ecoturismo.

Os resultados obtidos a partir do objetivo específico II destaca-se a diferenciação entre a UC pública e as reservas naturais, de gestão privada. A infraestrutura, para gestão e uso público, na UC pública (PARNA do Superagüi) de forma geral, é insuficiente às necessidades administrativas e de uso público - apontando como principal problemática recursos humanos e financeiros e a inexistência do plano de manejo, o qual inviabiliza projetos de investimento em infraestrutura, manejo e demais ações. As UC de gestão privada dispõem de outra realidade - com infraestruturas suficientes para as atividades desenvolvidas até o momento presente e com potencialidade de investimento, visto novos projetos, demandas e programas dos planos de manejo - novos segmentos, como o turismo de observação de pássaros, na RN Salto Morato; ou programas de uso público reformulados, aplicáveis, como é o caso das reservas da SPVS.

As atividades que ocorrem, de uso público, nas UC estudadas, são diversas, em sua maioria de cunho educativo e de sensibilização à conservação da natureza. Entretanto o manejo e ordenamento é efetivamente realizado apenas da RN Salto Morato. Os gestores desconhecem o número de visitantes que recebem anualmente, não realizam o controle, tampouco pesquisa de perfil ou satisfação. Nenhum dos atrativos turísticos (ou UC) possui um estudo de capacidade de carga, mesmo quando feito o controle de acesso. O PARNA não detém nenhuma estrutura de uso público (apenas alojamento para pesquisadores) tampouco manejo e controle desses usos, de forma que os efeitos negativos do turismo desordenado são sentidos na localidade.

A gestão do território nas UC em que mais se aproxima do ideal é a desempenhada pela RN Salto do Morato, entendendo que nas demais UC analisadas sob o viés do uso público o mesmo não é planejado, priorizado, implementado, manejado, controlado ou apresenta resultados condizentes com os objetivos da UC.

Apesar da diversidade de atrativos e atividades possíveis de ser realizadas na área de estudo, há uma baixa inserção da região no mercado turístico estadual ou nacional. Dos quatro roteiros turísticos citados, apenas um único integra todas as UC e está desativado - o da Cooper guará. São poucas as agências que operam as UC ou a região (cinco agências), todas de abrangência local, em suas cidades de origem. A respeito dos equipamentos e serviços de suporte ao turismo, constatou-se

pouca variedade e padrão de estrutura e qualidade - contudo existe uma cadeia de turismo inicialmente instalada na região do litoral norte do PR e entorno das UC.

Entende-se que há um aumento da demanda por lazer e atividades de ecoturismo, sendo uma tendência mundial, pressionando e intensificando as visitas em UC. A área de estudo ainda não sofre com tamanha pressão de visitação, entretanto já se observam os impactos negativos do turismo e uso público, nas UC - descritos nos instrumentos de ordenamento analisados e também pelos entrevistados. Com vistas a não tornar o uso público uma problemática, tem-se a necessidade de, principalmente o PARNA do Superagüi, estruturar-se o quanto antes para acolher o fluxo de visitantes real e potencial. Entendendo que tais investimentos irão aumentar consideravelmente o índice de atratividade turística do PARNA, gerando benefícios diretos e indiretos em toda região.

Quanto às demais UC, são UC particulares (RPPN) às quais optam ou não pelo uso público, devendo prevê-lo em seu plano de manejo. A RN Salto Morato e RE do Sebuí, desde sua criação estão abertas a visitantes. Detêm suas particularidades de visitação - uma apenas mediante agendamento, num formato de roteiro turístico e outra aberta a visitação diariamente, com ampla infraestrutura - ambas possuem infraestrutura suficientes para atender de forma satisfatória, de acordo com seus objetivos, a demanda atual. As RN Guaricica e RN Papagaio-da-cara-roxa, ambas gerenciadas pela ONG SPVS, desenvolvem o uso público apenas na RN Guaricica e em ocasiões pontuais, com enfoque em pesquisa científica e visitação guiada com cunho educativo - entretanto, preveem o desenvolvimento de novas atividades de uso público, acrescentando a visitação para lazer e ecoturismo no novo plano de manejo, em processo de revisão (2019).

Os potenciais para o desenvolvimento da atividade turística e o uso público no litoral norte são vários, que não couberam aprofundar a discussão nessa pesquisa. Há a carência por investimentos socioeconômicos na região, já havendo uma tendência ao ecoturismo e turismo cultural. Por que não posicionar as UC enquanto promotoras do desenvolvimento local e regional por meio da conservação e do uso público (turismo)? As UC de gestão particular têm condições de acolher o aumento do fluxo de visitantes, inicial, com as estruturas já existentes, enquanto que as expectativas para maiores investimento em uso público (PARNA do Superagüi) são positivas. O incentivo ao turismo, à educação ambiental, às pesquisas, a partir

dos atrativos naturais e culturais situados no interior das UC, impactará no entorno pela necessidade de equipamentos, infraestruturas e serviços associados ao turismo. A atuação dos entes públicos, se fará imprescindível, acompanhando as demandas entorno do setor econômico em desenvolvimento, por meio de políticas transversais ao turismo – com capacitação, empreendedorismo, linhas de crédito e fomento, gerando iniciativas sustentáveis às comunidades locais. Dando, por fim, condições para as mesmas se apoderarem do processo, atuando enquanto protagonistas desse segmento econômico crescente.

Como recomendações, sugere-se que o desenvolvimento local a partir da perspectiva do turismo, seja potencializado a partir do uso público nas UC, as quais abrigam os principais atrativos turísticos da região. Nesse sentido, a valorização e continuidade de iniciativas recentes, como o projeto da Grande Reserva Mata Atlântica, o qual supera a dicotomia desenvolvimento versus conservação ao propor a produção da natureza utilizando-se do turismo como ferramenta para sustentação econômica e a conservação, promotora da natureza e base do ecoturismo.

Tem-se o entendimento de que uma pesquisa científica não se finda em si, gerando novos questionamentos a partir do que foi apresentado, sugere-se somar à discussão da gestão do território e do uso público estudos a respeito dos aspectos econômicos e sociais da população que conforma o território de estudo. Como sugestão também, investigar de que forma acontecem e são geridas as pesquisas científicas (dentro da perspectiva do uso público) no território, temática a qual, nessa pesquisa especificamente, não foi aprofundado.

Como lacuna, o entendimento das populações que compõem esse território, seu processo de ocupação, anseios e necessidades, para justamente não incorrer ao erro de pesquisadores (a Academia) apontarem potencialidades as quais não são compreendidas (ou quistas) pela população local. Entendendo que todos os elementos que conformam um dado território devem ser considerados para que de fato cenários futuros possam ser propostos.

Entende-se que o objetivo geral proposto nessa pesquisa foi atendido, visto as discussões e análises da gestão do território no contexto das UC apresentadas, mas não sanadas em sua totalidade – conforme citado acima –, abrindo caminhos para novas discussões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. G. . O Ordenamento Territorial e a Geografia Física no Processo de Gestão Ambiental. In: R. OLIVEIRA, M. P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA (Org.); Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3o ed, p.332–352, 2007. Rio de Janeiro: Lamparina.
- ANGULO, R. J., SOARES, C. R., MARONE, E., SOUZA, M. C., ODRESKI, L. L. R., NOERNBERG, M. A. L. **Erosão e progradação no litoral brasileiro – Paraná.** In: DIETER, M. (org). Erosão e progradação no litoral brasileiro. Brasília: MMA, 2006.
- ANTONINA (Município). Lei nº 20, de 08 de agosto de 2008. **Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Antonina, Estado do Paraná, e dá outras providências.** Legislação do Município de Antonina, Paraná, data. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-antonina-pr>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. Sociedade e Natureza. In: S. B. CUNHA; A. J. T. GUERRA (Orgs.); **As Questões Ambientais - Diferentes Abordagens.** p.252, 2003. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOHRER, C. B. A.; DUTRA, L. E. D. A Diversidade Biológica e o Ordenamento Territorial Brasileiro. **Ordenamento Territorial - Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro.** p.115–156, 2009. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico.** Bauru,SP: EDUSC, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.** Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2000.
- BRASIL; MMA. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Diretoria de Áreas Protegidas., 2006.
- BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil: Desafios institucionais. In: **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável.** 2ª ed., 1994. São Paulo: Brasiliense.
- CASTRO, OLIVEIRA. Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 38, p. 439-460, 2016. (MADE)
- CARNEIRO, C. F. D. A. G. **A Constituição de Patrimônios Naturais e o Tombamento da Serra do Mar no Paraná,** 2007. p. 577. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento - MADE, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- CIFUENTES, M. **Determinación de Capacidade de Carga Turística en Areas Protegidas.** Turrialba, Costa Rica: CATIE, 1992. Informe Técnico n.194. 22p.

CORIOLO, L. N. O Turismo Comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DE MANEJO; COMAN/CGCAP/DIMAN/ICMBIO. **Elaboração de Planos de Manejo**. p. 1–22, 2018.

COSTA, N. M. C.; COSTA, V. C.; MALTA, R. R.; MELLO, F. A. **O (des) uso público nas unidades de conservação da região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)**. In: OLAM: Ciência e Tecnologia, v. 8, n. 1, p. 184–212, 2008.

COOPER, C. **Turismo, Princípios e Práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: GUERRA, CUNHA (orgs.) **As Questões Ambientais - Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DE POLLICE, F., IULIO, R. Avaliação da competitividade turística do território. In: **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**. vol. 46 n.91, p.121-138. 2011. Disponível em: < <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1329>>. Acesso: 20 mai 2018.

DIEGUES, A. C. S.; VIANNA, L. P. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de conservação e Mata Atlântica**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP. p. 323, 1995. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conflitook.pdf>>. .

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: A hora decisiva**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

FERRETTI, E. R. **Turismo e Meio Ambiente**. São Paulo: ROCA, 2002.

FUNDAÇÃO GRUPO O BOTICÁRIO. **Plano de Manejo Reserva Natural Salto Morato**. Fundação Grupo O Boticário: Curitiba, 2011. Disponível em: < <https://goo.gl/4vzEo8>>. Acesso: 20 nov 2017.

GOÉS, P. R. H. **Entre parques e portos: Ordenamento territorial e comunidades tradicionais no Litoral do Paraná**. Matinhos, 16 ago. 2018. Palestra proferida no II Fórum em Desenvolvimento Territorial Sustentável: o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral em Debate. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial, UFPR, campus Matinhos.

GOSSLING, S. **Ecotourism: a means to safeguard biodiversity and ecosystem functions?** In: Ecological Economics, Amsterdam, v. 29 p. 303-320, 1999.

GUARAQUEÇABA (Município). Lei nº 181/2008. Alterada pela Lei nº 157/2011 de 06 de maio de 2011. **Institui o Plano Diretor Municipal**. Legislação do Município de Guaraqueçaba, Paraná, 06 de maio de 2011. Disponível em: < <https://bit.ly/2JmILZn> >. Acesso em: 20 set. 2018.

GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA (GRMA). **Material de Referência Geral para Definição e Esclarecimento de Termos e Conceitos**. GRMA: Curitiba, 2019.

GUDIÑO, M. E.; MARRE, M.; ABRAHAM, E.; PIZZI, D. **Ordenar el Territorio - Un desafío para Mendoza**. Mendoza: EDIUNC, 2017.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O Território em Tempos de Globalização. **GeoUERJ**, v. n.7, 1999. Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Gestão Ambiental da APA Federal de Guaraqueçaba**. Curitiba: Convênio IBAMA / SEMA-PR nº 021/94, 1995.

ICMBIO; PAMPLONA, C. **Planos de Manejo das UCs do Litoral do Paraná**. Brasília, ICMBio. Apresentação realizada no âmbito da disciplina de Gestão Ambiental do Território do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 11 mai 2018.

IRVING, M. A. Turismo, Ética e Educação Ambiental - Novos Paradigmas em Planejamento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo, o Desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

INPE. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**, 2015-2016. São Paulo: SOS Mata Atlântica/INPE, 2017.

JACOBS, G. A. Unidades de Conservação no Estado do Paraná: Reflexões sob um contexto histórico-ambiental. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 1997. Curitiba: UNILIVRE.

JUNIOR, O. D. DOS S.; PIRES, P. DOS S. Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity management process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no Parque Estadual da Ilha do Mel (PR). In: **Revista Hospitalidade**, v. V, p. 59–79, 2008. Disponível em: <1807975X>.

LEUZINGER, M. D. (2010). **Uso público em unidades de conservação**. Anais do 8º Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental da APRODAB, PUC- Rio de Janeiro. Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/PbNbHf>>. Acesso: 01 nov de 2017.

LEVERINGTON, F.; COSTA, K.L.; PAVESE, H.; LISLE, M.H. A Global Analysis of Protected Area Management Effectiveness. In: **Environmental management**. New York, v. 46, n 5, p. 685-698, 2010.

LINDBERG K, HAWKINS D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4th edition. Brasil: Senac; 2002

MAGALHAES, C. F. **Diretrizes para Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: ROCA, 2002.

MAGRO, T.C. **Impactos do uso público em uma trilha do parque Nacional do Itatiaia**. 1999. 135p. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo. 1999.

MCNEELY, J. A.; MILLER, K. R. **National Parks, Conservation, and Development**. 1982.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final**. , p. 121, 2011.

MICALOSKI M. M., PEREIRA C. R., SOARES R.V. Reflections about public use in conservation units such as subsidy to the promotion of nature conservation. **Forest Res Eng Int J**. 2018;2(2):109–111.

MIYAGIMA, F. **Instrumentos de Planejamento no Litoral**. Curitiba, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN). Apresentação realizada no âmbito da disciplina de Gestão Ambiental do Território do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 27 abr 2018.

MILANO, M. S. **Planejamento de Unidades de Conservação: Um meio e não um fim**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação 1997. Curitiba: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997, v.1, p. 150-165.

MILLER, K. R. **Evolução do conceito de áreas de proteção** — Oportunidades para o século XXI. In: Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação 1997. Curitiba: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997, v. 1 p. 3-21.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Portaria nº 930, de 7 de novembro de 2018. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Antonina-Guaraqueçaba, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no estado do Paraná (processo SEI n. 02127.001054/2017-48)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_930_07_de_novembro_2018.pdf>. Acesso em: 15 jan 2019.

MURTA, S.; GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual**. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 13-46.

OBSERVATÓRIO DE CONSERVAÇÃO COSTEIRA DO PARANÁ (OC2). **Unidades de Conservação do Mosaico Lagamar**. Disponível em: <<https://observatoriocosteiro.webnode.com/mosaico-lagamar/unidades-de-conservacao-do-mosaico-lagamar2/>> . Acesso: 20 mai 2018.

NELSON, S. P. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M. O (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

PAMPLONA, C. **Uma abordagem geral da presença do ICMBio na região do Lagamar paranaense (Dados ICMBio, 2017)**. Curitiba, 26 mai. 2018. Palestra proferida na Disciplina de Gestão Ambiental do Território, Programa de Pós Graduação de Geografia, Universidade Federal do Paraná.

PÁDUA, M. T. J. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: De onde viemos e para onde vamos? **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 1997. Curitiba: UNILIVRE.

PAULA, E. V. **El (des) Ordenamiento Territorial en el Litoral del Estado de Paraná (Brasil)**. Apresentação ministrada na disciplina de Gestão Ambiental do Território do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 6 abr. 2018.

PAULA, E. V. Análise da Produção de Sedimentos na Área de Drenagem da Baía de Antonina, Paraná: Contribuições ao planejamento do território. In: **Litoral do Paraná: Território e Perspectivas. Vol. 1 Sociedade, Ambiente e Gestão**. (Org). REIS, R. A. ABRAHÃO, C. M. de S., CHEMIM, M. TIEPOLO, L. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2016.

PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M. B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In: SULZBACH, M.; QUADROS, J.; ARCHANJO, D. (Orgs.). **Litoral do Paraná: Território e perspectivas: dimensões de desenvolvimento**. 1. ed. Curitiba: Autografia, 2018. v. 1. 423p.

PAULA, E. V. et al. **Diagnóstico de subsidio ao Plano de Manejo da APA de Guaraqueçaba (Etapa 2)**. UFPR / ICMBio. Curitiba. 2015. Divulgação Restrita.

PARANAGUÁ (Município). **Lei nº 60 , de 23 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Municipal**. Legislação do Município de Paranaguá, Paraná, 23 de agosto de 2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-paranagua-pr>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PELLIZZARO, P. C.; HARDT, C.; HARDT, M.; HARDT, M.; SEHLI, D. A. Gestão e Manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. **Ambiente & sociedade**, v. 18, n. 1, p. 21–40, 2015.

PÉREZ, I. J. **Producción de Naturaleza: Parques, Rewilding y Desarrollo Local**. Buenos Aires: The Conservation Land Trust Argentina, 2018.

PDITS. (2010). **Plano Integrado do Turismo Sustentável. Polo Turístico do Litoral Paranaense**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PIMENTEL, D. S. **Parcerias Para a Gestão do Uso Público em Parques**. In: Anais – Uso Público em Unidades de Conservação, n. 1, v. 1, 2013. Niterói – RJ.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T. C. **Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social**. In: GEOgraphia (UFF). v. 2011, p.92-113, 2012.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. A. Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 27–57, 2015.

PIERRI, N., ANGULO, R. J., SOUZA, M. C., KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PIRES, P. S. Capacidade de Carga como Paradigma de Gestão dos Impactos da Recreação e do Turismo em Áreas Naturais. In: **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 5-28, maio 2005.

REIS DA SILVA, A. T. A Conservação da Biodiversidade entre os Saberes da Tradição e a Ciência. **Estudos Avançados (online)**, v. 29, n. 83, p. 233–260, 2015.

ROCHA, J. M. **A sustentabilidade desfocada: as lógicas de políticas de desenvolvimento rural para áreas de proteção ambiental (APAs)** – o caso de Guaraqueçaba, PR. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G. **As unidades fitogeográficas do estado do Paraná**. In: Revista Ciência&Ambiente, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, n. 24, p. 75-92, 2002.

RODRIGUES, C. G. D. O. **O Uso do Público nos Parques Nacionais: A Relação entre as Esferas Pública e Privada na Apropriação da Biodiversidade**. 2009. p. 358. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RUSCHMANN, D. V. M. A Experiência do Turismo Ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um Esforço para atingir a sustentabilidade. In: **Revista Turismo - Visão e Ação** - ano 2 - n.5 - p.81-90. 2000.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 169–186, 2006. Disponível em: < <https://goo.gl/14mjbx>>.

SANTOS, R. F. DOS. **Planejamento Ambiental - Teoria e Prática**. 4^a ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: Potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SAVI, M. Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação: componentes ou complementos do Sistema Nacional - O estudo de caso do Paraná. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. p.328-341. 1997. Curitiba: UNILIVRE.

SCALCO, R. F., GONTIJO, B. M. **Mosaico de unidades de conservação: da teoria à prática. O caso do mosaico de unidades de conservação da APA Cachoeira das Andorinhas–Ouro Preto/MG**. In: Revista Geografias 5 (2), 75-92, 2009.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. In: **Somanlu**, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.

SOUSA, E. E.; SERAFINI, T. Z. Panorama das Unidades de Conservação na zona costeira e marinha. In: **Revista MADE (2018)** v. 44, p. 360–377, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/55115>> .

SOUZA, R. M. **As Singularidades Cênicas do Litoral Paranaense: Um Olhar Sobre a Paisagem Cultural de Guaraqueçaba/PR**, 2014. p.203. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

SOUZA, T. V. S.B.; CGEUP; ICMBIO. **Avaliação da Atratividade Turística e das Contribuições Econômicas do Parque Nacional de Superagui para as Comunidades Locais**. Brasília: ICMBIO, 2017.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SPVS). **Plano de Manejo das Reservas Rio Cachoeira e Águas Belas**. Curitiba, 2012.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SPVS). **Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa**. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/projetos/projeto-de-conservacao-do-papagaio-de-cara-roxa/>>. Acesso: 10 dez 2018.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: Conceitos e impactos ambientais**. São Paulo: ALEPH, 2000.

TAKAHASHI, L. Y. Limite Aceitável de Câmbio (LAC): Manejando e Monitorando Visitantes. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 1997. Curitiba: UNILIVRE, 1997.

TAKAHASHI, L. Y. **Uso Público em unidades de conservação**. In: Cadernos de Conservação, ano 2, nº 2, out/2004, Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da mata atlântica : reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobijada. , p. 96–109, 2015.

VASCONCELLOS, J. M. D. O. Educação e interpretação ambiental em unidades de conservação. Brasil: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; 2006.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 77–106, 2002.

VALLEJO, L. R. Os Parques e Reservas como Instrumentos do Ordenamento Territorial. **Ordenamento Territorial - Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro**, 2009. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VESENTINI, J. W. Geografia, Natureza e Sociedade. São Paulo: Contexto, 1989.

VIANNA, L. P. **De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2008. 340p.

VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. 2005. São Paulo. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/43479/47101/>>.

VIVEKANANDA, G. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

YAZIGI, A. E. **Paisagem e Turismo**. São Paulo: CONTEXTO, 2002. 223p

YOUNG, C. E. F., BAKKER, L. B.; BUSCKMANN, M. F. Y., MATOS, C. H., TAKAHASHI, L., SILVA, M. L. B. **Roteiro para Valoração de Benefícios Econômicos e Sociais de Unidades de Conservação**. Curitiba: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2015.

WWF Brasil. 2003. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470 p.

ZEE – Fase Litoral. **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Paraná - Litoral**. CUNICO, C. (org). Curitiba: ITCG, 2016.

APENDICE 1 – AÇÕES DO PDITS PREVISTAS PARA A ÁREA DE ESTUDO

Componente	Área de Atuação	Ação	Localidade	Detalhe	Custo Previsto (R\$)
Estratégia do Produto Turístico	Desenvolvimento de Produto	(1) Implantação de vitrines do Litoral Paranaense	Guaraqueçaba (Casarão Ibama), mais 4 municípios		600.000,00
		(2) Posto de Informações Turísticas	Ilha das Peças Ilha de Superagüi Praia Encantadas (Ilha do Mel – Pguá)	As estruturas serão instaladas respeitando o Plano de Manejo das respectivas UC.	431.372,00
		(3) Plano de sinalização turística	Litoral todo		120.000,00
	Infraestrutura do Produto Turístico	(4) Paisagismo na Ponta do Morretes	Sede Guaraqueçaba	Reforma e recuperação do trapiche, área adequada para observação de botos, instalação de mobiliário (lixeiras, bancos, bicicletário, iluminação e paisagismo)	85.992,00
		(5) Infraestrutura para a Trilha do Morro do Quitumbê	Guaraqueçaba	projeto da trilha e do mirante; execução da obra; e elaboração de mecanismos de manutenção e controle de visitação.	72.760,00
		(6) Implantação de sinalização turística	Todos os municípios.	sinalização turística implantada nas rodovias de acesso ao litoral e nos eixos turísticos definidos	950.000,00
Estratégia de Comercialização	Planejamento e Gestão	(7) Realização de visitas técnicas para disseminar boas práticas do turismo	Todos os municípios.	Benchmarking com visitas técnicas a Costa Doce (RS) e Monte Verde (MG) – para gestores municipais e agentes de turismo	81.200,00
	Desenvolvimento de Produto	(8) Criação de vídeo de divulgação e promoção da cultura caiçara.	Todos os municípios.	Três curtas-metragens.	170.000,00
	Planejamento e Gestão	(9) Elaboração e implantação de Plano de marketing turístico.	Todos os municípios	Definição da identidade regional, fortalecimento do posicionamento de mercado, qualificação da experiência turística, disseminação de informações a visitantes e moradores,	566.048,00

				disponibilização de material promocional nas "vitrines do litoral", qualificação da participação regional nos eventos turísticos.		
			(10) Elaboração e execução de plano de endomarketing regional.	Todos	sensibilização da comunidade, promoção de educação patrimonial, ambiental e turística	650.000,00
			(11) Criação de sistema regional de gestão e monitoramento do turismo	Todos	Ter como resultado articulação entre os agentes e segmentos do turismo da região e transparência das ações públicas relacionadas à implementação do PDITS-LP.	240.000,00
			(12) Elaboração de plano de fortalecimento da gestão do turismo	Todos	Planos municipais de turismo	100.000,00 (cada plano)
			(13) Qualificação e capacitação de servidores e membros das estruturas públicas do turismo.	Todos	Capacitações com 30 pessoas por município, com 40h/aula.	294.000,00
			(14) Qualificação e capacitação profissional dos serviços turísticos	Todos	Cursos de qualificação profissional nos municípios beneficiados, para um número estimado de 150 pessoas.	86.750,00
			(15) Fortalecimento das Instancias de Governança municipais	Todos	encontros de fortalecimento das acompanhados de consultoria de estudo e posicionamento estratégico de mercado e integração com o trabalho da instância de governança da região, produção de materiais gráficos institucionais, realização de visita técnica e aquisição de equipamentos para sede da Instância de Governança Regional. Resultado: melhora na qualidade da gestão integrada	240.000,00
			(16) Implantação de um terminal turístico de passageiros em Paranaguá	Paranaguá	Propõe-se a construção de uma estrutura para: Instalações para recepção, triagem e atendimento aos passageiros; área de espera; pier de 200 metros com instalações de acostagem; e infraestrutura aquaviária.	800.000,00
			(17) Implantação de	Paranaguá e		1.500.000,00
Fortalecimento Institucional	Planejamento e Gestão					
Infraestrutura e Serviços básicos	Infraestrutura e serviços					

		Praia de Encantadas, Ilha das Peças, Ilha de Superagui, Ilha Rasa, Brasília e Fortaleza	trapiche	Guaraqueçaba		
			(18) Elaboração do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.	Guaraqueçaba, mais 4 municípios		445.000,00
			(19) Ampliação e gerenciamento de coleta e disposição de resíduos sólidos domésticos das ilhas.	Guaraqueçaba e Paranaguá	Produto: lixeiras e construção de locais para armazenamento em Superagui, Ilha das Peças, Ilha Rasa e Ilha do Mel. Resultado: adequação do sistema de coleta, armazenamento e destinação dos resíduos sólidos e melhoria na qualidade de vida dos residentes e visitantes.	215.300,00
			(20) Implantação de transporte turístico aquaviário.	Guaraqueçaba e mais 4 municípios	Implantação de transporte turístico aquaviário. elaboração de estudo de percurso, paradas e implantação das estruturas de apoio (trapiches e sinalização) e abertura de licitação para contratação de empresa que irá operar a linha sob o regime de contrato de concessão de serviço público patrocinado. Produto: linhas regulares de transporte aquaviário.	2.230.316,00
			(21) Pavimentação da PR-405 com pavimento adequado a situação de fragilidade ambiental.	Guaraqueçaba e Antonina		43.458.403,00
Gestão ambiental	Infraestrutura e serviços		(22) Construção de infraestrutura para visitação nas áreas de restingas e mangues	Guaraqueçaba, mais 3 municípios	Construção de 26 passarelas com preliminar levantamento dos pontos mais críticos e de maior utilização das baías e mangues; sinalização; e elaboração de mecanismos de acompanhamento de manutenção das passarelas e placas	43.200,00
			(23) Criação de mecanismos de redução de impactos ambientais nas trilhas do litoral	Todos	Capacidade de carga, diagnóstico e mapeamento dos aspectos físico-ambientais das trilhas, percurso, tempo estimado, acessos principais, fragilidades ambientais dos atrativos naturais de hierarquia 2 e 3. Propor técnicas de manejo das trilhas, sinalização interpretativa	266.000,00
			Planejamento e Gestão			

			ambiental.	
	(24) Elaboração de estudos de capacidade de carga e sistema de fluxo de visitação para as ilhas e áreas ambientalmente frágeis.	Guaraqueçaba, três municípios.	Relatório sobre a capacidade de carga local; construção do sistema de visitação, cuja alimentação de dados e utilização seja acessível à comunidade; proposição de mecanismo de monitoramento e avaliação; e transferência de tecnologias e capacitação para a comunidade.	405.000,00
	(25) Elaboração de plano de manejo nas UC estaduais do litoral	Todos		880.000,00
	(26) Elaboração de material informativo sobre ecossistemas litorâneos	Todos	guia sobre ecossistemas litorâneos.	158.200,00
	(27) Elaboração de avaliação ambiental estratégica do Litoral Paranaense	Todos		165.000,00

FONTE: PDITS (2011) organizado pela autora (2019).

APENDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS GESTORES DAS UC

Identificação / perfil	1	Entrevistado / cargo / função		
	2	Nome da UC	Categoria	Esfera
	3	Ano de criação / início da implantação		
	4	Área da UC / Área da RPPN		
	5	Instrumento de criação (Decreto, lei, etc.)		
	6	Instrumentos de gestão utilizados		
Contexto / caracterização	7	Importância biológica: o que destacaria sobre a importância biológica da UC?		
	7.1	Espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção? Alto nível de endemismo?		
	7.2	A UC dá suporte a populações mínimas viáveis de espécies-chave?		
	8	Importância socioeconômica: o que destacaria?		
	8.1	A UC é fonte de emprego para a população local? (direto e indireto)		
	8.2	As comunidades dependem dos recursos da UC para o seu sustento (bióticos e abióticos)?		
	8.3	A UC oferece à comunidade oportunidades de desenvolvimento mediante o uso sustentável de recursos?		
	8.4	A UC tem importância religiosa, espiritual, cultural?		
	8.5	A UC possui características de importância cênica singular?		
	8.6	A UC oferece serviços e benefícios significativos à sociedade?		
	8.7	A UC possui sítios arqueológicos ou outro patrimônio histórico e cultural?		
Planejamento	Objetivos	9	Objetivos - (da categoria ou de unidade?)	
		9.1	Recursos e valores (ou alvos de conservação): (I) Biodiversidade (II) Serviços ecossistêmicos (III) Geodiversidade e paisagens (IV) Socioeconômico (V) Histórico-cultural (conjunto de bens tangíveis e intangíveis; bens tombados ou registrados? Estão georreferenciados?)	
		9.2	Como associa os alvos de conservação (recursos e valores) aos objetivos da UC? Qual estado atual? Intervenção (necessita de manejo preventivo ou de recuperação) ou Conservação (encontra-se conservado).	
		9.3	Os funcionários e a administração da UC entendem os objetivos da UC? Isso se materializa? Como?	
		9.4	As comunidades locais e do entorno apoiam os objetivos das UC	
		9.5	Os instrumentos de gestão participativa (conselhos) contribuem e caminham junto aos objetivos da UC? - PARA APA E PARNA APENAS	
	Amparo legal	10	A questão fundiária está resolvida?	
		10.1	A atual demarcação dos limites contribui para a proteção da UC?	
		10.2	A UC dispõe de zoneamento? Caso sim é adequado para alcançar os objetivos da UC?	
		10.3	O uso de terras no entorno compromete a proteção da UC?	
	Conflitos	11	Existe conflito com a comunidade local? Como são tratados? Existe, na sua opinião, um bom relacionamento? Quais os canais de comunicação e relações? Conselho? Algum mais?	
		11.1	Monitora-se as atividades ilegais na UC? Ocorre fiscalização?	
		11.2	Existe conflito entre práticas culturais, crenças ou usos tradicionais com os objetivos da UC?	

		11.3	Existe pressão sob o gestor para a permissão da exploração dos recursos da UC?
Insumos	Recurso humano	12	Número de funcionários (técnicos; operacionais; administrativos)
		12.1	Possuem programa de Voluntariado? Como funciona? Quais atribuições?
		12.2	Qual a forma de contratação? Qual a origem dos funcionários?
		12.3	O quadro de funcionários condiz com as necessidades e o manejo da UC? Tem funcionário que trabalhe exclusivamente com o Uso Público?
		12.4	Os funcionários possuem a capacitação técnica adequada para o manejo e demais ações na UC?
		12.5	A comunicação entre os diferentes funcionários (cargos e funções) é efetiva?
	Comunicação	13	Os dados ecológicos e socioeconômicos existentes são adequados para o planejamento de manejo?
		13.1	A comunicação entre os órgãos envolvidos (e instituições relacionadas à UC) na proteção ambiental é adequada? Como ocorrem as denúncias, por exemplo?
		13.2	A comunicação entre os órgãos envolvidos com uso público (turismo, educação, ONGs) é adequada? Acontece?
	Infraestrutura	14.1	Qual a infraestrutura da UC? I. Construções (administrativo, manutenção, centro de visitantes, bwc, vestiários, alojamento para pesquisadores, auditório, áreas para camping, quiosques, etc.). II. Veículos (algum específico para atividades de uso público?) III. Trilhas (especificar para visitação, monitoramento, pesquisa –se é ou não adaptada, portadores de def física, nível de dificuldade (crianças, idosos, caminhanes, aventureiros) IV. Sinalização (turismo, colaboradores, comunidade, visitantes em geral) V. Equipamentos, tecnologias, comunicações
		14.2	A infraestrutura é adequada para realizar as ações de manejo?
		14.3	A manutenção ou reposição da infraestrutura e dos equipamentos ocorre?
		14.4	Quais foram os investimentos em infraestrutura nos últimos cinco anos?
	Recursos financeiros	15	Orçamento anual: total investimento pessoal custeio
		15.1	A UC tem mecanismos de geração de recursos (cobrança de ingressos, passivos ambientais, editais)? Alguma medida para captação de recursos?
		15.2	Você acha que a quantia de recursos, atuais, são suficientes para realizar as ações de manejo? Satisfatoriamente ou as mínimas?
		15.3	A distribuição de recursos pelo órgão gestor está de acordo com as prioridades e os objetivos da UC? Atende as demandas, programas e emergências?
		15.4	Houve mudança no orçamento (oscilação) nos últimos anos? Por que? A perspectiva financeira em longo prazo da UC é estável?
		15.5	A UC recebeu recursos de outras parcerias ou compensações atreladas a processos de licenciamentos ambientais nos últimos 5 anos?
Processos	Planejamento	16	A equipe desenvolve os processos de planejamento da UC com periodicidade? Instrumento (plano de manejo); inventário; análise das ameaças e pressões (diagnóstico); plano de ações (plano de trabalho);

				() social: individual, entorno, sociedade. () conservação: populações, espécies, RV. () manejo: uso, unidade, sistema.	
		Uso recursos abióticos (água, mineração, plantação, etc.)		() econômico: individual, entorno, sociedade. () social: individual, entorno, sociedade. () conservação: populações, espécies, RV. () manejo: uso, unidade, sistema.	
		22.2	Na sua opinião, os usos relacionam-se aos RV da UC? (por exemplo, pesquisa científica relacionada aos alvos de conservação – fauna)		
Uso Público	Educação e interpretação ambiental	23	Educação e interpretação ambiental: Quais projetos que aconteceram ou acontecem? (10 anos)		
		23.1	Quais os objetivos?		
		23.2	Quem promove? Qual o público alvo?		
		23.4	Está de acordo com os objetivos da UC?		
		23.5	Integram algum programa do plano de manejo?		
		23.6	Quanto tempo os visitantes permanecem na UC?		
		23.7	Interpretativa autônoma ou conduzida (acompanhada)?		
		23.8	É gratuito?		
		23.9	O recurso reverte-se para a UC?		
		23.	Identifica, hoje, algum conflito / problema da UC que poderia, na tua opinião, ser resolvido por meio de ações de EA?		
	Turismo, Lazer e Recreação	24	Turismo / Lazer e Recreação		
		25.1	Existe capacidade limite de carga, para algum atrativo ou a UC?		
		25.2	E de tempo de permanência?		
		25.3	Monitoram o uso público?		
		25.4	Qual a alta e baixa temporada?		
		25.5	Qual o perfil do visitante? (Tem pesquisa / monitoramento?)		
		25.6	Utilizam os dados gerados para ações e planejamento da UC? Como?		
		25.7	A UC integra algum roteiro turístico?		
		25.8	Conhece agências de turismo que operam a UC? Quais?		
		25.9	Essas agências são especializadas em algum segmento turístico?		
			Existe dentre as agências citadas cooperativas, associações, grupos locais? Que compõem o produto ou mesmo o formatam e comercializam?		
			Conhece equipamentos turísticos no entorno / perímetro da UC? Quais tipos? (pousadas, restaurantes, agências de receptivo – traslado, etc).		
	Potencialidade	26	Quais impactos positivos e negativos poderia associar ao turismo, lazer e recreação?		
		27	Quais os principais potenciais ao desenvolvimento do uso público?		
		28	E potenciais do uso público na UC?		
		29	Acredita que o turismo, EA e recreação chega a incentivar (ou gerar) conservação?		
		30	Quais as principais dificuldades para que se desenvolva o uso público na UC?		

APENDICE 3 - PLANOS DE MANEJO E USO PÚBLICO

UC / Informações	RN Salto Morato	RN Guaricica	RN Papagaio-da-cara-roxa
Ano elaboração de Criação / Manejo	2006 / 2011 / (em atualização 2019) A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.	2012 (em atualização – 2019) Melhorar a qualidade ambiental local; apoiar o desenvolvimento econômico sustentável criando oportunidades locais; promover a consciência ambiental na região de Guaraqueçaba.	
Zoneamento onde se permite Uso Público	(6 zonas totais, 4 permitem uso público) Zona de Visitação; Zona de Proteção; Zona de Administração; Zona de Recuperação.	(6 zonas totais, 3 permitem uso público) Zona de Administração; Zona Histórico-Cultural; Zona de Visitação.	
Programas de Uso Público	<p>Programa de Uso Público:</p> <p>Subprogramas:</p> <p>1 Visitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de revitalização de visitação <p>Atividades: (I) elaborar e realizar plano de implantação escalonada de atrativos, incluindo: recuperação e manutenção de trilhas e implantação de novas trilhas; implantar novos atrativos e atividades (novas áreas de banho, passeio dentro do rio, circuito das figueiras). (II) identificar potenciais de parcerias; integrar a RN Salto Morato em roteiros turísticos. (III) Implantar projeto de revitalização do Centro de Visitantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de monitoramento de uso público: (I) definir capacidade de suporte e normas reguladoras das trilhas e atrativos. (II) Montar a estrutura do monitoramento de visitação, integrada ao Sistema de Monitoramento do Patrimônio Natural, incluindo de impactos de visitação e satisfação do visitante. <p>2 Sensibilização do Visitante</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de sensibilização e educação de visitantes. <p>Atividades: (I) Elaborar e implantar projeto escalonado de sensibilização do visitante. (II) Preparar e implantar estrutura do atendimento a público escolar.</p>	<p>Programa de Visitação</p> <p>1. Realizar análise para definição do potencial de visitação e integração das RNs aos roteiros turísticos existentes;</p> <p>1.1. Identificar e firmar as parcerias necessárias;</p> <p>1.2. Elaborar propostas de produtos ecoturísticos e roteiros integrados aos já implantados no Estado;</p> <p>2. Elaborar um Plano de Visitação Induzida.</p> <p>2.1. Definir a capacidade limite de utilização das RNs para a atividade;</p> <p>2.1.1. Readequar as infraestruturas existentes para receber os visitantes, uma vez definida a capacidade de utilização;</p> <p>2.2. Realizar estudos para definição de concessões, terceirizações e serviços prestados por terceiros nas atividades de visitação;</p> <p>2.2.1. Articular com a Cooperguara e formalizar um termo de cooperação ou parceria, definindo o processo de terceirização da mão-de-obra (guias, auxiliares de pesquisa) para acompanhamento de visitantes e pesquisadores;</p> <p>2.2.2. Definir o processo de credenciamento do pessoal terceirizado para trabalhar na RNs;</p>	

APENDICE 3 - PLANOS DE MANEJO E USO PÚBLICO (CONTINUAÇÃO)

UC / Informações	RN Salto Morato	RN Guaricica	RN Pagagaio-da-cara-roxa
Monitoramento do Uso Público	Sim. Previsto enquanto “Projeto de monitoramento de uso público” no subprograma “Visitação” e na atividade (II) do Programa de Pesquisa.	Sim. Item 2.1 do Programa de Visitação: “definir capacidade limite de utilização das RNs”. Item 4 do Programa de Pesquisa.	

FONTE: Adaptado de FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO (2011); SPVS (2012).

APENDICE 4 - INFRAESTRUTURA NAS UC

	PARNA	SALTO MORATO	SEBUI	GUARICICA	PAPAGAIO
Nº funcionários	Total: 9 (3 analistas, 1 recepcionista, 1 barqueiro, 2 serviços gerais, 2 vigilantes).	Total 15 e 2 estagiários remunerados (e estagiário voluntários).	Fixos: 3. Grupos maiores, mais 3.	26	
Condizente?	Não	Sim	Sim	Não	
Capacitados?	Sim	Sim	Sim	Sim	
Em uso público?	Não	Sim	Sim – só fazem uso público	NA / não	
Construções Administrativas	Sede Superagui: Escritório; Alojamento. Ilha das Peças: Casa de apoio (cozinha, quartos, banheiro – está sem uso).	Auditório, Casa dos voluntários, administração, casa do técnico, manutenção, estação meteorológica.	NE	Escritório, casa de funcionário, oficina e garagem, barracão.	3 casas alojamento; Casa morador; 3 espaços administração – casas; 1 casa funcionário
Construções para o Uso Público	Alojamento para pesquisador (cozinha, banheiro, 3 quartos, 7 leitos) - Trilha pesquisa: Bertioga e Praia Deserta; - Turismo / recreação: caminhada e ciclismo Trilha da Praia Deserta Praia Barra do Superagui Praia Deserta do Superagui Praia Deserta de Peças	Alojamento, centro de pesquisa (alojamento, laboratório e cozinha), casa de hóspedes para convidados do Boticário, lanchonete, camping (desde janeiro 2019), centro de visitantes - 2 trilhas implantadas com apoio a visita: Trilha do Salto e Trilha da Figueira; - Previsão de construção torre de observação de pássaros	Casa grande com dormitório para funcionários, cozinha, área para refeições, área comum. - 6 chalés com bwc, cama casal e 1 solteiro. - Bwc externo; - sistema de aquecimento a lenha; - placas solares; - Trilhas suspensas (mangue)	Centro de Ed. Ambiental (auditório); refeitório com cozinha; alojamento para pesquisadores; acesso; Trilha da Guaricica.	Não existe. 1 trilha de ed. ambiental.
Veículos / Equipamentos / Materiais	2 camionetes; 2 barcos. GPS, binóculo, Internet, Tel fixo.	3 veículos; rádio; telefone fixo; wifi; celular rural.	1 barco grande; 1 voadeira; canoas e caiaques.	1 veículo; 3 barcos. 1 moto. Trator, etc. Internet. telefone fixo, antena para celular. Sistema de	1 veículo; 2 barcos. Sistema de rádio.

Sinalização (tur / informativa)	Não .	Sim, turística informativa (trilhas internas) e de acesso (PR-40_)	Não.	rádio.	Não.
Material interpretativo	Não	Sim – hall da fama dos bichos, maquete, banners, folder da reserva, todos no centro de visitantes. Painéis interpretativos nos atrativos (trilhas)	Sim – banners dispostos ao longo da trilha suspensa do mangue com informações a respeito do bioma mata atlântica e a região – aspectos culturais.	Sim – mapa e placas ao longo da trilha.	Não.
A infraestrutura é adequada para ações de manejo?	Não. Projeto para aumentar o alojamento, construção de centro de visitantes e torre de observação da restinga (Recurso de Compensação ambiental - Petrobrás Termo de Acordo Judicial – TAJ)	Sim. Para o uso público, podemos inovar, apesar de atender a demanda atual.	Sim, mas estava sem autorização para realizar manutenção com madeira das árvores nativas caídas.	Basicamente, para o que é feito atualmente sim. Com novo plano de manejo, não.	Não. Necessita centro de visitantes.
R\$ / Ano	Não possui. São cotas. Não soube informar a totalidade.	Sem custo de funcionário, etc. R\$ 400.000,00	Mínimo R\$20.000,00 /ano para pagamento de um funcionário. Não tem orçamento fixo. Particular.	Total R\$ 2,5 milhões / ano (três reservas) Pessoal: R\$ 1,2 milhão. Investimento fomento R\$ 300 mil	

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a)

Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, nível de mestrado. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Eduardo Vedor de Paula, cujo objetivo é investigar como o uso público ocorre em distintas categorias de UC e os encadeamentos na conservação da natureza a partir da análise do planejamento, da gestão e das ações desenvolvidas pelos gestores, sociedade civil organizada e entidades de pesquisa.

Sua participação envolve uma entrevista pré-estruturada, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora e trinta minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Sendo citado apenas que a entrevista aconteceu com gestores das Unidades de Conservação pesquisadas.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Comprometo-me em compartilhar pesquisa com a entidade a qual você representa ao término do estudo.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Aline Martinhago (41) 99829-3983.

Atenciosamente,

ALINE MARTINHAGO
Matricula nº 201700058115

PROF. DR. EDUARDO VEDOR DE PAULA
Prof. Orientador Matrícula nº 203070

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO 2 – PERFIL DA UC: INSTRUMENTO DE GESTÃO E OBJETIVOS DA UC

UC	Instrumento	Objetivo institucional (SNUC, Decreto, PM)	Objetivo Gestor 1	Objetivo Gestor 2
APA Guaraqueçaba	- Conselho - Plano de Gestão (não usa)	Decreto de criação assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde encontram-se espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região.	“Remanescentes (ver Decreto de criação); sambaquis; comunidades tradicionais; ecossistemas...”	“puxar o do Decreto, tem vários”.
PARNA	- Conselho - Plano de Manejo está judicializado. - Usam SAMGe	SNUC categoria PARNA Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.	“Enfoque na proteção dos ambientes, papagaio, mico, palmito e as praias arenosas. E a valorização das culturas locais por meio do turismo responsável.”	Não foi perguntado
SALTO MORATO	Plano de Manejo e Mapa Institucional	Plano de manejo A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.	“Proteção, pesquisa e uso público. Bem no sentido de complementar os esforços de conservação no Brasil (complementar ao SNUC). É uma RPPN mas a gestão é de Parque Nacional – na UICN na categoria IV”	Não foi perguntado
SEBUI	Não tem (plano de manejo para aprovação - IBAMA)	SNUC categoria RPPN conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis.	Aliar a conservação da natureza ao turismo de vivência na Mata Atlântica, replicando os conhecimentos e valores desse ecossistema à sociedade.	Objetivo é a preservação para futuras gerações. Manter como está. Está registrado em cartório para a perpetuidade.

ANEXO 2 – PERFIL DA UC: INSTRUMENTO DE GESTÃO E OBJETIVOS DA UC (CONTINUAÇÃO)

GUARICICA / Papagaio	Plano de manejo 2012 (em atualização). Fundo Guaraqueçaba (criado para gerenciar as Reservas R\$).	<p>Plano de Manejo</p> <p>Melhorar a qualidade ambiental local; apoiar o desenvolvimento econômico sustentável criando oportunidades locais; promover a consciência ambiental na região de Guaraqueçaba.</p>	<p>Mudança de enfoque ao longo dos anos de existência das reservas. Primeiro: projetos do carbono; atual – tornar-se um modelo replicável de gestão de UC privada, sustentável,... Além da conservação e as espécies do bioma, mas também ser o exemplo. Se as pessoas não verem utilidade na UC, não dá para se esperar que os demais vão. Se não se der uso as UC, elas falham enquanto unidade. Vetor de conhecimentos e replicação... toda a questão de uso público tem q estar conectado com os objetivos da conservação.</p>	<p>“Pesquisa científica, biodiversidade e educação ambiental (diretrizes maiores)”.</p>
----------------------	--	---	--	---